

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA
BRASILEIRA

ERIC TADEU LAMARCA

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E
SUA VIAGEM FILOSÓFICA AO RIO NEGRO

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E
SUA VIAGEM FILOSÓFICA AO RIO NEGRO

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculas da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, sob a
orientação do Prof. Dr. Eduardo de
Almeida Navarro, para a obtenção do
título de Mestre em Letras.

São Paulo

2015

Nome: LAMARCA, Eric Tadeu

Título: Alexandre Rodrigues Ferreira e
sua Viagem ao Rio Negro

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculas da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, sob a
orientação do Prof. Dr. Eduardo de
Almeida Navarro, para a obtenção do
título de Mestre em Letras.

Aprovado em :

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A minha família, pelo incentivo incondicional para a realização desta pesquisa, a qual, os membros apresento na sequência: meu pai, Vicente Lamarca, escritor e poeta, pelo apoio e inspiração; minha mãe Elisa Lamarca pelo exemplo de luta e determinação; meu irmão, Dr. Edmir Vicente Lamarca, por preciosas sugestões e apoio constante.

Ao meu orientador, professor e amigo Dr. Eduardo de Almeida Navarro, pela valiosa orientação, amizade, conversas, incentivo e exemplo.

Aos os professores que participaram da minha banca de qualificação, Dr. Yuri Tavares Rocha e Dr. Luiz Antônio Lindo, os quais colaboraram com sugestões cruciais ao desenvolvimento do meu trabalho.

Aos professores das matérias para obtenção dos créditos necessários, Dra. Márcia Regina Barros da Silva e Dr. Pedro Jacobi, pelos conhecimentos e habilidades adquiridas.

Aos novos amigos, colegas de vida universitária e parceiros nas discussões sobre a pesquisa.

Aos amigos mais antigos pelo carinho e a paciência de escutar meus dizeres sobre o período colonial brasileiro.

Ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, a Faculdade de Filosófica, Letras e Ciência Humanas e a Universidade de São Paulo pela oportunidade e de participar deste curso de mestrado que me proporcionou um grande crescimento pessoal.

Recordar o passado, compreender o presente e adivinhar o futuro são, em substância, as obrigações que deve desempenhar quem se propuser a conservar e defender por esta parte os reais domínios de Sua Majestade.

Alexandre Rodrigues Ferreira

RESUMO

LAMARCA, Eric Tadeu. *Alexandre Rodrigues Ferreira e sua Viagem ao Rio Negro*. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

No fim do século XVIII, ocorreu a Viagem Filosófica ao Rio Negro (Região Amazônica, Brasil) do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Realizada entre 1783 e 1792 foi a primeira expedição científica patrocinada pelo Império Português, naquele vasto território, a qual produziu um enorme volume documental, com registros de grande riqueza e diversidade, na área da agricultura, botânica, etnologia, economia, zoologia e antropologia. No presente estudo, realizou-se uma releitura analítica da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, ou seja, a Viagem Filosófica ao Rio Negro, enaltecendo contextos históricos que a antecederam, bem como comparando-a com obras de viajantes, como Gabriel Soares de Sousa (1587) e André João Antonil (1711). As obras desses três autores parecem ter um papel social e econômico em comum, podendo-se dizer que seus textos têm uma razão política. Todos eles parecem ser influenciados ou motivados pelo mercantilismo. A expedição realizada por Ferreira recebeu influências da modernidade e do iluminismo, bem como das peculiaridades da reforma pombalina de Portugal. A Viagem Filosófica ao Rio Negro de Alexandre Ferreira da Silva é uma obra de grande importância no mundo colonial português, sendo um verdadeiro tratado de história natural, agropecuária e economia do Brasil, mas que ainda é pouco divulgado nos circuitos acadêmicos. O trabalho de um homem, servidor fiel de Sua Majestade que, com poucos recursos e uma equipe reduzida, fez o primeiro grande levantamento socioeconômico e ambiental da Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Amazônia, História do Brasil, História Natural; Iluminismo, Literatura de Viagem.

ABSTRACT

LAMARCA, Eric Tadeu. *Alexandre Rodrigues Ferreira and his Viagem ao Rio Negro*. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

In the late XVIII century was the “Viagem Filosófica ao Rio Negro” (Amazon Region, Brazil) of the naturalist Alexandre Rodrigues Ferreira. Conducted between 1783 and 1792 was the first scientific expedition sponsored by the Portuguese Empire, that vast territory, which produced a huge volume documentary with records of great wealth and diversity, in agriculture, botany, anthropology, economics, zoology and anthropology. In the present study, there was an analytical rereading of the work of Alexandre Rodrigues Ferreira, the “Viagem Filosófica ao Rio Negro”, highlighting historical contexts and comparing it to traveler works as Gabriel Soares de Sousa (1587) and André João Antonil (1711). The works of these three authors seem to have a social and economic role in common and could be said that his texts have a political reason. They all seem to be influenced or motivated by mercantilism. The expedition carried out by Ferreira received influences of modernity and the Enlightenment as well as the peculiarities of Pombal reform Portugal. The “Viagem Filosófica ao Rio Negro” of Alexandre Ferreira da Silva is a great work of importance in the Portuguese colonial world and is a true treatise of natural history, agriculture and Brazil's economy, but that is still not well known in academic circles. The work of one man, faithful servant of His Majesty that, with few resources and a reduced staff, made the first major socioeconomic and environmental survey of the Brazilian Amazon.

Keywords: Amazon, History of Brazil, Natural History, Illuminism, travel writing

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

- Figura 1 - Cronologia dos principais eventos históricos e políticos que antecederam a *Viagem Filosófica ao Rio Negro* realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira. 18
- Figura 2 - Trajetória completa (1783-1793) da Viagem Filosófica do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, na região centro-norte do Brasil. Em destaque representa a pesquisa do Diário do Rio Negro, ocorrida entre 1785 e 1786 46
- Tabela 1 - Índios da bacia hidrográfica do Rio Negro registrados por Ferreira 63
- Figura 3 – Alguns exemplos de desenhos da Viagem Filosófica ao Rio Negro: adornos de cabeça dos índios da Amazônia, bisel de osso com dente e faca e machado de pedra semilineares 67
- Tabela 2 – Alguns usos alimentares de origem vegetal, relatados na obra *Viagem Filosófica ao Rio Negro* por Alexandre Rodrigues Ferreira 72
- Figura 4 - Preços do Anil no porto da França relatados por Ferreira, provavelmente no ano de 1786 105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA VIAGEM DO NATURALISTA ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA AO BRASIL	17
1.1. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e sua época.....	17
1.2. Antônio Vieira e o sonho do Quinto Império	21
1.3. A economia dos primeiros séculos após o Descobrimento	25
1.4. Os Tratados de limites do século XVIII.....	29
1.4.1. Antecedentes históricos do Tratado de Madrid	29
1.4.2. O Tratado de Utrecht.....	31
1.4.3 O Tratado de Madri	32
1.5. As transformações de mentalidade dos séculos XVII e XVIII.....	34
1.6. A Enciclopédia.....	37
1.7. Algumas características do Iluminismo em Portugal e da era pombalina	38
1.8. O espírito científico iluminista e a reforma da Universidade de Coimbra: a obra de Domenico Vandelli	41
CAPÍTULO 2	
ANÁLISE INTERNA DA OBRA VIAGEM FILOSÓFICA AO RIO NEGRO, DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA.....	44
2.1. A Terra	44
2.1.1. A geologia e os solos	44
2.1.2. A água.....	47
2.1.3. A Floresta Amazônica	51
2.1.4. As drogas do sertão e seu comércio	53
2.2. O Homem.....	56
2.2.1. Os brancos	57
2.2.2. Os negros.....	58

2.2.3. Os índios.....	60
2.2.3.1. Sobre as línguas dos índios.....	65
2.2.3.2. Relatos sobre a cultura dos gentios.....	66
2.3. Dietética do Rio Negro no século XVIII.....	68
2.3.1. A pesca e os alimentos de origem animal.....	68
2.3.2. A mandioca e outros alimentos de origem vegetal.....	70
2.4. A agricultura e a indústria.....	74
2.4.1. O cultivo, a manufatura e a economia do anil.....	75
2.4.2. Cultura e manufatura da mandioca.....	76
2.4.3. Problemas com o solo e pragas.....	77
2.4.4. Diagnóstico geral da agricultura e de sua importância.....	78
2.5. Ataques de animais e conflitos com o gentio Mura.....	81

CAPÍTULO 3

ANÁLISE COMPARATIVA DA OBRA DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA COM AS OBRAS DE GABRIEL SOARES DE SOUSA E ANDRÉ JOÃO ANTONIL.....	83
3.1. Gabriel Soares de Sousa e a sua obra.....	83
3.1.1. A Natureza sob o olhar de Gabriel Soares de Sousa e de Alexandre Rodrigues Ferreira.....	85
3.1.2. O etnográfico na percepção de Sousa e Ferreira.....	89
3.1.2.1 Conflitos entre índios e portugueses.....	93
3.1.3. Visões de Ferreira e Gabriel Soares sobre a tecnologia (o artifício produtivo) colonial.....	95
3.2. André João Antonil e a sua obra.....	98
3.2.1. Economia e contabilidade.....	103
3.2.2. Pré-revolução industrial: a preocupação com a eficiência do processo produtivo.....	107
4. CONCLUSÃO.....	110
5. REFERÊNCIAS.....	113

INTRODUÇÃO

Durante o reinado de D. Maria I, em plena era de decadência da economia do ouro na colônia brasileira, o ministro da Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho Melo e Castro, planejou realizar um estudo detalhado do então chamado *Estado do Grão Pará e Rio Negro* e da *Capitania do Mato Grosso e Cuiabá*, hoje a região norte do Brasil e o norte do atual estado do Mato Grosso.

Em Coimbra, recomendado pelo professor Domingos Vandelli, o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, luso-brasileiro, baiano de 27 anos, naturalista formado pela Faculdade de Filosofia Natural de Coimbra, foi indicado como chefe da expedição ao Brasil, chamada "*Viagem Filosófica ao Rio Negro*". Tal missão tinha como objetivo realizar um levantamento fidedigno da natureza, dos recursos minerais, da fauna e flora, das tribos indígenas, da geografia, do estado presente da agricultura, da pecuária e do extrativismo, enfim, da economia dos locais, vilas e povoados daquele vasto território brasileiro. Realizada entre 1783 e 1792, aquela foi uma das maiores expedições científicas patrocinadas pelo Império Português, que produziu um grande volume documental, com muitas informações e coleções de grande diversidade e riqueza, nas áreas da agricultura, botânica, zoologia e antropologia, que contribuíram para ampliar, de maneira significativa, o conhecimento sobre a Amazônia.

Em quase uma década, passando por imensas dificuldades materiais, devido a cortes de recursos, enfrentando riscos dos mais adversos e quase perdendo sua própria vida, o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, com uma equipe reduzida, composta por um jardineiro botânico (Agostinho Joaquim do Cabo), dois desenhistas (José Joaquim Freire e Joaquim Codina) e dois índios cristianizados (Cipriano de Souza e José da Silva), realizou um verdadeiro levantamento científico da região centro-norte do Brasil, algo que nunca havia sido feito antes.

O *Diário de Viagem* de Alexandre Rodrigues Ferreira, escrito originalmente na década de 1780, permaneceu por quase um século em manuscritos, sendo publicado apenas entre 1885 e 1888 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tal material não é apenas um

simples diário de viagem, mas um verdadeiro tratado histórico, geográfico e econômico da região do Rio Negro durante a segunda metade do século XVIII.

O naturalista, seguidor da escola científica de Carolus Linnaeus, desbravou a Amazônia, desvendando seus potenciais e desafios econômicos, sendo um incansável explorador, mas sempre um fiel vassalo das ordens transmitidas pela Coroa (CUNHA, 1991; RAMINELLI, 1998, 2005).

Todavia, ao retornar para Portugal em 1793, o naturalista não teve a possibilidade de publicar nenhum manuscrito do seu trabalho. Por várias vezes, Ferreira tentou financiamento para publicar seus estudos, mas foi ignorado pela realeza. Isso ocorreu, em parte, por causa da política de sigilo da nação, pois não era interessante divulgar estudos científicos de um mundo desconhecido para outros países europeus, sedentos por notícias e novas possibilidades. Outro motivo parece dever-se à própria corrupção e baixez moral da corte enfraquecida de Dona Maria I. Além disso, outro fato que colaborou para a não publicação de seu trabalho parece ter sido a invasão napoleônica em Portugal, a qual, no ano de 1808, confiscou boa parte da pesquisa para o Museu das Plantas de Paris como espólio de guerra.

Ferreira teve um triste fim, com todo o seu trabalho relegado ao esquecimento. Dedicou o restante de sua vida, que durou até 1815, ao serviço administrativo. Morreu vitimado por uma psicose progressiva e por total apatia pela existência (GOELDI, 1895; CUNHA, 1991). Assim como sua vida, a obra de Ferreira teve um destino trágico: dos 10 anos de pesquisa, pouco foi impresso para o grande público. Somente um século após sua morte, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro publicou sua obra na *Revista Trimensal*, com o título "*Diário da viagem philosophica pela Capitania de S. José do Rio Negro com a informação do estado presente dos estabelecimentos portuguezes desde a Villa Capital de Barcellos até a Fortaleza da Barra do dito rio*". O manuscrito foi publicado em quatro volumes, correspondentes aos anos de 1885 até 1888, com 692 páginas.

Parte do trabalho, em proporção relativamente menor, havia sido publicado pelo mesmo instituto em 1842, com o título "*A Viagem à Gruta das Onças em Mato Grosso*" (GOELDI, 1895). Entretanto, até o ano de 1895, quando o naturalista Emílio Goeldi escreveu o "*Ensaio sobre o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira*", estes dois trabalhos anteriormente citados eram o que existia sobre a obra de Ferreira, não havendo, ainda, nenhum ensaio publicado

sobre a obra desse autor. Tal desconhecimento está retratado em trecho da obra de Goeldi (1895, p. 28):

Não tenho conhecimento de qualquer outra coisa publicada em Portugal ou no Brazil, pertencente ao espolio litterario de A. R. Ferreira e mesmo quanto àquellas chapas gravadas não achei mais indicação alguma posterior a 1838 e me é totalmente desconhecido o destino que ellas tiveram.

Nas duas últimas décadas, observa-se a publicação de artigos científicos, resultante de informações da *Viagem Filosófica*, abordando diversos assuntos, tais como demarcações de limites de terras brasileiras (COSTA, 2001), estudos sobre as civilizações indígenas (COELHO, 2000; GUIMARÃES et al., 2009), estudos iconográficos sobre a biologia, a arte e a ciência (RAMINELLI, 2001; PATACA, 2005), discussões sobre a formação do pensamento social na Amazônia e sobre o imaginário do espaço amazônico (LEITE; 2010; CALDAS, 2011), entre outros. Com efeito, destacamos o trabalho da Biblioteca Nacional que conserva documentos produzidos durante a *Viagem Filosófica* e outros adquiridos por Ferreira, sendo que a Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira conta como mais de 1500 desenhos e 191 manuscritos, que foram restaurados, microfilmados e as estampas fotografadas e digitalizadas, os quais estão, em maioria, disponíveis ao público no sítio do acervo digital da Biblioteca Nacional.

A *Viagem Filosófica ao Rio Negro* de Alexandre Ferreira da Silva é uma obra de grande importância no mundo colonial português. Seu título deve-se ao fato de que, no século XVIII, as ciências particulares ainda não se haviam separado totalmente da Filosofia. A mesma faculdade albergava os cursos ditos *científicos*, a *Filosofia Natural*. Daí o nome *Viagem Filosófica*, que hoje seria mais bem expresso pela expressão *Viagem Científica*.

Para Abdalla (2010) as viagens filosóficas são empreendimentos de iniciativa e financiamento da Coroa portuguesa, na segunda metade do século XVIII, com a intenção de avançar os conhecimentos sobre a História Natural, principalmente nas colônias lusas. Com efeito, outros países europeus realizaram expedições científicas similares. No entanto, a expressão *viagem filosófica*, aparentemente se refere a uma atividade da escola portuguesa, uma prática do despotismo esclarecido, com financiamento de Estado, para

fortalecer a coroa por meio do domínio do conhecimento científico natural. Brigora (2000) sintetiza esse formato de viagem filosófica com cunho estatal já nas instruções Linneanas:

As Instruções Linneanas de 1753 e 1759 articulavam-se funcional e conceitualmente através de duas ideias-chaves: as viagens filosóficas, pela sua natureza profissional e pelo seu alcance econômico são um assunto público e uma tarefa do Estado; o museu de História Natural é o local por excelência onde se desenrola o labor final do naturalista, tendo por objeto científico os produtos remetidos pelo viajante. (in PATACA; PINHEIRO, 2005, pp. 61-62)

A *Viagem Filosófica* compunha uma etapa importante do estudo da Filosofia Natural, mas não era um fim em si mesmo. Havia duas etapas importantes, a posterior e a preparatória. Na etapa posterior, os produtos naturais eram inventariados em um museu onde ocorreria a classificação das espécies e um estudo minucioso delas. No caso português, no Museu Real da Ajuda. Os produtos vegetais vivos eram encaminhados para o Jardim Botânico, onde eram cultivados, principalmente os gêneros de interesse econômico e medicinal. Tanto o museu quanto o jardim botânico serviam como campos de estudo para aulas práticas dos alunos da Universidade de Coimbra, compondo um ciclo educacional na produção do saber científico. Na etapa preparatória, os naturalistas eram instruídos para melhor observação das riquezas naturais com o objetivo de tornar a viagem mais produtiva. Essa etapa exigia uma grande aquisição de conhecimentos úteis à viagem. Esperava-se do naturalista um conhecimento em história natural, geografia, química, navegação, metalurgia, mecânica, medicina, línguas, desenho e até música. Requeria-se, também, boa resistência física, hábitos regrados de alimentação e elevado nível de disciplina e moral. Para tanto, foram produzidos manuais com instruções de como recolher, preparar e remeter os produtos naturais. Estes também davam informações sobre como observar e descrever tais produtos, sobre os manufaturados, a agropecuária e a sociedade local encontrada, enfim, sobre o estado geral das coisas. Além disso, os manuais continham informações sobre os caminhos a serem seguidos e sobre a forma de produzir diários de viagens.

Estes manuais, igualmente, procuram sistematizar o olhar do viajante sobre a natureza e reduzir as interpretações pessoais e subjetivas (ABDALA, 2010).

As *Viagens Filosóficas* constituem um capítulo importante do Iluminismo português. Dando continuidade ao projeto da Ilustração do Marquês de Pombal, o Ministro da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, que o substituiu na administração de D. Maria I, dos anos de 1777 até 1795, empreendeu este tipo de iniciativa para o enriquecimento científico do reino. Estas viagens, igualmente, tiveram sua continuidade com D. Rodrigo de Sousa Coutinho que, nos anos de 1796 a 1802, esteve à frente do mesmo ministério (PATACA; PINHEIRO, 2005).

Analisar a história da formação do Brasil com suas dimensões continentais é de grande importância para o entendimento da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira. Afinal, parece estar na posse portuguesa daquele território a justificativa primeira para esta empreitada e para o seu financiamento pela Coroa.

Para a realização desta presente pesquisa, servimo-nos da edição conjunta das editoras INPA (Editora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazonas) e EDUA (Editora da Universidade Federal do Amazonas), feita em Manaus no ano de 2007 e que porta o título *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Contém ao todo 663 páginas, com textos originais de Ferreira. O Compêndio está dividido em quatro partes. A Parte I porta o título *Diário do Rio Negro*, contendo sete capítulos; a Parte II, com o mesmo título, igualmente com sete capítulos. A Parte III, denominada *Suplementos do Diário do Rio Negro*, contém quatro suplementos aos capítulos, um tratado sobre agricultura e outro sobre doenças e curas. A Parte IV, que segue até a página 571, intitula-se *Anexos do Diário do Rio Negro*. Das páginas 583 até 663 o livro é dedicado a índices e a um posfácio.

Durante a leitura do *Diário*, percebemos que o naturalista investe um tempo precioso transcrevendo ofícios, cartas régias, relatórios e outros. Igualmente apresenta o estado presente das casas dos brancos e dos índios qualificando e quantificando, descreve a casa do diretor e a igreja, chegando a arrolar os utensílios religiosos, descreve a agricultura, a existência de manufaturas e as plantas e os animais encontrados e, em especial, as drogas do sertão. Ao final de vários capítulos, o naturalista faz cuidadosas tabelas

quantificando brancos, escravos, índios, a produção agrícola, a pecuária, as manufaturas e outros, sendo aquelas um rico retrato sobre a economia amazônica do século XVIII.

Na leitura do texto do *Diário do Rio Negro* facilmente percebemos o caráter pragmatista e economicista da expedição. Como afirma Goeldi (1895), o termo “*Filosófico*” pode ser mais bem entendido como “economia social”. Todavia, essa praticidade sempre está acompanhada de uma metodologia científica para a descrição das coisas. Com efeito, percebemos que, além de um naturalista, Ferreira se empenha para ser um servidor público fiel e exemplar, um informante oficial do estado presente das coisas sob o domínio de Sua Majestade. Talvez isso explique um pouco alguns aspectos burocráticos do texto.

Por fim, a obra de Ferreira pode ser uma leitura um pouco tortuosa no começo, para o leitor não acostumado, por não ser um compêndio preparado para uma edição final. Assemelha-se a um diário de bordo que é capaz de encantar o leitor, após um período de persistência, permitindo um contato direto, sem filtros, com aquela realidade amazônica da década de 1880, sob a ótica do naturalista.

Com efeito, a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira é um verdadeiro tratado de história natural, agropecuária e econômica do Brasil, ainda pouco conhecido nos círculos acadêmicos. É a saga de um homem fiel à sua pátria luso-brasileira que, com coragem e reduzida equipe, fez o primeiro levantamento socioeconômico da Amazônia.

Assim, este estudo tem como seu objetivo maior evidenciar as originalidades trazidas pela Viagem Filosófica ao Rio Negro chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira, bem como, suas contribuições, para a história, a cultura e a ciência brasileira.

Dessa forma, faz-se aqui, por meio de análise comparativa e por de revisão de literatura colonial e científica a elaboração dessa pesquisa.

No primeiro capítulo, efetuamos uma exposição do contexto histórico, social e econômico que ocorreu a *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, bem como de suas possíveis motivações.

No segundo capítulo, em que fazemos a análise interna da obra de Ferreira, inspiramo-nos na célebre divisão que Euclides da Cunha fez de sua obra *Os Sertões*, com seus três focos de análise: a Terra, o Homem e a Luta.

Substituímos ali o termo “Luta” por “Trabalho”, para nos adaptarmos ao texto de Ferreira (CUNHA,1905).

No terceiro capítulo, realizamos uma análise comparativa da *Viagem Filosófica ao Rio Negro* de Alexandre Rodrigues Ferreira ocorrida entre 1783 à 1792, com dois importantes compêndios do período colonial brasileiro: *O Tratado Descritivo do Brasil* de 1587 de Gabriel Soares de Sousa e o livro *Cultura e Oculência no Brasil* de André João Antonil.

CAPÍTULO 1

CONTEXTO E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA VIAGEM DO NATURALISTA ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA AO BRASIL

1.1. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e sua época

Entender o contexto histórico da época e as possíveis motivações da *Viagem Filosófica* de Ferreira faz-se de fundamental importância para se compreender a expedição em si e para se pensar em suas contribuições para a formação do Brasil(Figura 1).

Procedemos aqui, por meio de revisão da literatura colonial e científica, à descrição de fatos dos séculos XVII e XVIII que produziram importantes transformações na história colonial brasileira, bem como à análise de suas relações com a *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira.

No século XVIII, Portugal parece abandonar o discurso messiânico que embalou a nação durante o século anterior e sofre um processo irreversível de secularização. Por outro lado, ocorrem grandes mudanças políticas e ideológicas, representadas por acontecimentos anteriores e posteriores ao Tratado de Madrid (1750). Vale salientar que, anteriormente à viagem de Ferreira, logo após a assinatura desse Tratado, para resolver problemas de ocupação da América Meridional, organizou-se uma comissão de demarcação de fronteiras que seria formada por membros de Portugal, os quais se somariam a membros da Espanha. As comissões, de ambos os países, encontrar-se-iam no vale do Rio Negro, porém os espanhóis não apareceram. Mesmo assim, os técnicos a serviço de Portugal foram aproveitados para outros fins de ocupação, suspendendo por quase uma década os trabalhos de demarcação de fronteiras (SOARES, 2006).

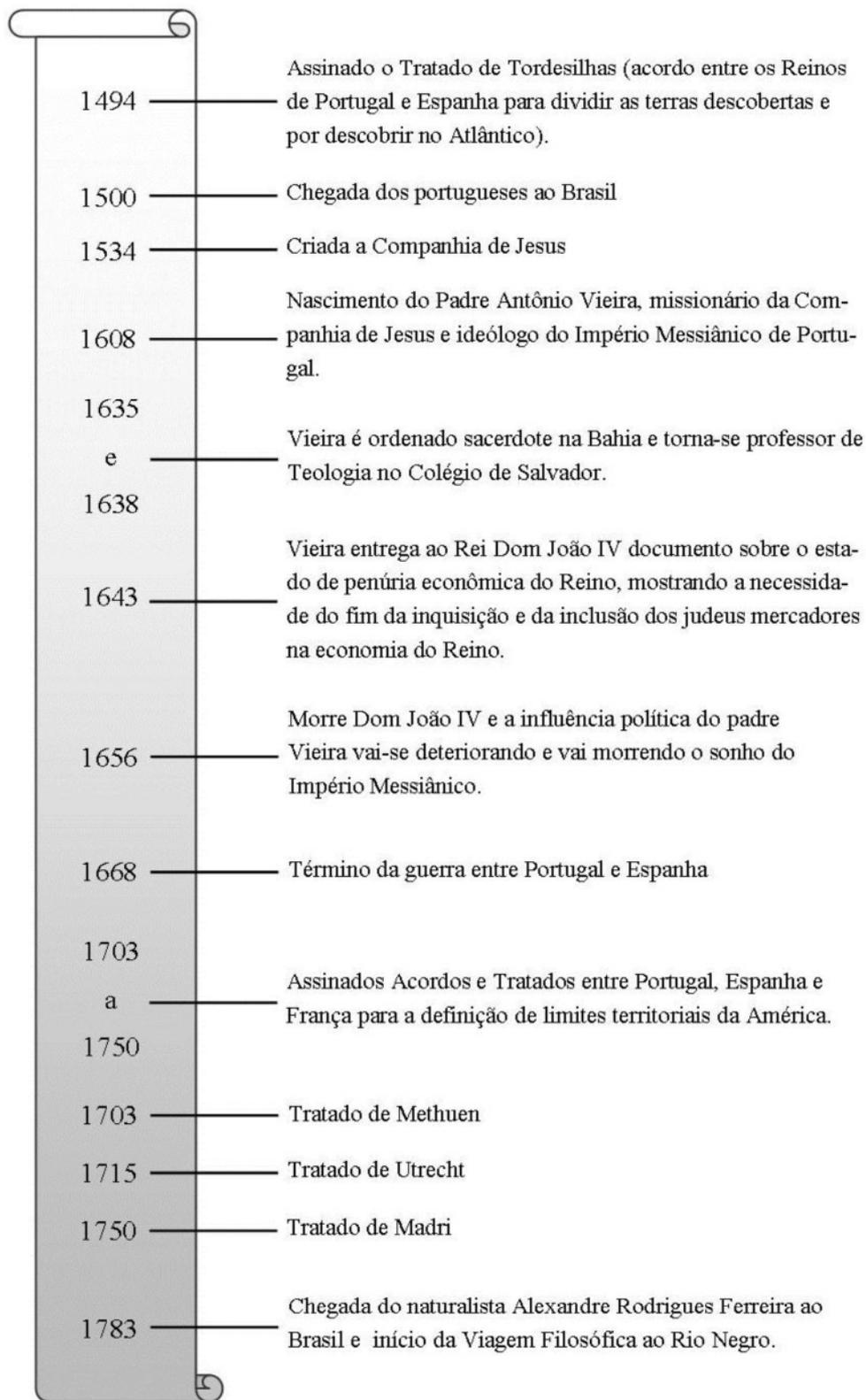


Figura 1. Cronologia dos principais eventos históricos e políticos que antecederam a *Viagem Filosófica ao Rio Negro* realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira. Organização: LAMARCA, E. T.(2015)

FONTE: CORTESÃO (1950) ;BICALHO; SOUZA (2006); FERREIRA (2007)

Os Tratados de El Pardo de 1761 e de Santo Idelfonso de 1777 parecem não ter alterado significativamente o formato do território brasileiro, como foi definido pelo Tratado de Madri de 1750. Se a Espanha e Portugal tivessem respeitado o Tratado de Tordesilhas de 1494, o Brasil provavelmente seria dois terços menor do que é hoje. Foram as incursões dos bandeirantes e das missões religiosas, por vias hidrográficas ou terrestres, que lentamente garantiram este território continental ao Brasil, com dois terços ocupados além do Meridiano de Tordesilhas.

A questão geográfica também parece estar relacionada com a ocupação do território brasileiro. Ao traçarem a linha de Tordesilhas, era muito provável o desconhecimento da existência da Cordilheira dos Andes pelos espanhóis. Na região norte, os portugueses, desde o começo da ocupação, garantiram o seu domínio da foz dos grandes rios, com a construção de fortes, algo que facilitou o domínio, enquanto os espanhóis, para ocuparem a região amazônica, precisaram vencer a grande escarpa da Cordilheira dos Andes. Parece não ser exagero dizer que Portugal, além das grandes vias hidrográficas, tinha nessas cadeias montanhosas uma grande muralha natural a seu favor em face dos interesses dos espanhóis. No final do século XVI, os espanhóis também estavam mais preocupados em manter e fazer prosperar suas colônias sul-americanas e caribenhas, parecendo pouco preocupados com a Amazônia. (SOUZA, 2009).

As mudanças de formas de pensamento do século XVII para o XVIII, com o fortalecimento da burguesia e o advento do Iluminismo, na segunda metade do século XVIII, revolucionaram o jogo de poder e a maneira de perceber a realidade, tendo uma relação direta com a *Viagem Filosófica* de Ferreira. Parece não haver dúvidas de que as viagens transcontinentais e as descobertas de novos mundos e culturas iniciaram grandes transformações nas estruturas das sociedades dos séculos XVII e XVIII. A emancipação da burguesia, a consolidação do capitalismo, o acúmulo de capital que potencializava o trabalho humano para modificar, dominar, transformar e explorar a natureza, o empirismo de uma burguesia livre que dava prioridade à razão e ao espírito crítico, tudo isso fazia com que o poder laico e burguês passasse a imperar, provocando a derrocada de velhas estruturas de poder com bases medievais. Nesse ambiente, surge também uma ciência moderna,

crítica, experimental e empírica a serviço dos valores burgueses, que rompe com as sutilezas da antiga Escolástica.

Foi nesse momento histórico de mudanças de paradigmas e de formas de pensamento que se formou Alexandre Rodrigues Ferreira. Brasileiro, nascido na Bahia, em 27 de abril de 1756, teve como pai o português Manuel Rodrigues Ferreira, que desejava que o filho seguisse a vida eclesiástica. Foi encaminhado, assim, pela família, para a Universidade de Coimbra, em 1770, com a intenção de seguir o sacerdócio. Contudo, provavelmente influenciado pelas reformas pombalinas dessa Universidade, que se concluíram em 1772, Ferreira abandonou a carreira do sacerdócio, iniciando no ano de 1773 a faculdade de Direito, em 1774, a faculdade de Filosofia Natural e, em 1775, a faculdade de Matemática. A grade curricular do curso de Filosofia Natural incluía história natural, composta por zoologia, botânica e mineralogia, física experimental, química teórica e prática, lógica, ética e metafísica (GOELDI,1895; CUNHA,1991).

Devido ao seu caráter zeloso e estudioso, obteve grande notoriedade entre os professores, ocupou a função de demonstrador de História Natural já durante o curso e, depois de formado, foi professor da Universidade de Coimbra (CUNHA,1991).

Somente trinta anos após a vinda da primeira comissão demarcadora dos limites foi que se organizou a segunda, em consequência do Tratado de Santo Idelfonso (1777). Nesse momento histórico, também crescia o interesse português pela ocupação da Amazônia e aí parece estar um dos principais motivos para a organização da expedição filosófica natural, que foi comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira com o objetivo de desvendar um imenso território ainda desconhecido, formado pela atual Amazônia brasileira. Ressaltamos que, originalmente, as intenções eram de que a viagem de Ferreira saísse junto com a comissão demarcadora de 1777. No entanto, provavelmente por questões administrativas, rumou para o Brasil no ano de 1783. Neste sentido, a *Viagem Filosófica* pode ser vista como uma ação complementar àquela comissão, com a intenção de delimitar as possessões portuguesas em face das espanholas no norte do Brasil (SOARES, 2006).

1.2. Antônio Vieira e o sonho do Quinto Império

Antônio Vieira, emblema do século XVII em Portugal, foi o autor da concepção messiânica do Estado português, a de sua missão religiosa. Segundo ele:

“Todos os Reis são de Deus, mas os outros Reis são de Deus feitos pelos homens: o Rei de Portugal é de Deus, feito por Deus e por isso mais propriamente seu.” (VIEIRA, *Palavra de Deus Desempenhada*, 1688)

Vieira sintetiza o discurso religioso português do século XVII. Pode-se perceber uma relação dialética, na qual ele viveu o seu século e de certa forma o seu século viveu dele. Vieira personifica, de modo exemplar, as relações contraditórias estabelecidas entre o centro e as periferias do império lusitano.

Antônio Vieira nasceu em Portugal em 1608, na Freguesia da Sé, em Lisboa. Veio para o Brasil ainda criança, com toda a família. Ingressou no Colégio da Companhia de Jesus aos 15 anos e formou-se noviço em 1625, tendo estudado Teologia, Lógica, Física, Matemática, Metafísica e Economia. Lecionou Humanidades e Retórica em Olinda, foi ordenado sacerdote na Bahia pela Companhia de Jesus em 1635 e, em 1638, foi nomeado professor de Teologia no Colégio de Salvador. Tornou-se missionário entre os índios na Bahia e, mais tarde, no Maranhão. Também teve sua atividade religiosa na Europa, em Lisboa e em Roma. Vieira deixou, ainda, escritos proféticos, nos quais previa, para Portugal, um futuro de glória, com um império cristão, messiânico, missionário e catequizador, o chamado *Quinto Império* (BICALHO; SOUSA, 2006; SILVA, 2010).

O messianismo não era algo novo em Portugal. No entanto, a teoria de Vieira trouxe uma inovação inegável em tal ideia. O novo império messiânico, ou o chamado *Quinto Império* referia-se a um fato físico, ou seja, às conquistas portuguesas espalhadas pelos continentes, que alimentavam os velhos mitos. Por meio das conquistas ultramarinas, aliadas às missões religiosas, Portugal levaria Cristo ao mundo e desvendaria este mundo para os europeus. Para ele, a América ligar-se-ia à Europa à medida que as profecias se revelavam, as quais só eram passíveis de serem explicadas pelos portugueses. Vieira procurava assim, por meio da catequese, um significado para as contradições

das conquistas ultramarinas, buscando um sentido bíblico para elas (BICALHO; SOUZA, 2006).

A teoria de Vieira ainda bebia de duas fontes do Novo e do Velho Mundo. No Novo Mundo, estava ligada à sua experiência com os indígenas brasileiros, pelos quais lutou para defendê-los da escravidão, em face dos interesses imediatistas dos colonos. Já no Velho Mundo, a teoria estava relacionada aos cristãos-novos do reino, os quais defendia junto ao rei contra o tribunal do Santo Ofício. Entre aqueles, estavam muitos intelectuais portugueses de origem judaica que haviam sido exilados por causa da Inquisição. Assim, Vieira reforçava o discurso religioso do Estado português, o qual devia adotar sua missão imperial e apostólica que, para ele, estava declarada nos textos sagrados. Desta maneira, as riquezas do império e o progresso da Igreja eram inseparáveis (Idibem).

Os escritos de Vieira ganharam força quando os portugueses, após 60 anos de dominação espanhola, reconquistaram a sua autonomia e colocaram no trono Dom João IV, o Duque de Bragança. Seus textos são marcados pelo sebastianismo e pelo fervor patriótico que envolveu a restauração de Portugal. Em 1641, Vieira vai a Portugal, integrando a comissão de apoio ao novo rei, D. João IV. Em 1643, entrega ao rei um documento sobre o estado de penúria econômica do Reino e a necessidade de integrar os cristãos-novos ou os judeus mercadores na economia portuguesa. Nesse documento, ainda sugere a criação de uma companhia de comércio e o cultivo de drogas e especiarias das Índias no Brasil. Vieira parece sempre apresentar, além de preocupações religiosas, sugestões para a melhoria econômica de Portugal (BICALHO; SOUZA, 2006; SILVA, 2010).

Com suas iniciativas e demonstrando uma visão política avançada, Vieira logo cai nas graças do rei, sendo destacado para relevantes missões diplomáticas da corte e nomeado pregador régio. Em sua atividade diplomática, gera várias polêmicas pela liberalidade de suas iniciativas, entre as quais se destacam a redação de documento no qual sugere a entrega de Pernambuco aos holandeses, a proposta de composição de uma fragata com alimentos e munições em sociedade com os judeus, a polêmica proposta de reunião de todos os cristãos-novos, espalhados pelo continente europeu, a fim de protegê-los da Inquisição (BICALHO; SOUZA, 2006).

Suas ideias incomodam os inquisidores, principalmente pela defesa dos judeus, o que gera uma pressão para que abandone a Companhia de Jesus. Devido a esta mesma causa, Vieira foi denunciado ao tribunal do Santo Ofício. No entanto, nada lhe aconteceu, pois tinha a proteção de Sua Majestade. Em 1649, foi criada a Companhia Geral de Comércio do Brasil, concretizando um de seus principais projetos. Nesse mesmo ano, Vieira começa a escrever os seus polêmicos textos proféticos, como, por exemplo: a “*História do Futuro*”. Em 1650, Vieira vai a Roma para articular um conjunto de iniciativas diplomáticas do Estado. Fruto de sua polêmica defesa dos judeus, em 1652, o império luso envia-o de volta ao Brasil com a função de superior dos missionários jesuítas do Maranhão e do Pará. Após retornar ao Brasil, em 1653, com 45 anos de idade, dedica-se à defesa da liberdade dos índios e da melhoria de suas condições de vida. No entanto, após novamente retornar a Portugal, em 1654, com o objetivo de defender junto ao rei normas de um estatuto dos índios, no qual obteve êxito, é que Vieira retorna ao Brasil em 1655, com plenos poderes para organizar os aldeamentos indígenas, fato que o coloca diretamente contra os interesses escravocratas dos colonos (Idibem).

Com efeito, Vieira simboliza essa fase do Brasil colônia, anterior ao iluminismo europeu, com um discurso messiânico de Estado imperial português. A história do Brasil, nos seus primeiros dois séculos, confunde-se com a própria história da Igreja Católica. Com efeito, foi com duas missas que a presença portuguesa fez-se assinalar em terras brasileiras, celebradas pelo Frei Henrique Alves de Coimbra. A primeira aconteceu no ilhéu da Coroa Vermelha, atualmente desaparecido, e a segunda em terra firme, onde uma cruz foi feita com madeira nativa, simbolizando o primeiro ato de posse portuguesa em Terras de Santa Cruz (inicialmente *Ilha de Vera Cruz*), ao lado do altar, além das armas do rei, que esteve sempre alçada à bandeira da Ordem de Cristo. Na carta de Pero Vaz de Caminha, de 1500, ao rei de Portugal, a certidão de batismo do Brasil, além das belezas e riquezas da terra, também estavam declaradas as intenções missionárias:

E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta

deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar
(CAMINHA, 1500, p. 4).

Representando esse discurso religioso, tão bem expresso por Vieira, não poderíamos deixar de citar outros jesuítas, como Manoel de Nóbrega e José de Anchieta que, com todas as dificuldades, adaptaram-se à terra, ao clima e aprenderam o idioma nativo para transmitir a fé aos índios. Na forma de organização em aldeamentos, criada pelos primeiros jesuítas, os missionários dedicavam seu tempo à catequese, ao ensino das artes e ao ensino da agricultura nos moldes europeus. O conflito de interesses com os colonos sempre existiu, pois estes desejavam o trabalho escravo dos índios e provavelmente havia disputas comerciais entre os aldeamentos religiosos e os colonos. Com efeito, a organização em aldeamentos permaneceu por séculos, sendo, junto com as bandeiras, um dos principais movimentos de ocupação da colônia (LIMA, 2004).

Os sonhos de Vieira, de um Quinto Império luso que levaria Cristo para todo o mundo, aconteceram na segunda metade do século XVII, época conturbada em que os portugueses não acertavam o comando da nação e a economia não era favorável. Por isso, não é exagero dizer que os sonhos de Vieira acabaram-se quando esse século terminou. Nos anos entre 1655 e 1661, o poder político e de influência de Vieira vai-se deteriorando. Isto se deve à crescente aversão dos colonos, com seus interesses mercantis escravocratas, que conflitavam com a proteção que os jesuítas, ao seu modo, proporcionavam aos índios. No entanto, é com a morte de seu principal defensor, o rei D. João IV, em 1656, que o poder de Vieira cai por terra e, junto com ele, o seu sonho de um império messiânico. A péssima situação financeira do reino também não favorecia o messianismo. A adversa conjuntura européia, somando-se à questão da longa guerra contra a Espanha, que só terminaria em 1668, consumindo as energias do império, impunha alianças desfavoráveis. Assim, dando privilégios comerciais aos ingleses, que antes eram específicos dos portugueses, foi celebrado por Portugal, em 1703, o Tratado de Methuen, fato que, em muito, colaborou para a formação das bases econômicas do futuro Império Britânico do século XVIII (CORTESÃO, 1950; BICALHO; SOUZA, 2006; SILVA, 2010).

No final de sua vida, Vieira, com seus quase noventa anos, depois de ter sido feito prisioneiro pela inquisição e quase ter ido para a fogueira, ainda buscava um sentido oculto nos cometas, que anunciassem tempos gloriosos. No entanto, isso não aconteceria. O término do século XVII marcou também o final de um pensamento balizado predominantemente pela religião e deu início a uma nova visão de mundo onde predominavam os homens e o mercantilismo. O messianismo já não ganhava mais os ambientes de decisão da política, nem influenciava a monarquia. O destino do século seguinte seria outro, eminentemente laico. O ideal do Quinto Império, ultramarino e colonial, do grande império português de simbologia religiosa, secularizava-se. Paralelamente, uma nova classe social, formada predominantemente por comerciantes e capitalistas, começa cada vez mais a enriquecer e a ganhar força no continente europeu, criando novos desafios às tradicionais concepções de poder, notadamente às do direito divino dos reis (BICALHO; SOUZA, 2006).

Foi nesse contexto, com o território da colônia consolidado, com a economia colonial buscando reforçar novamente a agricultura, após a decadência do ciclo do ouro, com um mundo em transformação pelas ideias burguesas e liberais, talvez tardiamente, como diria Soares (2009) “no apagar das luzes do Iluminismo”, com sonhos de Vieira de um império messiânico já desfeitos, foi que a Coroa Portuguesa pareceu acordar para a modernidade e, entre um dos seus, feitos realizou a *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil.

1.3. A economia dos primeiros séculos após o Descobrimento

Saindo do discurso religioso, percebemos que a colonização do Brasil parece ter tido um fundamento mais econômico que ideológico. Para Caio Prado Junior (1976), a colônia brasileira constituiu-se para fornecer gêneros ao comércio europeu. A essência da constituição colonial era o fornecimento de açúcar, tabaco e produtos do extrativismo, em um primeiro momento, num segundo momento, ouro, diamantes e, num terceiro momento, algodão e café.

A própria expansão ultramarina, que aconteceu após o século XV, nasceu do desenvolvimento comercial europeu. Este obteve um grande impulso a partir do século XI até o século XV. Com efeito, até o século XIV,

todo o comércio da Europa era praticamente terrestre, com uma pequena navegação costeira de cabotagem. Todavia, foi nos séculos XIV e XV, com a revolução das técnicas de navegação e quando as invasões turcas começaram a atrapalhar as linhas de comércio com o Oriente, dificultando a entrada de produtos de alta qualidade e manufaturas, que uma nova rota, totalmente marítima, contornando o continente pelo estreito de Gibraltar, estabelece um novo eixo de ligação entre os polos de comércio europeu, o que revolucionará todo o equilíbrio econômico do continente (PRADO JUNIOR, 1976; FURTADO, 2005).

Com essa transformação nas rotas das mercadorias, o comércio perde sua primazia nos países centrais do continente europeu, que eram favorecidos pela antiga rota terrestre. O novo caminho beneficia os países da face oceânica, principalmente os da Península Ibérica. A Europa deixa de viver recolhida em si mesma e se expande para além-mar. Portugal, o país mais bem posicionado geograficamente, logo passa a traficar com os mouros na costa da África e descobre as Ilhas de Cabo Verde, Açores e Madeira. Os espanhóis seguem atrás pelo ocidente, descobrindo a América e logo começa uma grande disputa marítima com os outros países da Europa, como a França, a Inglaterra, a Holanda, a Dinamarca e a Suécia, com o objetivo comum de encontrar um caminho para o Oriente (PRADO JUNIOR, 1976).

Com relação aos territórios descobertos, as intenções dos europeus eram muito parecidas em todos os países, no século XV. Não havia a ideia de povoar nenhum território. O que interessava, a princípio, era o comércio. A ocupação se dava com simples instalações para negociar com os nativos e estruturas para servir de base à navegação, como os portugueses fizeram na Índia e na África e os italianos no Mediterrâneo. Todavia, a América, com um território primitivo, habitado por uma população indígena grande, mas incapaz de produzir gêneros, de imediato, para o comércio europeu, exigia feitorias maiores com capacidade para administrar a produção de gêneros. Esta necessidade surgiu historicamente, nesse momento, e Portugal foi pioneiro nessa iniciativa, o primeiro nas ilhas do Atlântico e, depois, na América (Idibem).

Os primeiros produtos da América, aí incluído o Brasil, que foram comercializados, foram os espontâneos do extrativismo, com destaque para as madeiras de construção e tinturaria, as peles de animais e os pescados. Na

costa brasileira os aventureiros do descobrimento perceberam, em larga escala, a presença de uma espécie semelhante à outra explorada no Oriente, o pau-brasil (PRADO JUNIOR, 1976).

A importância do comércio do pau-brasil, para tingir tecidos, foi tão grande que parece ter provocado a mudança do nome da colônia: a Terra de Santa Cruz passou a se chamar *Costa do Brasil*, *Terra do Brasil* e, finalmente, *Brasil*, provavelmente o único país do mundo com a designação proveniente do nome de uma árvore. Esta árvore que os índios chamavam de *ibirapitanga* foi o primeiro recurso natural altamente explorado pelos descobridores da colônia brasileira (ROCHA, 2005).

O comércio era extremamente lucrativo, uma vez que o rei de Portugal mandou fechar o mercado desta madeira no continente asiático. Estima-se que já nos primeiros anos coletavam-se 1200 toneladas do produto por ano. No ano de 1588, 4700 toneladas passaram oficialmente pela aduana portuguesa, provavelmente metade do volume real. O comércio clandestino dos franceses era tão bem estruturado como o dos portugueses. Somando-se os portugueses, os franceses e o contrabando de espanhóis e ingleses, estima-se que, no auge da exploração, chegou-se a 12.000 toneladas por ano (DEAN, 1996, pp.63-64).

Na terceira década do século XVI, Portugal tem a percepção de que os seus direitos sobre as terras brasileiras, apesar do Tratado de Tordesilhas, não estavam assegurados. Para tanto, era preciso promover sua ocupação efetiva com base na agricultura. Com as dificuldades financeiras e humanas do Reino, a estratégia utilizada foi a da divisão do território brasileiro em quinze capitanias hereditárias, com titulares que gozavam de regalias e amplos poderes. A cultura escolhida foi a da cana-de-açúcar, produto que só era lucrativo para o grande latifúndio, com necessidades e estruturas custosas e grande demanda de trabalho compulsório. Assim se deu o início da ocupação até o século XVII, com a cana-de-açúcar, a aguardente, o tabaco e os gêneros do extrativismo como os principais produtos da colônia. Todavia, não excluimos os gêneros alimentares de subsistência e a importância da pecuária, mas para fins de produção de bens para a exportação, a indústria do engenho era a principal representante da colônia.

Com o início da mineração de ouro e diamantes, principalmente com as jazidas de aluvião do século XVII e XVIII, inicia-se um novo ciclo econômico na

colônia, que podemos classificar como *o segundo ciclo*. A mineração e o lucro rápido que ela significava atraíram praticamente todos os interesses do Reino para si. Esse fato gerou uma queda nas outras atividades econômicas, que entraram em decadência. Até a indústria da cana-de-açúcar, principal pilar econômico brasileiro por mais de um século e meio, não resistiu. Os interesses financeiros, os políticos, a população e os recursos fluíram para as áreas das minas, situadas na região centro-sul do Brasil, hoje o estado de Minas Gerais, até então desabitadas. Foram três quartos de século em que essa atividade passou ser a mais importante para a metrópole. A atividade mineradora também mudou o eixo econômico da colônia. Anteriormente localizado nos engenhos do Nordeste, com destaque para os estados da Bahia e de Pernambuco, transferiu-se para a região centro-sul do Brasil. Como consequência disso, ocorreu a mudança da capital da colônia que, em 1763, transferiu-se da Bahia para o Rio de Janeiro. Para abastecer a atividade mineradora, desenvolveu-se no sul de Minas e em São Paulo uma agricultura e uma pecuária promissoras, criando condições econômicas privilegiadas para a região, a qual resiste até os dias de hoje (PRADO JUNIOR, 1976; DEAN, 1996).

O terceiro ciclo econômico colonial tem provavelmente seu início com a decadência da mineração, causada pelo esgotamento das reservas de ouro e diamantes. A colônia passou por um período de prostração econômica na primeira metade do século XVIII. Todavia, devido principalmente à influência de fatores externos, como a Revolução Industrial e os diversos conflitos nas outras colônias tropicais e temperadas, como, por exemplo, o colapso de São Domingos no Haiti, as agitações políticas nas colônias inglesas, francesas, holandesas e, principalmente, a independência dos Estados Unidos da América, a agricultura no Brasil colônia vive um breve momento favorável. Gêneros até então secundários para a exportação, como o algodão e o arroz, passam a ter destaque, reanimando a economia da região nordeste e, em especial, a do Maranhão. Este, que não tinha um ou dois navios por ano em seu porto, passou a ter aproximadamente 150 embarcações, exportando mais de um milhão de libras anuais. A produção algodoeira maranhense foi seguida pela de Pernambuco e Bahia e esse gênero disseminou-se por boa parte do país, chegando ao Pará, e aos atuais estados do Paraná e de Goiás. O açúcar também, que, há quase um século, estava em decadência, retomou a sua

produção em Pernambuco, na Bahia e até em São Paulo (PRADO JUNIOR,1976 ; FURTADO, 2005).

O anil, produto muito mencionado por Alexandre Rodrigues Ferreira em seu diário da *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, foi uma esperança como gênero de exportação que rapidamente malogrou no Brasil. Foi produzido, sobretudo no Rio de Janeiro. Todavia, o produto brasileiro foi prejudicado por ter péssima aceitação nos mercados consumidores, devido à sua fama de ser mal preparado e por ser fraudado. Com efeito, a produção de índigo em toda a América, liderada pelas colônias do norte, praticamente desaparece até o final do século XVIII, devido à concorrência da Índia. Com a independência dos EUA, a Inglaterra incentiva com grandes capitais a produção na sua colônia indiana, absorvendo todo o mercado de exportação desse produto (PRADO JUNIOR,1976; FERREIRA, 2007).

Chegamos, com isto, às últimas décadas do século XVIII. Falta-nos tratar do advento do café na economia brasileira. Todavia, para fins deste estudo, interessa-nos ressaltar que esse novo impulso da agricultura, que teve o seu fim praticamente com o término do próprio século, foi mais quantitativo que qualitativo. Os processos agrícolas eram praticamente os mesmos do início da colonização; continuava-se a praticar a queimada e a acabar com os solos. O consumo de lenha, em especial nos engenhos, criou áreas desertas nas florestas do Nordeste. Não havia preocupação com as reservas futuras para o desenvolvimento do Brasil. Praticamente, toda a produção brasileira, já na época da Revolução Industrial, ainda era rudimentar, carente de melhoramentos técnicos. É também esse cenário econômico, um pouco ainda mais decadente, que o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira vai deparar no vale amazônico, sobre o qual fará muitas análises e indagações, que são uma rica contribuição ao nosso conhecimento do assunto e base de análise para a atualidade.

1.4. Os Tratados de limites do século XVIII

1.4.1. Antecedentes históricos do Tratado de Madrid

Para melhor compreendermos o Tratado de Madrid (1750) e a época em que foi firmado, na qual o mundo passa por enormes transformações, é importante bem observarmos alguns fatos históricos que o antecederam, como

o Tratado de Tordesilhas (1494) e os de Utrecht (1715), bem como as novas correntes de pensamento que começam a ganhar força no continente europeu.

O Tratado de Tordesilhas, de 1494, estabelecia entre as duas Coroas ibéricas uma divisão equitativa do novo mundo que estava sendo descoberto, a partir de uma linha imaginária estabelecida a trezentas e setenta léguas a oeste de uma ilha não especificada do arquipélago de Cabo Verde.

Com efeito, há muitos entraves para se compreender o Tratado de Tordesilhas, entre os quais as dificuldades de demarcações do meridiano, para muitos uma fronteira não demarcável. Parece não haver uma determinação precisa para tal linha imaginária (trezentas e setenta léguas). Porque o não uso de um número redondo, como quatrocentas ou trezentas léguas? Para Goes (1991), alguns especialistas acham que esse meridiano, na época, representaria aproximadamente o centro do Oceano Atlântico, ou seja, a distância entre as Antilhas e a Europa. Os limites do Tratado tinham, ainda, referências imprecisas, pois para o uso de léguas como unidade de medida era necessário especificar qual o tipo de légua que se utilizava, uma vez que, dependendo da referência, poderia representar outros valores (GOES, 1991).

Outra dificuldade em definir o meridiano estava em não precisar qual ilha de Cabo Verde deveria servir de marco para se iniciar a contagem das milhas. Para se ter uma ideia do problema, a distância entre a ilha mais ocidental e a mais oriental chega a trezentos e trinta quilômetros. Para Joaquim Norberto de Souza, criador, no século XIX, da teoria da intencionalidade do descobrimento do Brasil, a definição de trezentos e setenta léguas é a prova de que Portugal conhecia a existência de terras a leste do meridiano de Tordesilhas. Esta hipótese, até os dias de hoje, não foi totalmente confirmada, embora conte com muitos partidários.

Como justificativa para a assinatura do Tratado de Tordesilhas, é muito difundida a ideia de se dividir o mundo em dois hemisférios. A Espanha cedia no Atlântico e ganhava no outro lado onde existiriam as riquezas certas e comprovadas, provindas das especiarias. O Tratado parece ter sido concebido especialmente para o Oceano Atlântico, pois os europeus daquele tempo não conheciam o Pacífico. Outro fato interessante que reforça a concepção do Tratado para o Atlântico foi que somente anos depois de sua assinatura o Meridiano de Tordesilhas passou a ser considerado por ambas as Coroas, nas

terras da Índia, região mais importante para o reino ibérico do que o Brasil no século XVI.

Enfim, fica claro que os limites do tratado de Tordesilhas eram imprecisos, provavelmente devido às limitações da cartografia daquela época. Com efeito, no século XVI os europeus faziam a chamada *navegação por latitude*, na qual situavam bem as terras do norte e do sul, porém, não as de leste ou oeste, fato que torna comum encontrar-se em mapas a mesma ilha colocada na latitude correta e repetida em latitudes diferentes, tornando-se um arquipélago estendido. Segundo Furtado (2011), a ocupação do território não se deu de forma homogênea, como previa o Tratado, nos dois séculos que se seguiram, colocando, no século XVIII, os limites das Coroas Ibéricas em litígio. Portugal interiorizava seu povoamento no Brasil e o Meridiano se tornava, cada vez mais, um empecilho aos seus interesses de soberania na América.

A imprecisão do traçado do Meridiano parece ter colaborado para gerar diversas dúvidas nas fronteiras das duas Coroas. No norte do Brasil, as disputas estavam localizadas nas bacias do Amazonas, do Tocantins e de seus afluentes; já no extremo sul, a disputa se centrava na Colônia do Sacramento, junto ao Rio da Prata. Tal questão pode ter sido o principal balizador entre as negociações na América no início do século XVIII (FURTADO, 2011).

A Colônia do Sacramento parece ser um dos principais motivos de o Brasil ter-se interiorizado mais para a região norte que para a região sul. A posse portuguesa da região norte parece ser um ponto que justifica o interesse direto da Coroa em mobilizar esforços para a realização da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira à Amazônia.

1.4.2. O Tratado de Utrecht

Para Jaime Cortesão (1950), com os Tratados de Utrecht (1715) a Europa e a América entraram em período pré-revolucionário, nascendo o germen das revoluções emancipatórias da América e da França. Segundo ele, “os *Tratados de Utrecht* foram, na verdade, o primeiro capítulo da gênese dum novo Mundo” (p. 19). A monarquia após Utrecht começa a enfraquecer, visto que quem mais saiu derrotado foi o absolutismo da monarquia francesa e o princípio do direito divino dos reis. Fortalecia-se, então, a partir da influência parlamentar inglesa, o princípio da soberania popular, como definido pelo filósofo iluminista John Locke (de 1632 a 1704).

Portugal saiu do acordo feito em Utrecht com ganhos em seu território. Na região sul, em terras americanas, recuperava seu domínio sobre a Colônia de Sacramento. Já no extremo norte, ou seja, no Oyapoque (limite da Guiana com o Pará), seus direitos foram reconhecidos pela França, considerada sua vizinha mais perigosa nessa região. O Tratado de Utrecht coloca fim a uma disputa, com encontros e desencontros, entre Portugal e França, que se havia intensificado com a fundação de Belém (em 1616) e de Caiena (em 1637), colônia francesa nas Índias Ocidentais (CORTESÃO, 1950 ; PATELLO, 2011).

Outra importância do Tratado de Utrecht, de 1715, está na questão de ter sido uma medida judiciária aceita pela coroa francesa que garantiu a Portugal seu direito de exclusividade sobre a navegação no Rio Amazonas, conhecida na época como Cabo Norte, hoje o atual estado do Amapá, cobiçada desde a fundação da colônia por franceses, ingleses, holandeses que avançavam insistentemente em direção ao Grande Rio (PATELLO, 2011).

Parece estar no acordo de Utrecht a primeira garantia legal do domínio português sobre a região da Bacia Amazônica, como será descrito adiante, em uma análise mais detalhada sobre o Tratado de Madri e ocupação portuguesa nessa região.

1.4.3. O Tratado de Madrid

O Tratado de Madrid, celebrado em 1750, surge em um ambiente de bonança política entre as cortes portuguesas e espanholas, motivado, principalmente, por recíprocos casamentos entre os impérios. O acordo foi uma estratégia entre as cortes para solucionar uma antiga pendência no continente americano, ou seja, em torno do limite sul do domínio português, na bacia hidrográfica do Rio da Prata, a qual era representada principalmente pela Colônia do Sacramento, atualmente o território onde se encontra o Uruguai (LIMA, 2004).

Com esse Tratado, as Coroas da península ibérica selaram um pacto para finalizar as disputas de suas conquistas ultramarinas, substituindo tratados anteriormente estabelecidos entre si, especialmente o de Tordesilhas (1494) e o de Utrecht (1715).

Pelos termos do Tratado de Madrid, Portugal entregaria à Espanha o território da Colônia de Sacramento com todos os seus bens e, em

contrapartida, receberia o território das missões, tanto na margem direita do Rio Negro como na margem esquerda do Rio Uruguai. Algo correlativo far-se-ia no Rio Amazonas com os limites do norte, prevalecendo o princípio do “*uti possidetis*”, ou seja, fica com o território quem tem a última posse no seu uso, terminando-se assim, o período de vigência do Tratado de Tordesilhas. As populações não tinham muitas opções. Poderiam permanecer no local sob nova soberania ou deixar o território (LIMA, 2004).

Tal clima de “paz colonial” permitiu a expansão lusitana e a incorporação por parte de Portugal de extensos territórios indígenas, anteriormente reivindicados pelos espanhóis, algo que pressupunha uma mudança dos métodos utilizados pela colônia até então, principalmente na relação com o nativo. Desta forma, a população indígena passou a ser um elemento importante na manutenção e expansão do espaço colonial, podendo-se dizer que Portugal necessitaria da cumplicidade dos índios para a garantia de sua expansão, reconhecida pelo Tratado de Madrid. Com efeito, foram tomadas medidas significativas para a região Amazônica, como a expulsão dos Jesuítas e o confisco de suas terras, o estímulo à introdução de escravos trazidos da África e a proibição formal da escravidão dos índios em 1755. Os nativos foram integrados por decreto à sociedade portuguesa, ainda minoritária na região. Os aldeamentos religiosos foram transformados em povoações e rebatizados com nomes lusos. Em 1757, foi proibido o uso da língua materna (de matriz indígena), obrigando o uso da língua portuguesa nas escolas. Foram proibidos também a construção de casas de uso coletivo e o emprego de nomes de origem indígena, passando os índios a construir residências unifamiliares e receber sobrenomes de origem portuguesa (FREIRE, 2001).

No entanto, a aceitação do Tratado de Madrid não ocorreu de forma pacífica, pois, no acordo, a Espanha queria manter o controle nas margens do Rio da Prata. Para tanto, entregou os assentamentos dos jesuítas do Rio Grande do Sul, os Sete Povos das Missões, em troca da Colônia de Sacramento que os portugueses haviam estabelecido na margem oposta de Buenos Aires. Os índios guaranis, entretanto, se recusaram a ser transferidos dos territórios das missões para as margens do Rio da Prata, sendo atacados tanto por tropas portuguesas quanto por espanholas, episódio histórico que ficou conhecido como a *Guerra Guaranítica* (MELATI, 2007).

Enfim, prevalecem no acordo dois pilares principais, o “*uti possidetis*” e as “*fronteiras naturais*”, ou seja, cada um ficaria com o que já ocupava e os limites impostos pela natureza, como rios e montanhas dariam o desenho ao território.

Portugal sai com ganhos territoriais no Tratado de Madrid. Apesar de perder seu domínio sobre a Colônia do Sacramento e as margens do Rio Prata, legaliza seu território no centro da América, devassado durante dois séculos por bandeirantes, religiosos, colonos e leigos. Ficando ao sul com o território das missões jesuíticas, no centro-oeste com Mato Grosso e Cuiabá e, no extremo norte com o território em torno dos Rios Amazonas e Japurá (afluente do Rio Solimões), garantiu ao Brasil um formato triangular, alargado mais ao norte e semelhante ao mapa atual.

1.5. As transformações de mentalidade dos séculos XVII e XVIII

Saindo do campo físico e territorial da questão dos limites, outro ponto importante para entender este período histórico, são as transformações nas concepções filosóficas e políticas que ocorrem naquela época.

No continente europeu, assistimos a um processo de transição do modo de produção feudal para o capitalista. Essa mutação, que teve seu início a partir do século XV com o mercantilismo e com a expansão ultramarina, sofreu um aceleração nos séculos XVII e XVIII, em especial na França, Inglaterra e Alemanha. A práxis do trabalho, baseada na relação entre gleba, servos e senhor feudal, vai perdendo espaço e poder em benefício de uma nova classe formada e fortalecida pelas atividades do mercantilismo. Surge a burguesia e, com ela, a necessidade de um novo aparato ideológico para contrapor-se ao poder das monarquias. Nessa sociedade na qual o capitalismo está-se consolidando para acumular capital, busca-se potencializar a capacidade de trabalho humano para modificar, dominar, transformar e explorar a natureza. A humanidade ocidental passa a ver o mundo a partir do crivo da razão e do continente europeu; logo os novos princípios da Economia, da Física e da Política são levados a todo o globo (CORTESÃO, 1950; FORTES, 1981; CHAUI, 1995).

Esse momento histórico que se convencionou a chamar de Iluminismo traria consigo uma energia no uso da razão nunca antes conhecida da história

humana. Os intelectuais e especialistas do século XVIII adotam uma postura filosófica no uso da razão. Havia uma clara preocupação pedagógica e civilizatória no uso e na disseminação da faculdade da razão. A ambição desses intelectuais era sair de seu círculo fechado de especialistas para debater e divulgar esse conhecimento para o grande público, fato que aconteceu, com destaque, nos emblemáticos salões de Paris (FORTES,1981).

Segundo Kant (1784):

O Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem de servir de si mesmo, sem guia de outrem. Sapere aude! Tem coragem de te servires de teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. (p.1)

Para Kant, aparentemente, a razão era a grande vocação do espírito humano e o caminho de evolução da sociedade, mas era preciso vencer a tradição de o indivíduo condicionado pensar pelo outro. Só assim seria alcançada a liberdade e a evolução, pelo potencial reflexivo individual.

Não é possível compreender o Iluminismo como um sistema de pensamento, único e coeso. Estamos na verdade diante de uma pluralidade ideológica. Cada autor apresenta a sua doutrina com suas particularidades. Temos, entre os pensadores das Luzes, desde os defensores do despotismo esclarecido até os que defendiam a democracia plena.

Para tentar entender o Iluminismo é importante também vê-lo dentro da perspectiva política e econômica. Com a ascensão da burguesia, iniciou-se uma batalha ideológica em face da antiga ordem representada, de uma maneira geral, pelas monarquias e pela Igreja, instituições inseparáveis até então. Parece não ser exagero dizer que os iluministas são representantes intelectuais da nova ordem burguesa. Afinal, para as Luzes o homem poderia encontrar a liberdade, a felicidade social e política pelo uso da razão, características pouco compatíveis com o direito divino dos reis e com as restrições comerciais impostas pelas monarquias, ideário esse também que foi fundamental para a Revolução Francesa em 1789. Todavia, reduzir o Iluminismo a uma simples luta de classes é algo que parece perigoso e que

não dá a dimensão verdadeira desse momento do pensamento. Estamos diante da ideia da razão reflexiva como novo paradigma, partilhado tanto pelos pensadores da burguesia, como pelas mentes menos tradicionalistas da nobreza, o que vem tornar obsoleto o antigo sistema calcado na escolástica clássica e na tradição religiosa (FORTES, 1981; CHAUI, 1995; KUHN, 2011).

As descobertas de Isaac Newton e sua explicação dos movimentos dos corpos, por meio da teoria da atração universal, publicadas em 1687, derrubam a velha representação do universo, abrindo o caminho para um novo método científico com originais perspectivas do conhecimento humano. Somam-se a esse evento as inovações metodológicas trazidas pelos modernistas Bacon, Descartes e Locke. Esse novo ideário, ou melhor, esse novo paradigma, faz com que os pensadores, abandonem a sutileza da Escolástica e os sistemas de Aristóteles (384-322 a.C) e Ptolomeu (século II), dedicando-se a esses novos métodos de investigação que formaram os pilares da ciência moderna (FORTES, 1981).

O século das Luzes é, outrossim, marcado pelo clima de fervor científico, multiplicando-se as academias de ciências e tecnologia. Instrumentos como o telescópio e o microscópio são aperfeiçoados. O poder público passa a financiar custosos investimentos científicos, a exemplo, do Governo de Luis XV que envia equipes técnicas ao Peru e à Lapônia para medir graus dos meridianos na busca de confirmar a teoria de Newton. Multiplicam-se igualmente, com o iluminismo, os museus e as viagens de expansão do conhecimento de História Natural apoiadas por sociedades científicas e pelos Estados. A natureza, ao invés de uma descrição espontânea, passa a ser exposta pelos naturalistas segundo uma metodológica baseada principalmente no sistema binominal do sueco Carl Von Linneu (1707-1778). Entre os nomes famosos dos naturalistas expedicionários estão Cook, Bougainville, Humboldt, Serpa Pinto e Alexandre Rodrigues Ferreira. Com efeito, a *Viagem Filosófica* é um gênero literário que só foi possível com o Iluminismo, onde tudo era submetido ao crivo da razão, com uma posterior proposta econômica e política (FORTES, 1981; CRISTOVÃO, 1999). A obra de Alexandre Rodrigues Ferreira nos traz uma observação antropológica, etnográfica e econômica da realidade provavelmente influenciada pela lógica iluminista.

1.6. A Enciclopédia

Um grande feito do Iluminismo que não poderíamos deixar de citar foi a Grande Enciclopédia. Este singular ícone da cultura ocidental começou a ser publicado em Paris, no ano de 1751, sob o nome de “*Enciclopédia ou Dicionário Racionado das Ciências, das Artes e dos Ofícios, por uma Sociedade de Homens de Letras*”. A obra, que quando completada, no ano de 1780, chegou a ter 35 volumes, com 17 livros que continha textos, 11 tomos de ilustrações e 4 tomos suplementares. Foi realizada em dois principais períodos, sendo o primeiro entre 1751 e 1757 e o segundo entre 1762 e 1772. A enciclopédia diferenciava-se das outras de sua época por não ser uma mera relação de informações sistematizadas. Buscava assim, mostrar as relações entre diversos setores das artes, das ciências e dos ofícios, sob o crivo da razão. Como bem nos ilustra o matemático Jean Lerond d’Alembert (1717-1783) em seu Discurso Preliminar da Enciclopédia,

A obra que começamos – diz ele- (e desejamos acabar) tem dois objetivos: como Enciclopédia, deve expor tanto quanto possível a ordem e o encadeamento dos conhecimentos; como dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios, deve conter sobre cada ciência e sobre cada arte, quer seja liberal, quer seja mecânica, princípios gerais que lhe sirvam de base e os pormenores mais essenciais que são seu corpo e substância.(apud FORTES,1981, pp. 47-48)

O principal organizador da enciclopédia foi o parisiense Denis Diderot (1713-1784), o qual, para esse projeto, dedicou praticamente toda a sua vida. Diderot foi o grande líder dos enciclopedistas. Filósofo incansável na busca de seus objetivos, exercia grande influência entre os seus contemporâneos. A Enciclopédia contou com grandes vultos da história do saber como seus colaboradores. Além dos dois já citados, destacamos Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Buffon, Fontenelle, Quesnay, Turgot, Jaucourt. Ao todo foram 142 colaboradores que assinaram os verbetes da obra.

Entender a essência do Iluminismo é fundamental para analisarmos a *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira. Perceber as influências desta filosofia, calcada na razão, no diário de viagem de Ferreira é um dos propósitos deste trabalho.

1.7. Algumas características do Iluminismo em Portugal e da era pombalina

É difícil falar do Iluminismo em Portugal sem se levar em conta a figura do Marquês de Pombal. Parece não ser exagero dizer que Sebastião José de Carvalho e Melo, um homem de atitude e objetividade, foi o grande promotor das Luzes no Estado português. A gestão pombalina se empenhou em criar um limite entre as forças da Igreja e as da Coroa e em recuperar o atraso cultural de Portugal em relação à modernidade dos países mais desenvolvidos da Europa. Como bem expressa um poema da época, datado do ano de 1772, de autoria de José de S. Bernardino Botelho, sobre a Nova Fundação da Universidade de Coimbra,

Dissiparam-se as nuvens temerosas

Que a face das ciências encobriam

Pelas mãos de Carvalho poderosas

Ressurgem do sepulcro, em que jaziam:

Seu divino esplendor, seu rosto santo

Adora Portugal cheio de espanto.

(BOTELHO, p.3, 1772).

Uma das causas principais do fortalecimento do poder do Marquês de Pombal foi sua ação após a ocorrência de um terremoto em Lisboa, no ano de 1755, que destruiu boa parte dos prédios e matou aproximadamente 15.000 pessoas. O então ministro de Assuntos Exteriores e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, ao ser indagado pelo Rei sobre as providências, apresentou a seguinte resposta: “*enterre os mortos, feche os portos e cuide dos vivos*”. No ano seguinte foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios do Reinode Portugal, Conde de Oeiras em 1759 e Marquês de Pombal em 1769, obtendo, neste mesmo ano, o posto poderoso de Primeiro Ministro de Portugal, cargo que perdurou até a morte do Rei Dom José I, em 1777 (BOTO, 2010).

O Iluminismo no Portugal da era pombalina parece ter como uma das suas principais características o processo de secularização das instituições de poder. O Estado passa a administrar os assuntos temporais e na esfera da religião ficam os assuntos da alma. Ou seja, a religião deixa de ser o principal elo de ligação, produção e organização social, passando a ter uma função auxiliar ao poder da Coroa. O processo de secularização impõe, assim, um limite entre a Igreja e o Estado. Assim, o clero, antes de atender aos seus próprios interesses, deve agora acolher primeiros os interesses da Coroa. A religião parece ser fundamental para a manutenção do poder do monarca (Idibem).

Com efeito, o Iluminismo em Portugal parece não se ter caracterizado como um processo de emancipação social e religiosa como foi, por exemplo, o Iluminismo francês. Aparentemente, o Iluminismo promovido por Pombal não estava preocupado em formar cidadãos esclarecidos com liberdade religiosa, mas, sim, preocupava-se em criar súditos esclarecidos e católicos. O modelo de Iluminismo de Pombal assemelha-se ao do Rei Frederico da Prússia, sem a liberdade religiosa, que historicamente costuma chamar-se de *despotismo esclarecido*. Ou seja, existe uma preocupação com a racionalização dos costumes como um processo civilizatório. No entanto, essa racionalização deve ajudar a manter o poder da monarquia.

Nesse contexto, a educação pública de Estado passa a ter uma importância especial na gestão pombalina. Por um lado, como ferramenta de controle social, para estabelecer a nova ordem secularizada. Por outro, é algo que poderia gerar uma prosperidade do povo português, considerado culturalmente atrasado em relação à modernidade dos países mais desenvolvidos da Europa.

A reforma de Pombal seguia três principais pedagogos e teóricos portugueses, D. Luís da Cunha, António Nunes Ribeiro Sanches e Luís António Verney. Apesar de portugueses, moram fora de Portugal e foram influenciados pelas correntes iluministas exógenas. De maneira geral, apresentavam propostas preocupadas com interesses econômicos, políticos, comerciais e militares do Estado português. A reforma da instituição educativa deveria combater os atrasos do conhecimento em relação às ciências da razão, atraso este atribuído por Pombal aos jesuítas. Essa mudança na educação era considerada um passo importante para a reforma de Estado pretendida por

Pombal, para a recuperação da posição de destaque do Império português, o qual pretendia ser competitivo e poderoso. Como nos ilustra a última estrofe do poema já citado no início deste subitem:

*“Oh Bolonha ! Oh Paris! os Portugueses
Serão vossos rivais na nova Atenas:
Os gênios Alemães, Francos, Ingleses
Não invejo: faltava-nos Mecenas,
Que viesse animar-nos ao trabalho.
O Céu no-lo quis dar hoje em CARVALHO.”*
(BOTELHO, 1772, p. 7)

De especial interesse para este estudo, destacamos algumas ações da política pombalina para a região amazônica, como a criação da rede de fortes, sendo esses os de São Joaquim, São José de Marabitanas, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Bragança que garantiram a propriedade lusitana sobre o território ao norte do rio Amazonas. Igualmente a criação da Capitania do Rio Negro em 1755, bem como a transferência da capital do Estado do Grão-Pará para Belém do Pará, atos que, além de serem de suma importância para a garantia do território em face da pressão dos outros países vizinhos, facilitaram a implantação da nova política administrativa de Pombal para a região. Política essa, que Marquês de Pombal, em conjunto com seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador daquele estado, fez ser respeitada e cumprida por representantes civis e militares e não mais pelas religiões como no tempo anterior. Pode-se dizer que a era pombalina instituiu os direitos e os deveres humanos para aquela vasta região, em especial por tornar patente a lei da liberdade dos índios, em 1755, por acabar com a dualidade de poderes das ordens religiosas e por mudar a forma de organização dos aldeamentos religiosos para lugares, vilas e cidades. Nova ordem, garantida por dois regimentos militares completos enviados de Lisboa. Enfim, estas ações, somando-se à criação das grandes companhias pareceram tornar evidente o sonho de Pombal e o de D. José I, o de renascer o grande Império Português na América (MENDONÇA, 2005).

Assim, no contexto do Iluminismo, o domínio sobre a História Natural parece ser entendido como uma conquista civilizatória. Nessa época o conhecimento da natureza ocupa um espaço privilegiado na cultura européia.

Coletar objetos naturais dos lugares mais remotos do planeta para posteriormente abastecer os museus de história natural, com suas coleções tornou-se uma prática corrente nos países europeus durante o Iluminismo. Esses estavam afinados com o projeto enciclopedista de inventariar as riquezas naturais do mundo, para promover o desenvolvimento das ciências como motor do desenvolvimento humano e econômico. As *viagens filosóficas* dos portugueses tinham, igualmente, uma ideologia utilitária e economicista da natureza, o que incentivava a busca de riquezas e recursos naturais para sustentar a agricultura e a indústria crescentes na segunda metade do século XVIII (PATAÇA; PINHEIRO, 2005; ABDALA, 2010).

1.8. O espírito científico iluminista e a reforma da Universidade de Coimbra: a obra de Domenico Vandelli

No ano de 1772 Pombal determinou uma reforma na Universidade de Coimbra, para que esta se amoldasse às regras da ciência moderna. O Italiano Domenico Vandelli (1732-1816) foi nomeado, ainda na gestão de Pombal, no ano de 1764, como catedrático dos cursos de História Natural e Química dessa Universidade, e ficou igualmente responsável pela direção do Jardim da Ajuda em Lisboa, tendo sido também incumbido da tarefa de instituir o Museu de História Natural e o Jardim Botânico em Coimbra. Sem sobra de dúvida, podemos dizer que Vandelli, médico, doutor pela Universidade de Padova e discípulo correspondente do Sueco Carl Von Linneu (1707-1778), criador do método binominal que orientou a sistemática zoológica e botânica na segunda metade do século XVIII e no século XIX, foi o grande responsável pelo desenvolvimento do estudo da História Natural em Portugal (ABDALA, 2010; CAMPOS; MORAS; SANTOS, 2011).

Vandelli era um defensor do preparo prévio dos viajantes naturalistas antes das viagens filosóficas. Escreveu, entre outros livros, um manual para formação dos alunos de Coimbra em 1779 com o título *Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas peregrinações deve principalmente observar*. Este manuscrito continha dez seções temáticas que orientavam a forma de proceder do filósofo naturalista. As orientações eram detalhadas sobre como produzir os diários e desenhos, com títulos etnográficos e orientados pela lógica de Linneu. Por exemplo: “do

conhecimento físico e moral dos povos”, “*dos rios, fontes minerais e lagoas*”, “*do “reino das plantas” e “do reino animal”*”. As instruções de Vandelli tinham como objeto de estudo o conjunto das colônias portuguesas, incluindo o Brasil, orientando o naturalista viajante a investigar gêneros naturais exploráveis. Este manual era inspirado no *Instructio peregrinatoris* escrito pelo discípulo de Linneu, Henrique André Nordblad, em 1759, porém de autoria atribuída ao próprio Linneu. Vandelli, antes mesmo de elaborar o manual, reforçava a importância de um treinamento de campo para os viajantes naturalistas em algum local do Reino. Um exemplo disso foi a expedição à mina de carvão de Buarcos, próxima de Coimbra, onde os naturalistas Alexandre Rodrigues Ferreira e João da Silva Feijó passaram cinco dias em uma investigação de mineralogia e elaboraram um diário com ilustrações para futuros estudos (PATAÇA; PINHEIRO, 2005).

A importância de Vandelli para a História Natural portuguesa também pode ser percebida pelos viajantes naturalistas que percorreram as colônias portuguesas sobre suas instruções. O primeiro deles foi Frei Joaquim Vellozo de Miranda, em 1779, que iniciou sua pesquisa sobre História Natural pelo Rio de Janeiro, tendo uma das trajetórias mais importantes entre os naturalistas da época. Vale ressaltar que Velloso foi quem comandou a Expedição Botânica entre os anos de 1783 a 1790 que resultou na publicação da *Flora Fluminensis*.

Nos anos de 1781 e 1782, tivemos no Brasil vários viajantes naturalistas sob a orientação de Vandelli, entre os quais destacamos Francisco Vieira de Couto, no Serro Frio, Serafim Francisco de Macedo, na Vila de São Francisco da Cidade da Bahia, José da Silva Lisboa, na Bahia, e Inácio Gularte, no Rio de Janeiro. Vandelli também preparou uma grande expedição para percorrer as costas do Pará, rio Xingu, os rios Amazonas e Tocantins. No planejamento inicial cada naturalista e desenhista teria uma função específica. No entanto, esta viagem se desdobrou em três. Manoel Galvão da Silva, que seguiria Ferreira pela Amazônia, partiu para Goa e Moçambique. O naturalista Joaquim José da Silva foi para Angola, onde já exercia o cargo de secretário de governo, e o naturalista João da Silva Feijó foi para Cabo Verde. Coube a Alexandre Rodrigues Ferreira, acompanhado pelo jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo e dos desenhistas José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, entre os anos de 1773 a 1782, o estudo de todo o estado do Grão-Pará (ibidem).

Por fim, a importância de Vandelli se torna ainda maior pela forma como se deram as viagens filosóficas em Portugal, ou seja, como empreendimentos com financiamento, direção e organização estatal, e com a sistematização dos materiais pesquisados pelos naturalistas no Real Jardim Botânico da Ajuda e no Real Museu da Ajuda, como aconteceu com a já citada *Flora Fluminensis* de Frei Velloso, onde foram descritas e desenhadas cerca de 1400 espécies, e com os dados da *Viagem Filosófica* de Alexandre Ferreira, que redundaram na publicação intitulada “*História Natural do Pará*” (PATAÇA; PINHEIRO, 2005; CAMPOS; MORAES; SANTOS, 2011).

CAPÍTULO 2

ANÁLISE INTERNA DA OBRA *VIAGEM FILOSÓFICA AO RIO NEGRO*, DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

A *Viagem Filosófica ao Rio Negro* apresenta um vastíssimo acervo de registros naturais, sociais e científicos que foram pouco explorados nestes mais de dois séculos de sua existência. Assim, mostra-se de grande importância analisar algumas de suas características dentro da produção do *Diário do Rio Negro*, que relata a pesquisa ocorrida no ano de 1785 e que foi reescrita por ele aos seus superiores em Barcelos no ano de 1786. Todavia, não poderíamos esquecer que a pesquisa do naturalista foi muito maior, compreendendo 10 anos de dedicação na primeira grande expedição científica (ver detalhes na Figura 2), com patrocínio da Coroa, realizada no vasto território do centro-norte, até então pouco conhecido pelos europeus. Desta forma, faz-se aqui uma releitura temática do *Diário do Rio Negro*, sintetizando os principais assuntos abordados pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e considerando o contexto de suas raízes históricas.

2.1. A Terra

2.1.1. A geologia e os solos

Em vários trechos do seu diário de viagem, Ferreira escreve sobre a composição dos solos, principalmente descrevendo as barreiras onde aportam as canoas e onde estão situados os povoados. O autor faz essa exposição com uma interessante riqueza de detalhes, qualificando e organizando, de forma científica, os materiais e substâncias que compõem o terreno, como, por exemplo, no sítio de Moura:

Destas elevações, as que são escalvadas para a parte do rio, tomam o nome de barreiras; constam do chamado tijuco, que é a argila vitreolácea de Lineu, mais ou menos entremeada do chamado tauá, que é a ocre de ferro amarela; a outra porção de argila avermelhada toma o nome de curi. Em sendo queimada a

ocra, que a tingem, muda de amarela para avermelhada, donde procede que nesta parte a diversidade da cor não argui a diversidade da substância. Aos bancos da sobredita argila, ora são superiores, ora inferiores, outros bancos de cor, que vem a ser esta pedra areenta, que, por ter sido recentemente coagumentada, com tanta facilidade se esboroa, e se esfarela à menor impressão. Assim continua uma barreira seguida até à situação do lugar, onde tinha a altura de três braças, quando a medi em agosto.(FERREIRA, 2007, p. 33)

O autor, quando descreve a chegada a Lamalonga, igualmente faz uma descrição geológica importante, destacando a existência do minério de ferro:

Está situado o lugar na latitude 18°S, sobre uma barreira que conta duas braças de altura na sua maior elevação. Consta de areia e argila bastantemente coradas de ocre e ferro; predomina, contudo a areia, com a vantagem conhecida sobre a argila no porto da povoação. A areia de ferro, mais ou menos presente por toda esta costa, indica igualmente a presença deste metal, ainda que na sua forma metálica se deixe perceber nas pedras, além da crusta ocrácea, que todas elas apresentam, contudo não se percebem fragmentos visivelmente metalizados, sem que a ocre, ou amarela, ou já ustulada, deixe de dominar na maior parte. (ibidem, p. 57)

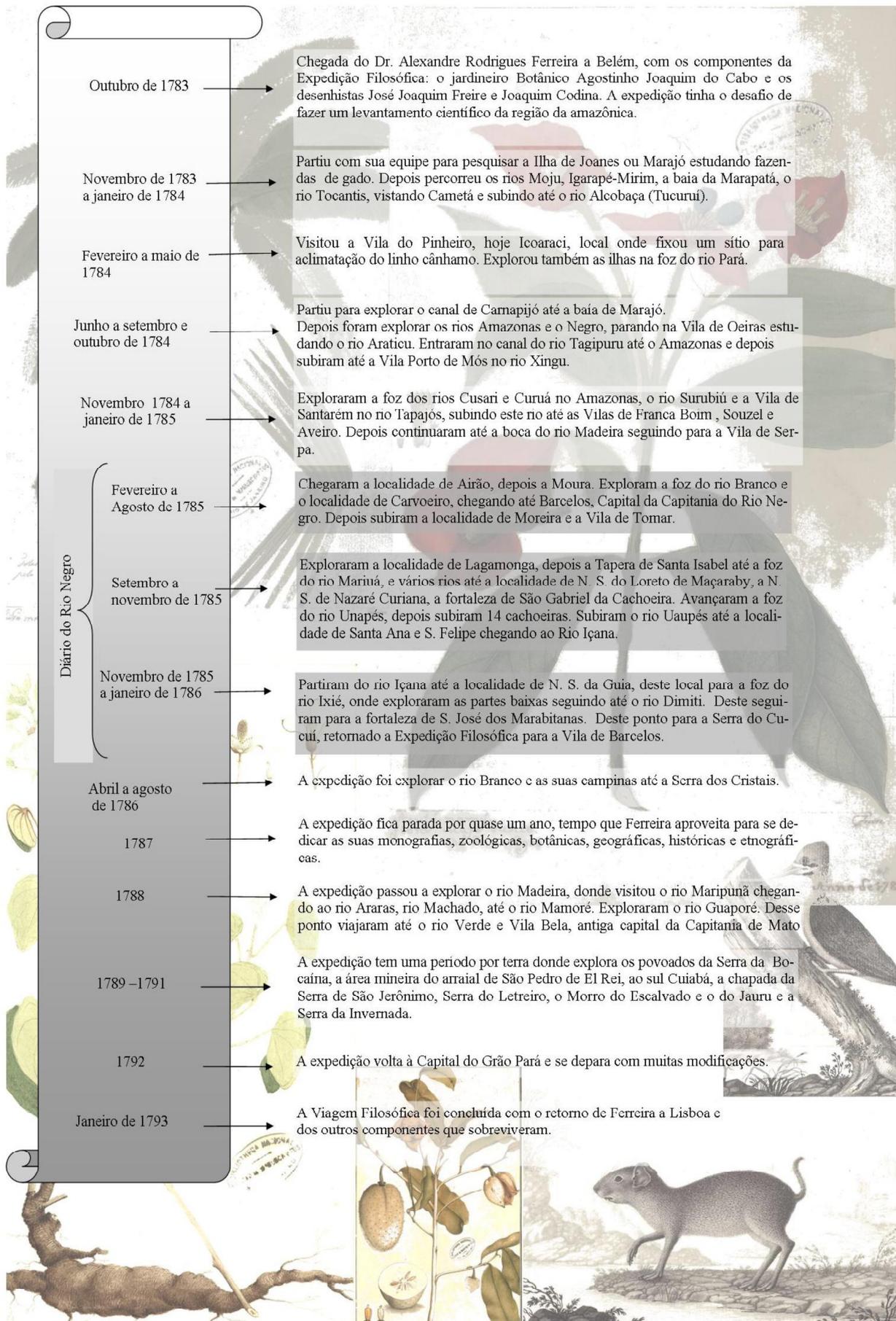


Figura 2. - Trajetória completa (1783-1793) da *Viagem Filosófica* do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, na região centro-norte do Brasil. Em destaque, a pesquisa do *Diário do Rio Negro*, ocorrida entre 1785 e 1786. Organização: LAMARCA, E. T. (2015) FONTE: GOELDI (1895); CUNHA (1991); FERREIRA (2007)

Também de maneira muito apropriada, no resumo das informações da viagem que envia aos seus superiores, no capítulo denominado “*Participação Geral do Rio Negro*”, fala sobre as influências naturais da geologia sobre a cor escura da água do rio, do: “*vitriolo (...) de que está impregnado o tijuco das margens e, ainda mais, do fundo dos lagos, o qual se chega a perceber pelo sabor, quando se prova aquela espécie de argila vitriolácia.*”(ibidem, p. 334)

Podemos analisar que, de maneira hábil, Ferreira combina no seu texto palavras da língua dos habitantes locais, do nheengatu, do português com termos técnicos de uma nascente ciência moderna para explicar a geologia local. Por exemplo, quando descreve a barreira, na localidade de Moura, sendo esta composta do “tijuco” (barro), palavra nheengatu, diz que este material é, na verdade, a “*argila vitreolácia de Lineu*”. Para isso, utiliza-se do sistema moderno de classificação da filosofia natural do médico e naturalista sueco Carolus Linnaeus (1707-1778), que tinha o objetivo de organizar e designar todas as espécies, vegetais, animais e minerais, pela forma binominal (RAVEN et al., 2001).

Em questão geológica, também é intensa sua preocupação em expor aos seus superiores as substâncias que compõem o solo, bem como a forma com que elas se organizam e a indicação da presença de minérios. Como nas citações acima, adverte sobre a grande presença do minério de ferro em todo o território do Rio Negro. Todavia, em todo Diário do Rio Negro, não faz nenhuma advertência direta à necessidade da exploração e siderurgia deste minério no Amazonas.

2.1.2. A Água

Na *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, a água é referida por Ferreira com dois principais enfoques. No primeiro, como substância, com suas características físicas e químicas e suas funções econômicas, medicinais e sociais. O segundo, como o próprio rio em si, sendo o meio de transporte, o eixo de ligação entre as vilas, lugares e povoados, o berço do ecossistema amazônico, sua relação com a agricultura e como elemento histórico e simbólico da coesão de toda a capitania.

Sobre as características físicas e químicas da água, Ferreira discorre sobre a sua cor. Esta não seria negra e, sim, alambre, como dito no citado *Diário de Viagem de 1774-1775 do Ouvidor Sampaio*:

Pelas observações ótico-físicas se vem [sic] no claro conhecimento daquela cor preta, que se deve procurar nas razões, donde se tiram das causas dadas opacidade dos corpos. Uma só superfície ou lâmina daquela água é de cor alambre e transparente: unindo-se diversas lâminas ou superfícies, turvam a transparência e causam a opacidade e, por consequência, quanto maior for o fundo, tanto maior será o escuro (Diário de Viagem do Ouvidor Sampaio, de 1774-1775 In: FERREIRA, 2007 p. 333).

Para o naturalista, a origem desta cor alambre da água dar-se-ia por influência da decomposição de animais e vegetais que existiam em abundância no rio e no seu entorno. Outra fonte dela seriam os minerais, como podemos ver no trecho seguinte: *“que este é um rio que arrasta consigo infinitas partículas de substâncias térreas, salinas, sulfúreas e metálicas, ou seja, das serras, donde desce, ou das margens, por onde passa”*. (FERREIRA, 2007, p. 334). Entre as substâncias, o minério de ferro seria o elemento que mais influenciaria na cor do rio, devido à fartura com que ocorria em suas margens.

Para elaborar as descrições das características químicas da água, Ferreira realiza uma série de experimentos de laboratório, como destilar a água, juntá-la com limalha de ferro, lançar na água gotas de ácido vitriólico (sulfúrico), difundir nela o alumínio pulverizado. Com estes experimentos, conclui que, de fato, existe ferro nas águas do Rio Negro e deste minério depende sua cor, apesar de alertar para uma necessidade de experimentação em um laboratório mais apropriado: *“porque para a prova que nas águas do rio Negro há ferro, e de deste depende sua cor, estas bastam; e para uma exposição e análise não é este o lugar nem a ocasião apropriada.”* (FERREIRA, 2007, p. 335)

Sobre o uso medicinal da água, Ferreira expõe que água do rio, segundo os seus moradores, tem um poder diurético e as pessoas não costumadas a bebê-la não se fartam com ela. Já no que diz respeito à economia, fala sobre o costume dos moradores em tingir de preto a seda, a lã, o linho e o couro, procedendo da seguinte forma: barreiam os referidos materiais com o tijuco do

fundo das margens ou dos lagos do rio e depois os cozinham com algumas plantas adstringentes (FERREIRA, 2007, p.335).

O segundo enfoque que o autor dá ao tema *água* é o próprio Rio Negro em si, com suas características físicas e geográficas. Sobre a foz, Ferreira descreve sua localização, dando sua latitude e longitude, sendo que está situada na margem setentrional do Rio Amazonas, em 3.º e 9´ de latitude austral e 317.º e 28´ de longitude oriental. A respeito da sua extensão, prolonga-se da referida foz até a serra do Cucuí, com um percurso de 230 léguas, ou seja, aproximadamente 1380 km. O tempo de percurso pelo rio depende do seu estado de cheia ou vazante. Ferreira expõe que, com uma canoa leve, ligeira e equipada com bons remeiros, gastavam-se em média seis dias da foz até Barcelos, mais dez dias até a fortaleza de São Gabriel da Cachoeira e mais três até o Forte de São José dos Marabitanas, ao pé da serra do Cucuí, sendo necessários, em média aproximada, 20 dias para se percorrer todo o rio. Com um bote maior e pesado, gastam-se mais de 30 dias para se fazer o mesmo percurso de subida do rio (FERREIRA, 2007, p. 339).

Sobre a largura e a profundidade do rio, informa-nos que, na localidade de Airão contam-se duas até quatro léguas em sua maior largura. Nos lugares mais estreitos tem meia légua, ou seja, o rio provavelmente tinha de 12 Km a 24 Km de largura. No entanto, na Fortaleza de São Gabriel da Cachoeira, "*com uma bala de mosquete se alcança a margem oposta*". (ibidem, p. 340). A profundidade do rio depende da cheia ou da vazante dele. No lugar de Barcelos, por exemplo, diferentes sondagens tiveram de duas braças e meia e sete palmos até cinco braças e dois palmos, ou seja, se consideramos o sistema inglês com uma braça equivalente a 1,80 m e um palmo a 22 cm, respectivamente, a fundura do rio em Barcelos variava de 4,94 m a 9,44m.

Sobre o leito e as margens, o naturalista descreve que o canal é composto em sua maior parte por areia branca, mas também existe muita areia de ferro, argila vitreolácea, ocre de ferro e pedras. A propósito das margens, descreve que são pequenas e altas, medindo de uma a seis braças de altura ou, nas medidas de uso atual, de 2 m a 11 m aproximadamente. O solo destas margens é composto de um material similar ao leito, isto é, areia, tijuco, tabatinga, a ocre, o curi e as terras húmusas. Devido às margens serem estreitas, existem poucas enseadas, o que parece fazer o autor descrever somente as maiores como, por exemplo, a da Fortaleza da Barra, de nome

Tarumã, e duas abaixo da povoação de Santa Isabel; as da boca do furo Marauaí, provavelmente um canal de comunicação com o rio Abuará e a enseada de Cauaburis.

O rio também é ocupado por inúmeras ilhas dos mais diversos tamanhos e formatos, dentro das quais há tanto terra firme como lagos, onde a água é muito mais escura que a do rio. Nesses lagos, habitam peixes-bois, pirarucus, piraíbas e diversos pescados (ibidem, p. 341).

Sobre as pedras do rio, Ferreira descreve suas qualidades e, principalmente, sobre o perigo que representam às navegações as chamadas *cachoeiras*, que são correntezas nas áreas de baixo calado. São formadas, nas palavras de Ferreira, de um “cós” em algumas partes e, em outras, de um “*saxo homogêneo e endurecido*”, com influência do minério de ferro. No entanto, o grande destaque dado pelo autor às pedras é realmente sobre o risco e dificuldade à navegação que elas representam. Em muitos trechos do diário mostra que as travessias tinham de ser feitas por terra, com as canoas esvaziadas, sendo estas puxadas por cordas pelos práticos: “*A subida não se pode deixar de empreender sempre junto aos rochedos das margens, antecipando-se o cabo a descarregar a canoa, se assim é preciso, para fazer puxar a corda pelos índios remeiros*” (ibidem, p. 343). O mesmo perigo também havia nas operações de descida do rio: “*Mas o perigo de naufragar sem remédio é muito maior em razão da celeridade com que desce e, mesmo com o menor descuido que haja por parte do piloto, ou ao mínimo incidente que sobrevenha, pode encontrar os rochedos e o lume da água, particularmente em rio vazio*” (ibidem, p. 343).

Com efeito, até a atualidade as navegações do Rio Negro dependem muito dos chamados *práticos*, pois as embarcações, em sua grande maioria, não são equipadas com modernos instrumentos de navegação como os sonares, GPS e escâner de fundo, por exemplo.

Finalmente, o naturalista relata que o Rio Negro tem 30 principais afluentes de sua foz até a serra do Cucuí, além de igarapés, riachos e furos, sendo que todos estão descritos nas 13 participações entregues aos seus superiores (FERREIRA, 2007, pp. 344-346).

2.1.3. A Floresta Amazônica

Quem lê somente a obra *Viagem Filosófica ao Rio Negro* esperando encontrar um naturalista clássico, pode decepcionar-se. O enfoque de Ferreira, nessa obra, parece ser sempre econômico, provável característica do iluminismo lusitano na era pombalina. Todavia, ao analisarmos o trabalho de Ferreira como um todo, percebemos, sem dúvidas, o feito de um grande naturalista botânico. Pode-se dizer que foi ele um dos pais, na ciência natural, desta modernidade no período colonial brasileiro.

Durante os dez anos em que perdurou a expedição, entre os anos de 1783 e 1792, principalmente na sua primeira fase, que se concentrou nos territórios do Pará, Rio Negro e Mato Grosso, entre os anos de 1783 e 1788, Ferreira fez, por meio de dois riscadores que compunham a campanha, José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, e de índios que recolhiam amostras naturais, mais de 2000 registros biológicos, por meio de desenhos, aquarelas e coletas para herbários, entre outros. Já na segunda fase do seu trabalho, a qual o próprio Ferreira denomina de “*viagem mineralógica*”, que se concentrou na região dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, nos anos entre 1789 e 1792, ele realizou um número menor de registros. Mesmo assim, foram aproximadamente 200 (FERRÃO; SOARES, 2006).

O trabalho de Ferreira não teve a devida valorização científica, provavelmente em razão dos percalços da História e da política de sigilo que Portugal mantinha sobre suas colônias. Após retornar a Portugal em 1794, referiu ao Real Gabinete de História Natural 224 plantas encontradas por ele na América e, até então, não estudadas. Contudo, não concluiu os seus estudos até a invasão napoleônica em 1807, que confiscou boa parte de seu acervo, sendo este material, em conjunto com outra parte significativa dos seus manuscritos, enviado para o Museu de História Natural de Paris, fato que ele mesmo presenciou (Idibem).

Não obstante, apesar de, quantitativamente, no texto do diário, não serem predominantes, o autor nos traz citações fantásticas, como, por exemplo, a descrição das margens do rio Dimiti:

As árvores, que bordam as margens, e de que vimos mais em abundância no primeiro e no segundo dia, são o molongó verdadeiro, a castanha-macaca, o macacu-guaçu, a munguba, o

ingapiranga, a embirarema, o apecuita-iúá, o arapari, o mututirana, o paracutaca, bastante quantidade de cipó de uambé, e das palmeiras do açai, bacaba, patauá, paxiúba, jará, jacitara, buriti, caraná etc. Toda a terra das margens é vargem e com tem sido grande a vazante, apenas vimos alguns tesos. (FERREIRA, 2007, p. 146)

Ao descrever o Rio Padauri, um afluente do Rio Negro, de águas claras, que deságua na frente da Vila de Tomar, mostra a abundância de palmeiras, peixes, tartarugas e outros animais:

É o rio mais que abundante das palmeiras buriti, jauari, e açai; a piaçaba é bem mais rara; dela recolhi alguns filhos, que transplantei para esta vila; a caapiranga é muito vulgar. Em qualquer parte se encontra ubim: só da cachoeira para cima há ubuçu para as coberturas das casas, nos rios colaterais, assim como nas suas cabeceiras alguma salsa e cupaúba aparece. (ibidem, p.169-170)

Destacamos que o trecho supracitado não é somente descritivo, mas trata de intervenções como o plantio de mudas de piaçaba na Vila de Tomar, na qual, esta espécie era escassa. Ferreira também faz um mapeamento da localização de algumas plantas, por exemplo, quando fala da abundância da palmeira ubuçu após a cachoeira, outrossim, como o seu uso para a cobertura das casas. Além disso, da mesma forma, relata a existência de drogas do sertão nas cabeceiras do rio, quando escreve sobre a salsa e copaíba.

Ainda sobre esse rio, dá um enfoque à fauna amazônica, separando-a em dois grandes grupos de animais, os aquáticos e os terrestres:

Pela vazante do rio tiram-se dele bastantes tartarugas, das que por aqui se chamam de jurarás e tracajás, bem como os peixes tucunaré, taraíra, aracu, piraíba, grandíssimas piranhas de 2,3,5 e 6 libras de peso, surubins etc., e de rio cheio algum peixe-boi. Nas terras das margens aparecem os jabutis, os taititus e veados etc., nadam no rio infinitas lontras, antas, e capivaras; e quanto às aves, nunca vi tantos mutuns, e cujubis. (FERREIRA, p. 170)

O naturalista descreve a natureza segundo uma lógica provavelmente utilitarista, com uma preocupação clara de informar os seus superiores da existência desses recursos naturais, sejam para a finalidade econômica, sejam para a subsistência das populações dos povoados e vilas. Provavelmente esta forma colonialista de perceber a natureza explique o fato de serem as drogas do sertão o tema de que o autor mais trata nas suas descrições sobre este assunto o que constitui um grande estudo de etnobiologia.

2.1.4. As drogas do sertão e seu comércio

Ferreira, quando descreve as plantas da floresta amazônica, dá um destaque especial às drogas do sertão, principalmente como uma fonte de riqueza econômica importante, cuja exploração inadequada, contudo, pode ser, segundo sua visão, um afastamento das boas práticas de organização da colônia. As principais drogas citadas pelo autor são a salsa, o cacau, o cravo, a copaíba, o guaraná, o urucu, o puxuri, a andiroba, o umiri, a embirapitanga, o breu, entre outras.

Sobre as drogas do sertão, o autor ainda enfatiza a prudência na sua exploração, principalmente na distração que ela pode significar em relação ao exercício da agricultura e, igualmente, mostra uma grande preocupação ecológica para a época com relação à excessiva e inadequada exploração dessas espécies:

A iniciativa, que acabo de dirigir contra o abuso do negócio das drogas do sertão em prejuízo da agricultura {das povoações}, em coisa nenhuma fere a negócio, que é bem entendido, isto é, proporcionando ao consumo das sobreditas drogas, de modo que a sua exuberância lhes não abata os preços, e proporcionando ao número dos operários que há, sem desamparar-se a agricultura do gênero que melhor se dá em cada povoação. (FERREIRA 2007, p. 81)

O naturalista faz análises sobre a economia, indagando se o grande volume destas drogas no mercado não poderia fazer despencar o seu preço. Da mesma forma, questiona se a mesma energia gasta com trabalhadores para buscar estas drogas em regiões distantes não renderia mais ganhos econômicos se esse tempo e esforço fossem destinados à agropecuária.

Ferreira não é contrário aos negócios das drogas, mas a agricultura parece ser muito mais importante para a consolidação colonial naquela região do que o extrativismo.

Ferreira enfatiza a distância em que se encontram as drogas, o tempo que se gasta para recolhê-las e o pouco lucro final que acabam gerando, sem se contar a perda de índios devido ao risco inerente às expedições. O autor questiona o tempo das distâncias para as coletas e supõe que existissem, em boas quantidades, próximas aos vilarejos. Mostra-nos como a falta de um controle estatal reduziu em muito a quantidade dessas espécies nas proximidades das vilas:

E eis aqui me vejo obrigado a escandescer-me outra vez contra os causadores desta distância, porque, suposto que no princípio não demorassem tão longe os lugares do sertão em que se davam a salva, o cravo, a cupaúba, bem longe fez, que já hoje o estejam, a nenhuma polícia das matas. (ibidem, p.81)

Ferreira, como já se disse, apresentava uma preocupação que pode ser vista como o uso sustentável da natureza, devido ao excesso de exploração desses recursos, como, por exemplo, a salsa:

A salsa, que facilmente se reproduz quando suas raízes são desarraigadas a tempo e com modo, e a chamada mamaiapoca, se deixa disposta na terra, ou ao menos sobre ela, a salsa, digo eu, é violentamente arrancada, desperdiçadas as partes que podem servir para a sua reprodução, no mesmo lugar, e dentro de três para quatro anos; e cada cabo o de que trata é de recolhê-la, ele só e só aquela vez. Os índios pela sua parte até praticam a malícia de deixarem dependuradas das árvores ou queimarem as partes da planta, que eles sabem, que basta fiquem sobre a terra, para se reproduzirem. (ibidem, pp. 81-82)

Sobre a exploração do cravo também faz advertências sobre a coleta inadequada, com detalhes de riqueza e sugestões metodológicas.

O cravo, que não deve ser tirado das árvores ainda novas, para não embarçar sua multiplicação e conservação, e para se não

estruir mais do que se aproveita, com a mais repreensível desolação, que lhes fazem os cabos e os índios, é cortado, quebrado, e na falta do verdadeiro, falsificado com o louro da várzea. (ibidem, p.82)

Ferreira faz um alerta sobre a exploração da uma árvore de casca preciosa com o nome *inidau* na língua dos Barés, a qual, apesar do esforço do diretor da povoação de Nossa Senhora do Loreto de Maçarabi, para que a população não cortasse as árvores da forma nociva como estavam praticando, necessitaria de uma ordem penal de Sua Majestade para repreender esse comportamento destrutivo. “*De se deixarem as coisas no estado em que param, resultará o ficarmos bem cedo privados de tão ativo aromático*” (FERREIRA, 2007, p. 90). Desta mesma árvore recolheu somente a casca e enviou à Companhia de Comércio de Lisboa uma amostra pequena afim de que lhe especificasse o seu valor comercial (FERREIRA, 2007).

Sobre o controle na extração de madeira, Ferreira também faz suas advertências, principalmente para demonstrar à Coroa a perda progressiva de seu patrimônio natural, como podemos ver no trecho abaixo a respeito da localidade de Airão:

Pelas imediações há estimável madeira, que por aqui se chama muiraqatiara, além de outras muitas, que também são finas, e como tais merecem estimação. É certo, que no corte de todas elas não tem havido reserva alguma, tendo até agora sido livre a todo particular o cortá-la, quando e como quer, sem diferença no abuso, que igualmente praticam os habitantes do rio Solimões com as sumaumeiras, que dão a sumaúma branca, os quais cortam as árvores para lhes retirem a sumaúma. (FERREIRA, 2007, p. 305)

Em síntese, Ferreira, apesar de parecer ter uma percepção colonialista da natureza, como patrimônio de Sua Majestade, a vê como um recurso econômico, um patrimônio da nação. Bens ainda desconhecidos pela ciência e pelo comércio, os quais precisam ser mapeados e estudados, são, no entanto, explorados sem controle algum, correndo o risco de extinção ou redução drástica daquelas espécies.

Contudo, a grande indagação de Ferreira frente à questão das drogas do sertão parecia ser o porquê não estudar melhor estas espécies nativas e domesticá-las, trazendo-as para os estabelecimentos coloniais, por meio do cultivo agrícola. Esta prática evitaria o gasto temporal e econômico com as expedições de coleta das referidas drogas e a sua redução e extinção no meio natural:

O lavrador que maior curiosidade tem é Antonio Vilela do Amaral; inutilmente a tem, porque é dos que menos meios e auxílios experimentam para a exercitarem. Não limita a sua curiosidade em estudar as plantas do país, mas também a estende de solicitá-las e transplantá-las, donde sabe que as há e a comunicá-las, a quem as pede; transplantou para a sua roça as árvores do puxuri da casca preciosa, a iandirobeira, o tamarindo, o jambeiro, o limoeiro doce e azedo do reino, as palmeiras mucajás, tucumã-mirim, e está para transplantar a piaçaba. Muito lha tenho recomendado e tenho razão por isso. Os massames que se fazem em Pernambuco servem para a lanchas, sumacas e corvetas, assim como aqui podem servir para canoas. (ibidem, p. 232)

2.2. O Homem

A teoria mais aceita sobre a presença do homem no Novo Mundo é a sua origem a partir do continente asiático. A hipótese é a de que grupos nômades atravessaram o estreito de Behring, há 24.000 anos, habitando as Américas, as quais já tinham sua forma que se vê na atualidade desde o surgimento do *Homo sapiens*. A mesma teoria aceita que, por volta de 15.000 anos atrás, grupos de migrantes cruzaram a floresta amazônica, dando início à sua ocupação por humanos (SOUZA, 2009).

Ferreira, por sua vez, no seu diário de viagem, quando se refere ao homem, parece classificá-lo por uma divisão étnica em três grupos: os índios, os brancos e os negros. O naturalista, outrossim, parece estar mais interessado em descrever o homem como uma força de trabalho e um braço do poder da monarquia na região do que como um objeto de estudo antropológico.

2.2.1. Os brancos

Ferreira explica a procedência do homem branco que habita o Rio Negro como sendo, majoritariamente, oriundo dos soldados das expedições demarcadoras do território amazônico que chegaram ao Brasil. A primeira foi no ano de 1753 e a segunda em 1777. Estes, após darem baixa no serviço militar, casaram-se com as índias, estabelecendo-se como agricultores, comerciantes, prestadores de serviços e aumentando, assim, a população da capitania.

Apesar destes europeus serem oriundos de todas as seis províncias de Portugal, o naturalista enfatiza que a maior parte é natural das províncias de Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes, Alentejo e Algarve. Havia também outros homens brancos que compunham a população, estes oriundos de outras capitanias do Brasil, principalmente da Capitania do Maranhão (FERREIRA, 2007).

O autor também mostra que existia um incentivo da monarquia para esta união entre brancos e índios. Na própria Carta Régia de 03 de março de 1755, que ordenou a criação da Capitania do Rio Negro, podemos ver esse tipo de fomento estatal, pois teriam prioridade os casados sobre os solteiros nos privilégios concedidos pelo Rei (FERREIRA, 2007).

O incentivo à união entre brancos e índios não pode ser visto como um mero ato de benevolência da monarquia para com os habitantes do Rio Negro. Temos de nos ater ao fato de que estamos em um período histórico de definição do território brasileiro, logo após o Tratado de Madri. Portugal precisava da cumplicidade dos índios para provar sua última posse neste território. Elevar os índios à qualidade de sociedade civil era fundamental para garantia desta região (FREIRE, 2001).

O casamento dos brancos com as índias, em especial, com a filha do principal de uma nação indígena, parecia ser uma forma de dominação pacífica, vista como muito eficaz pelos governantes portugueses, como podemos ler no trecho abaixo:

Ordenou-nos § 88 e 89 do Diretório, confirmado pelo alvará de confirmação de 17 de agosto de 1758, que, visto que entre os meios mais proporcionados para se entreter a união e sociedade civil, nenhum era mais eficaz do que procurá-la por via de

casamentos, aplicassem os diretores toda a eficácia do zelo em persuadir todas as pessoas brancas, que assistem nas suas povoações, que os Índios tanto não eram de inferior qualidade a respeito delas que, pelo contrário, dignando-se o mesmo senhor de os habilitar para todas as honras competentes às graduações dos seus postos, conseqüentemente ficariam logrando os mesmos privilégios as pessoas que casassem com as ditas índias. (FERREIRA, 2007, p. 370)

A carta de 1758, do Senado da Câmara de Barcelos, nos traz em especial esse fato do casamento entre um branco e uma índia, filha de um principal de uma nação indígena, e o privilégio que ele teve em receber uma patente de capitão da governança:

No dito posto nomeou por carta patente de 10 de agosto do mesmo ano (1758), ao capitão de ordenança João Nobre da Silva, assim pelo honrado procedimento, como por ter-se casado com a índia D. Tereza de Mendonça Melo, filha do principal Manuel Gama.

De ordem do mesmo senhor se estabeleceu pela Fazenda Real, para os soldados ou outros quaisquer brancos, que casassem com índias, o donativo de um machado, uma foice, um ferro de cova, uma enxada, uma peça de bretanha e sete varas de linhagem de estopa.(ibidem, p. 370)

2.2.2. Os negros

O autor explica a origem dos negros na Amazônia como importados da África, principalmente das ilhas de Cabo Verde e do reino de Angola. Também os seus filhos eram nascidos no Pará ou trazidos da capitania da Bahia e de outras capitanias do Brasil. Parece ver o negro simplesmente como um instrumento de trabalho, necessário para o desenvolvimento da agricultura, principalmente depois que Sua Majestade restaurou a liberdade dos índios:

Na citada lei de 6 de julho, que restituiu aos Índios a liberdade que se lhes devia, declarou Sua Majestade, que daquela geral disposição executava tão somente os pretos escravos e oriundos

de pretas também escravas, os quais seriam conservados no domínio dos seus atuais senhores. (FERREIRA, 2007, p. 374)

Como o foco do naturalista era o desenvolvimento agropecuário, via o negro como uma força de trabalho. Sendo assim, era um crítico do seu uso para finalidades domésticas, como faziam muitos dos seus senhores. Podemos verificar a seguir diversas contradições entre o início de um pensamento liberal de desenvolvimento capitalista, porém ainda escravocrata, somado à ineficaz administração dos povoados, e os apegos à vida de corte com o uso do negro para trabalhos domésticos e serviços pessoais:

Assim, ainda que a falta de escravos é neste estado uma das causas principais do atrasamento da agricultura, esta contudo não é a única. Concorre a má distribuição dos poucos que chegam pelos lavradores mais indolentes, para os quais todos quantos chegam, são poucos para os serviços domésticos, para acompanhamentos pomposos, para ostentações vãs de riqueza, e de senhorio. (ibidem, p.236)

Ferreira enfatiza o papel que teve a Companhia do Comércio para introdução de escravos na região do Amazonas, especialmente no financiamento desses trabalhadores. A Companhia apresentava também uma preocupação com a utilização dessa mão-de-obra para o desenvolvimento da colônia. Dessa forma, teria ordenado aos administradores dos lugares que punissem os lavradores “preguiçosos” e “negligentes”, confiscando os seus escravos, e assim repassando-os a agricultores mais cuidadosos e aplicados. Porém, com a extinção da Companhia do Comércio em 1777, esta providência não chegou a acontecer e a introdução de negros escravos na região foi muito reduzida:

Extingue-se a Companhia e com a sua extinção se desordenou aquela tal ou qual proporção, que ela sempre entreteve relativamente à introdução dos escravos, que o necessitava. Conforme o mapa da alfândega da Cidade do Pará, se manifestavam, e despachavam nela em todo o ano de 1784 quatrocentos e setenta escravos, entre machos e fêmeas e adultos e menores. Pelo outro mapa do ano passado (1785)

consta que nela se manifestaram e despacharam duzentos e sessenta e nove. (ibidem, p.245)

Por fim, nesse subitem sobre o homem negro, Ferreira também descreve aos seus superiores misturas étnicas entre negros e índios e as suas nomenclaturas. Destacamos que, em nenhum momento de sua obra, Ferreira faz alguma menção das misturas étnicas diretas entre brancos e negros, mas somente de forma indireta no caso das mulatas e dos mestiços, o que parece reforçar uma visão escravocrata do autor, vendo o negro como uma mera ferramenta para o trabalho: *“Dos ajuntamentos dos pretos com as índias procedem os cafuzos, com as mulatas os mestiços, dos cafuzos com as pretas os caribocas.”* (FERREIRA, 2007, p. 374)

2.2.3. Os índios

Ferreira tem, provavelmente, uma preocupação em descrever o índio com base na sua importância para o desenvolvimento econômico da colônia. Talvez isso nos ajude a entender o fato de situá-los dentro de um sistema estruturado pelo poder estatal, isto é, dentro das vilas, dos povoados e dos diversos lugares ou nas relações que apresentam com esse sistema. As menções que faz aos índios que ainda vivem “no mato” apresentam sempre um caráter de conflito com a ordem imposta pelo reino. Igualmente, parece apresentar um olhar eurocêntrico frente aos costumes que esses nativos exibiam como a sua religião, seus bailes, seus rituais, seus utensílios, entre outros (FERREIRA, 2007, pp. 371-372).

Sobre a origem dos índios nos povoados, o naturalista nos mostra como eles são oriundos de descimentos para os aldeamentos dos brancos. Esses descimentos eram, a princípio, realizados pelos missionários que convenciam os índios a saírem de suas aldeias e se estabelecerem nos estabelecimentos coloniais e, depois, passaram a ser realizados pelos militares.

Até o começo da era pombalina, na Amazônia também existia a figura do índio escravo, que provinha da guerra justa ou dos resgates. A guerra justa era a realizada por tropas que invadiam as aldeias indígenas, de índios considerados como rebeldes, por atacarem os portugueses ou por dificultarem a difusão do Evangelho. Esses eram vendidos no mercado de escravos. Já os resgates consistiam na troca de índios prisioneiros nas guerras entre as tribos,

os quais seriam comidos pelos vencedores, por mercadorias de origem europeia. Essas operações, também chamadas de *salvamento*, realizadas por tropas estatais ou privadas, após livrarem o índio da antropofagia, o escravizavam, inicialmente por dez anos e, após as mudanças de legislação, pela vida inteira. Também compunham a população indígena os seus descendentes, estes já nascidos nos aldeamentos. Ferreira ainda acrescenta que a maioria dos índios é oriunda dos sertões do Rio Negro, mas também havendo os que provêm de outros sertões, como os da nação Passé e Jurupixuna (FERREIRA, 2007).

Na Tabela 1, organizamos uma importante informação trazida por Ferreira sobre a localização dos grupos indígenas na bacia do Rio Negro no século XVIII. Observa-se que, mesmo após a lei da liberdade dos índios, os descimentos continuavam acontecendo, porém, dessa vez, de forma voluntária e geralmente motivados pelo principal de cada tribo.

A lei de seis de junho de 1755 ordenou que todos os índios fossem declarados livres, sem exceção alguma, gozando das mesmas honras, privilégios e liberdade dos colonos. Para os índios que trabalhassem para os brancos seriam pagos salários para se alimentarem e se vestirem conforme as suas profissões.

O autor também cita o alvará de sete de julho de 1755, que ordenou “*que os índios existentes nas aldeias que passassem a ser vilas, fossem governados na ordem temporal pelos juízes ordinários, vereadores e mais oficiais de justiça, sem que, para servirem os cargos, tivessem impedimento algum de baixa*”. (FERREIRA, 2007, p. 372)

Sendo assim, os antigos aldeamentos religiosos criados pelas ordens religiosas passam a ser vilas, lugares e povoados organizados diretamente pelo Estado por meio de suas casas de câmara e seus diretórios. Essa citação do naturalista parece reforçar a questão de uma nova ordem monárquica laica, mais preocupada em robustecer a economia capitalista do que em ter um papel messiânico. O grande desafio que Ferreira parece colocar é o de incluir os índios como membros dessa nova economia e, ao mesmo tempo, fazer esse sistema ter algum sentido ou importância simbólica para eles.

Na participação quarta, da primeira parte de seu diário, ao descrever o trecho entre Lamalonga e Santa Isabel, o autor nos traz alguns relatos sobre índios que continuam descendo para aldeamentos, como os quarenta da nação

Juri que levados pelo seu principal, Francisco Xavier, em 1781, para Santa Isabel e os dezesseis Juris que desceram no ano de 1783, conduzidos pelo seu principal, Silvestre José. No mesmo ano, entretanto, subiu Francisco Xavier com os seus, e nesse mesmo ano, desceram vinte e sete gentios na nação Passé (ibidem, p.71).

Tabela 1 - Índios da bacia hidrográfica do Rio Negro, registrados por Ferreira.

(*) indica nações desertadas ou extintas nos rios de sua habitação.

Nomes dos rios ou riachos	Nações indígenas que os habitam
Nos Rios do Norte	
	Os Aruaques
Rio Ananiné	
Rio Jauapiri	Os Aruaques
Rio Branco ou Queceune	Os Pauraunas, Aruaques Parauás, Aturaís, Pauxianas, Guaiumazás, Tapicarís, Saporás, Uajurus, Xaperus, Uapixanas, Sucuris, Jaricunas, Carapis, Uaicás, Macuxis, Caripunás, Amaribás, Arinás, Quiúaos, Pericotos e Macus
Rio Uaranacuá	Os Uranacuacenas* e os Parauanas
Rio Uaracá	Os Quinanas*
Rio Uereré	Os Carajais e os Uariúnas*
No Padauri	Os Omanaús, Uaná e os Uariúnas
Nos riachos anteriores ao rio Marauaiá	Os Manaus
Rio Marauaiá	Os Curanaus* (inimigos dos Manaus) e os Ujanas*
Rio Cauaburis	Os Demacuris*
Nos riachos da fronteira	Os Ariinis* Marapitanas e Marabitenas
Nos Rios do Sul	
Rio Jaú e Anani	Os Caraias (estes foram expulsos pelos Mura)
Rio Cauauri	Os Cauauricenas* e Caraias*
Rio Uarirá	Os Manaus
Rio Marié	Os Mepuris e os Macus
Rio Curicuriaú	Os Mepuris, Macus e Maiapenas
Rio Ucaiari ou Uaupés	Os Cojanas, Uaupés, Cuenacãs, Cequenas, Cueriruis, Cueuanas, Burenaris, Mamangas, Panenuás, e Macus
Rio Içana	Os Baniuas, Tumaiaris, Turimaris, Dicanas, Puetonas, Uerequenas e outros
Rio Ixié	Os Baniuas, Xapuenas, Uerequenas, Mendos e outros

Organização: LAMARCA, E. T., 2014

Fonte: FERREIRA, 2007 p. 348 - 349.

Ferreira considera as deserções dos índios dos povoados como um dos grandes problemas para o desenvolvimento econômico da capitania. Para o naturalista, estas idas e vindas de índios dificultavam a consolidação da agropecuária colonial no Rio Negro. Segundo ele, qualquer motivo bastava para que os índios desertassem. Chega até a sugerir que índios de outras capitanias mais distantes poderiam ser mais apropriados para o desenvolvimento econômico da região:

Para desgostar-se um índio destes qualquer coisa basta e sobeja: basta que o diretor o advirta que trate de fazer sua casa onde more, basta, que o vigário o admoeste da obrigação que tem de aprender a doutrina para se batizar; basta, enfim, que lá de si para si chegue a desconfiar de uma ação ou de um dito que ele não entende, ao que tudo acresce, que se chega a ver que adocece, ou morre algum dos seus companheiros, desconfia do lugar da povoação. (FERREIRA, 2007, p. 71)

Esta deserção, que fazem os índios sucede e sucederá sempre enquanto não se trocarem os descimentos das capitanias. Assentemos, que, se os pretos não fogem para a África, donde vêm, não é por falta de vontade, mas pela de meios para atravessarem tantos e tão distantes mares. (ibidem, p. 71)

Ferreira parece não fazer relação da cultura do índio com a falta de sentido que essa vida de agricultor e outras funções nos estabelecimentos coloniais poderiam ter para o silvícola. No trecho a seguir, é bem enfático quanto à dificuldade de disciplinar o índio para esse trabalho: “quanto a mim são galos de campo, que por mais milho que lhes deite, com dificuldade se habitam às capoeiras”. (ibidem, p. 71)

Por outro lado, em alguns trechos fala da necessidade de fomentar a educação dos índios para o estímulo da agricultura e de sua capacidade de trabalho. Pode-se até perceber um incentivo precário ao consumo de bens para motivação das tarefas. Ferreira tem um olhar especial para os índios já nascidos nos aldeamentos, como podemos observar a seguir:

A agricultura dos índios consiste na maniva e algum café; assim, esta gente não é tal falta, como se pensa, das idéias de interesse; o ponto está em nossa parte sabermos fomentá-las. Veem que o café é gênero lucrativo para os brancos, e eles, que já hoje estimam a camisa de bretanha com punhos, o calção de tafetá encarnado, o chapéu à nossa moda, sob pena de não irem à missa nos dias de preceito, quando se envergonham de não terem tal farda, eles, eu digo, não deixam de trabalhar o que podem e o que lhes permite, para a adquirirem. Falo dos índios aldeados nas povoações onde nasceram, e observam desde pequenos a polícia portuguesa. (FERREIRA, 2007, p. 36)

2.2.3.1. Sobre as línguas dos índios

Todo o diário de Ferreira é repleto de palavras indígenas, em especial de substantivos que nomeiam os lugares, espécies, etnias, objetos e a práxis da região. Sobre as línguas mais gerais faladas pelos índios no vale do Rio Negro, ele diz:

Note-se, primeiramente, que os Manaus foram os gentios dominantes na parte inferior, assim como os Barés na parte superior; donde vem que estas são as duas línguas que falam os índios aldeados, sendo cada uma delas a geral do seu distrito. (FERREIRA, 2007, p. 346)

Na Amazônia, até os anos de 1877, a língua geral, chamada de *nheengatu*, era mais falada do que o português nos povoados e cidades pequenas e grandes como Belém, Manaus, Macapá, Santarém e outras. Outro ponto interessante é que na região do alto Rio Negro, nas cidades de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel, por exemplo, o *nheengatu* implantou-se tardiamente no século XIX, sendo que ainda é uma língua viva falada por mais de seis mil pessoas.

Outro assunto que merece destaque é que o *nheengatu*, ou a língua geral amazônica, não foi idioma de nenhum grupo indígena daquela região antes da chegada dos portugueses. Ela se formou no Maranhão e no Pará no

universo dos aldeamentos religiosos, a partir da língua falada pelos tupinambás juntamente com outros índios de outras etnias (NAVARRO, 2011, 2013).

2.2.3.2. Relatos sobre a cultura dos gentios

Sobre a cultura dos gentios nativos, Ferreira nos diz não dedicar muito tempo à sua descrição, pois parece não ser esse o objeto central de seu estudo. Mesmo assim, nos traz um importante recorte desta realidade do século XVIII, descrevendo de forma sintética os costumes, a religião, as vestes e os ornamentos, os bailes, os instrumentos marciais e festivos, as armas e os utensílios domésticos dos gentios:

A superstição de todas elas, seus diferentes costumes, extravagância no vestir e em se ornarem, as suas festas e bailes, os seus instrumentos marciais e festivos, as suas armas e utensílios, tudo isto apresenta um dilatado campo de observação, pelo qual não farei mais do que correr ligeiramente em ordem a deixar algum rastro que indique a minha marcha. (FERREIRA, 2007, p. 349)

Além da descrição textual do diário, colabora igualmente com interessantes desenhos que, além de serem obras de arte, são um fiel retrato da cultura naquela época, como pode ser observado na Figura 3.



Figura 3 - Alguns exemplos de desenhos da Viagem Filosófica ao Rio Negro: adornos de cabeça dos índios da Amazônia, bisel osso com dente e faca e machado de pedra semilineares.

Fonte: FERREIRA (2007)

2.3. Dietética do Rio Negro no século XVIII

Sobre a alimentação no Rio Negro, Ferreira escreve:

“A dieta nem sempre pode ser entretida a galinha, pela falta delas: suprem as tartarugas em vez da vitela, a farinha em lugar de pão, e nem essa é ordinariamente boa.” (FERREIRA, 2007, p. 214)

Ferreira em sua obra descreve vários alimentos consumidos no Rio Negro, na década de 1780, fornecendo-nos uma interessante e rica memória desses usos e costumes. Como podemos perceber acima na narrativa do naturalista, que tratada alimentação do hospital militar da Vila de Barcelos, no ano de 1786, provavelmente a canja de galinha, utilizada até a atualidade pelo povo como alimento para pessoas em recuperação, era substituída pelo ensopado de tartarugas e a falta de pão era suprida pela farinha de mandioca, hábito alimentar ainda muito presente em todo o Brasil, principalmente nas regiões norte e nordeste, na forma de farinha seca *in natura*, de farofa, de cuscuz, de tapioca, de beiju etc.

2.3.1. A pesca e os alimentos de origem animal

O autor relata que a maior fonte de alimentos era a pesca, sendo esta de peixe ou de tartaruga. O trabalho da pesca se fazia principalmente por meio das tapagens, espécie de armadilha feita com tapumes de varas, na linha ou na flecha, diferentes dos europeus. Os moradores do Rio Negro não costumavam utilizar redes em suas pescarias. A maior abundância de peixe fresco acontecia no verão amazônico, entre os períodos de cheia e vazante dos rios, ou seja, entre os meses de fevereiro e julho, o que não quer dizer que no inverno amazônico não exista peixe. Pescava-se, nessa época, porém, em menor quantidade e especialmente por meio das tapagens, sendo muito difícil, nesse período do ano, a pesca com linha ou na flecha (ibidem, p.406).

Para minimizar a falta deste alimento protéico no inverno, a salga era uma estratégia de conservação descrita por Ferreira. No entanto, na maioria das vezes, era executada com técnicas inadequadas, porque não se espremia

o excesso de oleosidade dos peixes e também pela carestia de sal. A podridão deste alimento era uma das maiores causas das disenterias e de outras enfermidades entre os pobres e os escravos.

Sobre a pesca, Ferreira ainda relata que os indivíduos com melhores condições econômicas ou, nas palavras do autor, “*as mesas mais delicadas*”, costumavam consumir espécies de peixes do tipo pescada, mandubi, mapará e o uçará. Já as mesas mais populares, ou “*a gente do trabalho*”, consumiam os surubins, os tucunarés, as raias, aspirararas, as piraíbas, os pirarucus, os peixes bois e os animais aquáticos, principalmente nas diligências.

O pirarucu bem salgado era similar ao bacalhau. Já o peixe-boi de Moura lembrava o atum do Reino. A tartaruga substituía a carne bovina:

“A tartaruga é a vaca cotidiana das mesas portuguesas. Come-se sua carne assada, frita, e ensopada, e da mesma forma os seus ovos.” (FERREIRA, 2007, p.407)

Sobre as tartarugas, Ferreira expõe que as melhores eram as do Rio Negro, sendo essas, porém, raras. A maioria que vinha para alimentar a tropa da guarnição, os índios a serviço e os habitantes, era oriunda dos pesqueiros dos rios Solimões e Amazonas. No entanto, aparentemente a forma de transporte causava uma grande fadiga no animal, levando à sua morte, tanto antes quanto depois de entrarem nos “*currais*” (espécies de lagos ou açudes artificiais, onde se conservavam as tartarugas vivas para o consumo). As perdas dessa fonte de alimento assim são relatadas:

“De 2.896 tartarugas que entraram no ano de 1785 para o curral da capitania, morreram 1.600, que se não aproveitaram. No de 1784, entraram 2.710 e morreram 1.217. No de 1783 entraram 2.892 e morreram 883.” (ibidem, 2007, p.407)

Entre os anos de 1780 até 1785 entraram para os currais da demarcação e da capitania 53.468 tartarugas e destas morreram 17.461, ou seja, houve em cinco anos uma média de perda de 32,7% do total daquele alimento. Ferreira ainda relata que raramente uma tartaruga chegava à mesa das famílias populares, e estas deveriam dedicar-se à pecuária de porcos, galinhas, patos, perus etc. Todavia, a carência econômica do Rio Negro era

tanta que havia dificuldades para o sustento dessas criações (ibidem, 2007, p.407).

Uma estratégia para o suplemento desse tipo de alimento defendida pelo naturalista seria imitarmos os espanhóis, com a introdução dos “*gados vacum e cavalar*”. O gado seria importante, tanto no comércio interno quanto no externo, produzindo carnes secas, couros e sebos. No entanto, em todo o Rio Negro português, não havia na época mais de 400 cabeças de gado vacum, como também era inexpressiva a existência dele no Rio Branco e no Solimões, onde havia planícies apropriadas a essa pecuária. Sobre o alimento protéico a partir da caça, o autor faz poucos relatos, geralmente referindo-se à prática dos índios ou à presença dessas espécies. No entanto, não podemos deixar de considerar que no título XXVII da “*Participação Geral do Rio Negro*”, Ferreira nos relata uma rica relação, com aproximadamente cem citações, dos animais e insetos caçados pelos indígenas e outros habitantes da região, com classificação científica e descrição de hábitos noturnos e diurnos (ibidem, pp. 419-424).

2.3.2. A mandioca e outros alimentos de origem vegetal

Afirma Ferreira que “*quanto aos índios, durante as fomes de inverno, da mandioca é que tiram o pão e o conduto.*” (FERREIRA, 2007, p. 411) Ele relata um extenso uso alimentar da mandioca, sendo provavelmente a principal fonte de carboidratos e, na época, simplesmente denominada *pão*. Seria falacioso dizer que não havia o consumo de outras fontes de carboidratos, como o arroz branco, o arroz vermelho, as diversas raízes, as batatas e outros, mas nada se comparava, na alimentação do povo do Rio Negro do século XVIII com o cultivo da maniva e o consumo da mandioca. Em todos os lugares descritos pelo naturalista, no diário da *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, não há sequer uma só roça que não incluía o plantio desse gênero, se não para o comércio, ao menos para a subsistência. Talvez não seja exagero dizer que praticamente toda a ocupação do Brasil colônia, na perspectiva alimentar, muito deve a essa raiz indígena, sabiamente aproveitada por todos. No entanto, Ferreira expõe a falta de técnicas agrícolas no Rio Negro. Não havia, cuidado ou conhecimento dos agricultores para selecionar a qualidade de mandioca que melhor adaptava-se ao solo. Em uma só roça de índio era possível encontrar mais de trinta

qualidades plantadas. Alertava também que a forma de lavar a terra não era adequada ao cultivo, pois não se arava ou se movia o solo; plantava-se em terra dura, uma vez que a raiz da mandioca prefere o terreno solto e arenoso.

As principais formas de uso da mandioca na alimentação, naquela época, eram as tapiocas, as carimãs, as farinhas, os beijus, os vinhos e as aguardentes, como se vê na tabela 2. Com base na obra de Ferreira, apresentam-se ali os principais derivados da mandioca e outros, bem como seus usos alimentares e suas formas de preparo. É interessante observar que o autor, não somente nesse item, mas em várias partes do livro, tem uma preocupação em conceituar, explicar o modo de preparo e advertir melhoras para o processo fabril, demonstrando sempre uma preocupação com a melhoria da economia da colônia nos textos que enviava aos seus superiores em Portugal. Ferreira também destaca outras raízes comuns na alimentação do povo do Rio Negro, tais como a batata, o cará, a macaxeira, a guarita, a tamuatarana, a meri, o tajá pequeno e grande etc.

Tabela 2 - Alguns usos alimentares de origem vegetal, relatados na obra *Viagem Filosófica ao Rio Negro* por Alexandre Rodrigues Ferreira

Produtos	Conceito de Alexandre Rodrigues Ferreira	Usos alimentares, advertências e curiosidades	Modo de preparo
Tapioca	Amido ou substância da massa da mandioca ralada	Acompanhada do tucupi, é comumente o almoço, jantar e ceia dos índios.	A massa da mandioca é lavada e passada por peneira. O amido que se precipita no fundo forma a tapioca.
Tucupi	A mostarda do país, um tempero azedo do suco da mandioca	Tempero para dar gosto à tapioca e a outros alimentos	O suco amarelo que escorre do tipiti, que é venenoso, após fervido, é fermentado por um dia e adubado com sal, pimenta e cravo.
Carimã	Massa da mandioca de água	Caldos, massas etc.	A massa ralada é espremida no tipiti e pisada no pilão várias vezes. Após, é levada ao forno, a uma temperatura moderada, para que não granule.
Farinha Seca	Não vai à água para amolecer. A mandioca é descascada e ralada.	Secas, são sustento dos índios e dos negros trabalhadores. Lançada em água fria, é a tiquara que os índios bebem. Adverte que extraem toda a tapioca da farinha, de modo que acaba por não sustentar os que a consomem.	A raiz é raspada, lavada e ralada e vai escorrer no tipiti, donde sai o suco amarelo, chamado de <i>tucupi</i> . Após, vai ao forno.
Farinha d'água	A mandioca fica por três dias na água antes de ser ralada. Desta forma, a raiz torna-se amolecida.	Idem a farinha seca.	Passa por um ralo, escorre no tipiti, depois passa na gurupema e dali vai ao forno.
Beijus	Bolos chatos e redondos que são comumente feitos com a massa da mandioca ralada.	O beiju desfeito em água fria chama-se carimbé. Beijussicas são pequenos e delicados e suprem o pão para os europeus que não se acostumam com a farinha. Beiju-membeca, beiju mole, não torra no forno; beiju-puquequa antes de ir ao forno é temperado com sal; beiju-curuba com a massa desigual, às vezes é misturado com a castanha-do-pará; beiju-guaçu, beiju grande, bem torrado ao forno, é usado para o preparo de vinhos e aguardentes.	A massa da mandioca ralada é levada ao forno.
Vinhos	Bebidas fermentadas ou sucos de frutos. O mais comum entre eles é o pajauaru, bebida fermentada do beiju-guaçu.	Bebidas utilizadas em festejos e rituais. Chamam de vinho todo suco espremido dos frutos, sem necessariamente passar por fermentação. Faziam vinhos principalmente dos frutos de palmeiras, como o uapaí (açai), bacaba grande e pequena, pataua, tucumã, mucajá, muriti (buriti), anajá, caraná, maraiá e outros.	Sucos de frutos fermentados ou não. Forma de fazer o pajauaru: ensopados os beijus em água, os acamam no chão, utilizando as folhas da imbaúba, por 4 ou 5 dias; após, coam os sucos para grandes talhas e deixam azedar. Para acelerar a fermentação, misturam porções de beijus mastigados pelas velhas.
Aguardentes	Destilados de cana, beijus guaços, cacau, café, laranja da terra, ananá, jenipapo, caju do mato, taperebá etc.	Uso nos festejos e rituais	Ferreira não explica o processo de destilação.

Fonte: FERREIRA, 2007

Organização : LAMARCA, E. T., 2014

O autor também descreve o consumo de frutas exóticas cultivadas, indígenas domesticadas, indígenas silvestres e de sementes. Entre os frutos exóticos transplantados da Europa, estavam o jambo, o tamarindo, o figo, a laranja, a lima, o limão doce, a abóbora, a melancia, o melão, o pepino, a berinjela e o tomate. Entre os frutos da capitania de Ilhéus estavam o jerimum e o calombro. Já o coco era oriundo da Ásia. Entre as frutas da América domesticadas e citadas por Ferreira estavam o ananás, a pacova (banana nativa), a papaia, a goiaba, o araçá, o caju manso, o maracujá, o biribá, o abacate, o taperebá, o araticum, o jenipapo-açu, o cubio, o bacurireté, a membeca, a curuba, o cacau, o umari, o cupuaçu, o cupuaí, o acuruá, o tucumã grande e a pupunha lisa e de gomos. No caso da pupunha, ele não especifica se o uso alimentar é o do palmito ou o da fruta. Entre as frutas selvagens que geralmente não se plantavam, pois eram oriundas do extrativismo, cita diferentes qualidades de ingá, os ananases bravos, as arañas, a tataperirica, os murtinhos, os camapuns, o cumati, o juá açu, a maçaranduba, o umiri, o pequiá verdadeiro, o puraí, o pepino do mato, entre diversos outros.

Ferreira faz uma análise da pouca resistência às doenças da população local e isso teria uma das suas origens nos alimentos ameríndios. Vejamos este trecho interessante do Título XXVIII sobre enfermidades:

Porque sendo a farinha, o peixe e a tartaruga alimentos de pouca nutrição e, por conseguinte, não criam um sangue balsâmico, se em algumas enfermidades influem, são os vícios do estômago procedidos da corrupção dos mesmos alimentos e da influência da atmosfera. (FERREIRA, 2007, p.425)

Vejamos que alimentos reconhecidos atualmente como saudáveis, como o peixe ou a farinha de mandioca, são vistos como alimentos de poder nutricional deficitário na época. Ferreira também atribui à alimentação fraca umas das causas da “preguiça” frente ao trabalho da agricultura.

Por fim, acerca deste tema alimentar, ressaltamos que alguns alimentos citados por Ferreira, no século XVIII, são atualmente símbolos da culinária do estado do Amazonas, como o popular tacacá das praças de Manaus, um mingau de mandioca com o tempero do tucupi, e outros. Tais alimentos foram

popularizados em todo o país e até internacionalmente como, por exemplo, o açaí, a castanha-do-maranhão (castanha-do-brasil), o cupuaçu e a pupunha que, além de ótimos alimentos, são bons exemplos de práticas sustentáveis dos moradores dos ecossistemas amazônicos.

2.4. A agricultura e a indústria

A respeito da agricultura, Ferreira nos descreve que os gêneros que melhor se adaptam ao solo nas margens do Rio Negro e que também teriam maior viabilidade econômica para a capitania seriam o café, o tabaco e o anil. No entanto, por todos os locais habitados que visita, percebe-se, nas análises do texto do seu diário, a primazia dos gêneros cultivados sobre os gêneros oriundos do extrativismo, o que nos indica que a agricultura parece ser o ponto de interesse maior da expedição do naturalista.

Descrever o estado da agricultura, mapear essa produção e advertir os superiores e os lavradores da necessidade de melhorias são assuntos que aparecem em todas as partes do diário da *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Não por simples questão econômica, a agricultura é o ponto de destaque do autor, mas com poucas dúvidas, podemos afirmar que o naturalista vê nessa atividade a melhor maneira de fixar o homem à terra, garantindo, assim, os domínios portugueses de Sua Majestade sobre a região.

Entre plantas que mais cita ao descrever as “roças” além das três já citadas, a saber, o café, o tabaco e o anil, estão a mandioca, o cacau, o algodão, o feijão, a cana-de-açúcar, o arroz branco, o arroz vermelho, o milho e as parreiras, algumas hortaliças como a alface, o pepino, o repolho, a couve, e outras, as drogas do sertão cultivadas, como a piaçaba, o açaí, a salva, a copaíba, o puxiri e outras. Ferreira faz um destaque especial ao cultivo e manufatura do anil e parece ser um entusiasta dessa cultura no vale do Rio Negro, além de ser esse um gênero recomendado por Sua Majestade para a região, como veremos melhor no subitem a seguir (FERREIRA, 2007, p.104).

2.4.1. O cultivo, a manufatura e a economia do anil

Na quinta participação da primeira parte do diário da *Viagem Filosófica*, na qual descreve o trecho de Santa Isabel a São Gabriel da Cachoeira, Ferreira faz uma análise completa da produção de anil desde a plantação, dos custos dos jornais dos trabalhadores, da tecnologia dos equipamentos utilizados e da necessidade de melhorias, dos preços do produto com seu diferencial de qualidade e da economia gerada pelo anil. Igualmente, sobre o anil, o naturalista, além de retratar aos seus superiores o estado das coisas, realizou várias instruções diretas aos lavradores que são uma contribuição para entendermos esse período histórico, como podemos ver nos trechos a seguir sobre o processo de manufatura do anil:

Quanto ao método de escorrer a água da fécula, introduzida nos sacos, viu que passam 24 horas primeiro que o conseguisse: observou, que as bocas dos sacos estavam fechadas, que eles não eram cônicos, que a sua posição não facilitava a seu escoante, e ordenou que, em uma banquetta de madeira se abrissem como óculos, à imitação dos que têm as mesas destinadas para assentos dos potes, e que nesses se suspendessem os sacos, mediante 4 pregos que prendam os 4 ilhoses de cada um. Reparava em não serem declives os fundos dos coxos inferiores, para não ser preciso tirar com as cuias as fundagens, que ficam estagnadas e estava resolvido a fazer emendar este defeito.

Pouco a pouco se podem ir facilitando os trabalhos e, por conseguinte, os lucros, à proporção dos cálculos da mecânica que se fizerem e da economia das despesas. (FERREIRA, 2007, p. 110)

É fascinante a riqueza de detalhes e a avançada visão do naturalista para a melhoria dos métodos produtivos no setor agrícola, uma necessidade ainda muito patente nas regiões rurais do Brasil. A complexidade de detalhes permite ao leitor mentalmente reproduzir todo o processo produtivo do anil, assim como a sua economia. Ferreira também nos descreve, em outras partes do diário, as tabelas com os salários dos índios e as suas experiências em visitas nas diversas lavouras e manufaturas dos lugares que visita,

analisando a produção do anil quando o há e a sua ausência, pois este era um gênero agrícola que Portugal via como importante para a região.

2.4.2. Cultura e manufatura da mandioca

Sobre o cultivo da mandioca em todas as citações de Ferreira acerca das lavouras, vemos que aquele é um gênero onipresente, conforme já se comentou. O naturalista nos apresenta alguns problemas ligados ao cultivo e à manufatura da mandioca. Entre eles, estão a falta de cuidado em se escolherem as espécies que melhor se adaptam ao solo, que dão as raízes maiores, de melhor durabilidade e qualidade, possibilitando uma maior produção de farinha. Em uma só roça de índios ou brancos do Rio Negro se encontram dezenas de tipos dessa planta, sem nenhum critério de seleção de seu cultivo. Aponta-nos outros problemas ligados ao manejo do solo, como a forma inadequada de realizar as queimadas, a não renovação das ramas de mandioca e o plantio na terra dura sem covas e arados que facilitassem o crescimento das raízes.

Sobre a manufatura faz advertências e questionamentos dos motivos daquela região ainda não se utilizar do ralo de roda e da prensa como citamos no trecho a seguir, no qual o capitão Severino Eusébio adota boas práticas:

Introduzam-se as boas práticas e abracem-se nos métodos que aproveitam; se o sobredito capitão Severino Eusébio não tivera abraçado o de ralar a mandioca em roda, como se pratica na Bahia e em Pernambuco, e como o persuadiu a praticar o tenente-coronel Teodósio Constantino de Chermont, e ainda agora o faria ralar nos ralos de mão, com tanto detrimento das índias e tanto atrasamento do trabalho, quanto aqui custa à maior parte dos lavradores. Se as impressas espremem mais depressa do que os tipitis, porque razão prevalece o uso destes, e não daquelas? Mas eu já escrevi que os mais deles são mais negociantes do que lavradores. (FERREIRA, 2007, p. 231)

Tal como no caso do anil e da mandioca, nas demais análises Ferreira parece apresentar sobre a agricultura essa preocupação em descrever o estado presente dela, propondo e advertindo a necessidade de uma melhor formação da população sobre o manejo dessa cultura.

2.4.3. Problemas com o solo e pragas

Ferreira nos descreve que a chuva em demasia e as tempestades nos períodos de inverno tornam a terra alagadiça, dificultando o trabalho, apodrecendo as raízes, quebrando os pedúnculos de flores, lavando o pólen. Essa mesma dificuldade ocorre no verão amazônico, que deixa a terra dura, seca e cheia de torrões, na qual o naturalista indica que precisavam de homens e instrumentos de trabalho para arar o solo. Contudo, também relata que esses recursos eram muito escassos (FERREIRA, 2007, p.37).

Outros problemas apontados pelo autor estão ligados à fertilidade do solo, entre os quais estão: a falta do tempo de descanso entre os plantios para que a terra se recompusesse, a dificuldade em realizar os processos de queimada, incorporando a cinza à terra, o plantio com o terreno duro sem abertura de covas e sem processos manuais ou mecânicos de arados. Todavia, Ferreira nos cita alguns casos de terras férteis e o interessante processo de decomposição do húmus, como, por exemplo, quando cita a povoação de Lamalonga em 1786:

Com efeito, a terra é fértil como se pode desejar, porque além de que o fundo consta de duas qualidades de terra, areenta e argilosa, as quais estão misturadas por um modo o mais favorável à vegetação, por outra parte ainda mais a ajuda a outra mistura de terra humosa, que é essa terra preta, por outro nome, terra de jardins, na qual se resolvem os vegetais mediante a putrefação, que procede das vicissitudes do calor e da umidade. (ibidem, p.57-58)

Além de citar a questão do húmus, um processo utilizado na agricultura contemporânea, principalmente no setor da agricultura biodinâmica, antroposófica, que percebe a terra como um elemento vivo, Ferreira traz-nos de forma empírica exemplos de consórcios entre espécies utilizadas pelos lavradores, como podemos ver a seguir:

Para evitarem o demasiado calor, costumam abrigar os cafezeiros à sombra dos ingazeiros. (ibidem, p. 37)

2.4.4. Diagnóstico geral da agricultura e de sua importância

O maior entrave ao desenvolvimento da agricultura, na região da Capitania do Rio Negro, parece estar não nas questões naturais, mas na questão da não existência de uma tradição agrícola entre os seus moradores. Os brancos que lá estavam eram, em sua maioria, mais comerciantes do que lavradores. Os índios eram mais coletores e caçadores do que agricultores. O autor ainda nos relata, como agravante, o fato de estes sempre serem divertidos para as expedições régias, para as expedições de busca das drogas do sertão e para a redução dos descimentos, após a lei da liberdade aos índios de 1755. Os negros, ainda na condição de escravos, eram poucos e os poucos que haviam por muitas vezes estavam desviados da agricultura para outros serviços, além de terem um preço muito alto para serem adquiridos pelos lavradores da região sem um financiamento do Estado. Tal problema se agravou após a extinção da Companhia Geral do Comércio, em 1777, que regulamentava a introdução e distribuição desses trabalhadores. Ferreira analisa os problemas do atraso no desenvolvimento agrícola da capitania:

O meu juízo a respeito da agricultura do lugar é que o que a terra pode produzir de maniva, arroz, feijão, milho e ainda algodão e café é sem conto, mas o que de fato produz é muito pouco, porque o trabalho a fazer é muito, e a preguiça muita mais; porque os esforços dos que não são preguiçosos encontram a falta de braços que necessitam; porque dos pretos, que entram no estado não fiam alguns aos lavradores capazes de os pagar, como Vossa Excelência fez fiar, para esta capitania, durante o seu governo, no intuito de promover a manufatura do anil; porque os poucos índios que há são incessantemente distraídos para o serviço das expedições régias, porque os que nelas andam empregados e nelas desertam ou morrem não são substituídos por outros novamente descidos. (FERREIRA, 2007, p. 37)

Parecia que ela sendo habitada em um suficiente número de moradores brancos, mostraria alguma diferença nas lavouras, porém os mais deles são mais negociantes do que lavradores. (Ibidem, p. 229)

A questão da preguiça em várias partes do diário aparece como um entrave ao desenvolvimento econômico. Ver a preguiça como um simples comportamento da população talvez não esclareça muita coisa, mas se a interpretamos de forma mais profunda, podemos percebê-la como a falta de um preparo técnico para o trabalho agropecuário daqueles habitantes, questão esta ainda muito presente na atualidade brasileira e um desafio para a economia. Outro ponto que podemos perceber é a falta de sentido simbólico que tinha essa dinâmica do capitalismo para aqueles moradores. Porque produzir para obter dinheiro se a natureza proporciona os bens que necessitavam diretamente?

Outro tema que Ferreira explica é o da origem dos moradores brancos, em maioria soldados e mercadores que se casaram com índias, sendo poucos os com uma antiga tradição agropecuária.

Outro assunto que Ferreira vê como um problema ao desenvolvimento agrícola é a questão de a mesma pessoa querer realizar uma série de atividades:

Um senhor de engenho de açúcar quer ser ao mesmo tempo lavrador de mandioca e arroz, ter fábrica de descascar, ter cafezais, cacoais, e quer mandar canoa às drogas do sertão; e isto basta para prova da referida desordem. (FERREIRA, 2007,p. 280)

Ferreira via como fundamental para o desenvolvimento econômico da capitania o aumento do número de trabalhadores sob o regime escravo e vários trechos do diário questiona o uso fútil dessa força de trabalho quando destinado ao uso doméstico e não em favor do desenvolvimento econômico:

O estado não fará maior avanço de agricultura, de comércio e utilidade, para que, sem dúvida, tem as mais belas e naturais propriedades, enquanto se lhe não facilitar e fornecer a numerosa introdução da escravatura. (ibidem, p. 280)

Sobre a questão do trabalho indígena, Ferreira parece entrar em uma contradição complexa do período colonial, que era a de transformar os índios em servos de Sua Majestade. Chega a recomendar que os esforços da realeza

serão pouco válidos para convertê-los em força de trabalho para a agropecuária e para a indústria e que os custos são muito altos para mantê-los nos estabelecimentos coloniais, exceto com relação aos índios já nascidos nesse novo regime. O melhor para Ferreira parece ser uma relação de parceria entre a Coroa e os índios em trabalhos como a navegação e o extrativismo:

Se se esquecessem inteiramente para os serviços reais da agricultura e de manufaturas dos índios do país, reduzindo-se estes às suas próprias povoações, como nelas sempre úteis para o serviço real, para a navegação dos sertões, para a colheita das drogas dos mesmos sertões, por serem estes trabalhos tanto mais naturais à criação e costume dos referidos índios e para os quais não menos sempre convirá conservar as respectivas povoações e o aumentá-las por via dos costumados descimentos e se bem que conseguimos de partes remotas e não efetuados para as vizinhanças das próprias terras dos gentios, porque assim mostra a experiência, que inteiramente são inconstantes e sem persistência alguma, bastando qualquer leve motivo de desgosto ou de suspeita para logo desertarem, ficando nestes termos tão infrutuosas as despesas da real fazenda como inútil e perdido todo o descômodo em tais diligências praticado. (FERREIRA, 2007, p. 281)

Em resumo, Ferreira explica a falta de um maior desenvolvimento agropecuário da região em razão da não existência dessa cultura agropecuária entre os seus habitantes, do reduzido número de trabalhadores escravos, das dificuldades do trabalho com os índios, dos ataques naturais, do pouco empenho dos diretores dos estabelecimentos coloniais em organizar e desenvolver as povoações, preocupando-se mais com interesses e benefícios pessoais do que com questões coletivas ou de Sua Majestade. Ferreira também adverte sobre a necessidade maior de visitas de pessoas ligadas à corte aos estabelecimentos coloniais, com um conhecimento técnico para organização e o desenvolvimento da agropecuária e do comércio.

2.5. Ataques de animais e conflitos com o gentio Mura

Os ataques de animais do ecossistema amazônico às lavouras são um assunto sempre presente nas citações de Ferreira sobre a agricultura. No caso do plantio do arroz branco, por exemplo, nos traz a descrição de problemas com pássaros e, no caso das roças de mandioca, os ataques promovidos por porcos nativos, como podemos ver nos dois trechos a seguir:

O arroz por outra parte padece o inconveniente de ser devorado pelas aráunas, que são certos pássaros como os meldros do reino.

Ocasões tem havido em que as mesmas roças de maniva têm sido destruídas afinal por uma inumerável multidão de porcos, que ali chamam de taiaçus. (FERREIRA, 2007, p. 37)

Segundo os relatos de Ferreira, a cultura do cacau, apesar de ser uma espécie nativa da América, era a mais atingida por ataques naturais, chegando a muitos locais onde fez suas visitas a ser um gênero de cultivo não recomendado pelo naturalista. O maior empecilho que nos descreve era, em suas palavras, o vulgo “lagartão”, como podemos ver no exemplo a seguir, uma preciosidade que temos no livro de Ferreira, que é o *Tratado de Agricultura do Rio Negro*, escrito pelo lavrador Antônio Vilela da Amaral a pedido do naturalista em 1786:

*Nascem pelas extremidades de seus ramos uns grelos nodosos e crespos, nos quais se lhe juntam vários insetos miúdos, como percevejos, a que o vulgo chama lagartão, e desta queixa morre a maior parte dos que por aqui se plantam. Além disto, tem o desconto de se lhes enxertar uma erva, a que os naturais dão o nome de uirariputi, ou esterco de pássaro, e nós outros erva-de-passarinho, a qual não é só nociva aos cacauzeiros, mas também a outras muitas árvores, porque se aproveita de sua nutrição, se se lhes não acode a tempo, limpando as árvores.” (AMARAL, Antônio Vilela, *Tratado da Agricultura do Rio Negro* apud. FERREIRA, 2007, pp. 506-507)*

Outro ataque natural que Ferreira nos descreve era o das formigas da espécie saúva. Como podemos ver na descrição da povoação de São Pedro em 1786, o incômodo era tanto que aquela chegou ao ponto de solicitar a mudança de sua localidade: “A terra é perseguidíssima da saúba (sic) e os moradores por estas causas têm, por muitas vezes, requerido a mudança da povoação.” (FERREIRA, 2007, p. 92)

Por fim, entre os problemas naturais da região do Rio Negro que, para o naturalista, eram empecilhos ao desenvolvimento agrícola da capitania, estavam os conflitos com os gentios Muras. Estes eram uma nação indígena rebelde, resistente à nova ordem imposta por Portugal na região que o império tinha dificuldade de reprimir, como podemos ver no trecho abaixo:

As hostilidades e crueldades do gentio Mura, principalmente na capitania do Rio Negro, têm também sido, pelo espaço de tempo de todos os sobreditos governos, outro reconhecido e inseparável obstáculo contra o maior progresso da lavoura e do comércio daqueles oprimidos moradores. (ibidem, p.280)

CAPÍTULO 3

ANÁLISE COMPARATIVA DA OBRA DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA COM AS OBRAS DE GABRIEL SOARES DE SOUSA E ANDRÉ JOÃO ANTONIL

Uma das maneiras de se compreender melhor a importância científica, econômica, etnográfica e social da *Viagem Filosófica* feita nas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre os anos de 1783 e 1792, chefiada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, é compará-la com certas publicações dos séculos anteriores a sua expedição que tiveram um escopo parecido, ou seja, inventariar a natureza do Brasil e mostrar seu potencial econômico.

Assim, visamos aqui a evidenciar algumas características e particularidades da obra de Ferreira por meio da comparação com duas obras que a antecederam: o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, e *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, de 1711, de André João Antonil.

3.1. Gabriel Soares de Sousa e a sua obra

Gabriel Soares de Sousa veio para a Bahia no ano de 1570, fez fortuna e tornou-se senhor de engenho. Com a morte de seu irmão, que percorreu os sertões em busca de metais preciosos, herdou o seu itinerário. De posse deste documento, retornou à Península Ibérica no ano de 1584 com objetivo de conseguir privilégios e concessões régias para uma expedição nos sertões do Brasil.

Era a época da união dinástica, que duraria sessenta anos e que faria dos Filipes da Espanha também os reis de Portugal. No ano de 1587, Sousa publica o *Tratado Descritivo do Brasil*. Contudo, permanece na Península até o ano de 1594, quando recebe o título de *capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de São Francisco*.

No mesmo ano, já com os privilégios alcançados, retorna à colônia, conduzindo trezentos e sessenta homens, sendo quatro carmelitas. Todavia,

ocorre um naufrágio com sua embarcação, mas a maior parte da tripulação conseguiu sobreviver. Depois do acidente, regressa à Bahia e se refaz do desastre, com o auxílio de Dom Francisco de Souza. Gabriel Soares, recomposto, repara-se com provisões para prosseguir a sua empreitada. A viagem subiu pela margem direita do rio Paraguaçu e tinha a instrução de fundar povoações a cada 50 léguas. Fundaram, assim, o arraial de João Amaro. No caminho até este, muitos homens adoeceram e animais foram mortos pelas adversidades da floresta. Persistente, Sousa resolve prosseguir e funda, 50 léguas adiante, um segundo arraial. Doente e cansado, não resistiu e veio a falecer, nesta localidade, com outros companheiros de sua empreitada.

Para Oliveira (2010), a obra de Sousa apresenta um olhar empirista semelhante a outras descrições produzidas durante o expansionismo ultramarino, como, por exemplo, a obra do jesuíta José de Acosta: *História Natural e Moral das Índias*. O *Tratado* tem um texto sintético, marcado por uma prosa quase lacônica, semelhante à dos relatos e diários de mareantes e naufragos desde a época de Cristóvão Colombo.

Varnhagen, organizador da edição do *Tratado em 1851* mostra-nos que Sousa pode parecer primitivo no estilo, sendo, porém, um grande observador. Seria, com efeito, difícil enquadrá-lo nalguma categoria pré-estabelecida:

“como melhor geógrafo que historiador, melhor botânico que corógrafo, melhor etnógrafo que zoólogo”.

Varnhagen reforça a abrangência e a importância do *Tratado* como um maiores estudos da colônia na época quinhentista.

A edição de 1879, que utilizamos para esta análise, está dividida em duas partes. A primeira, intitulada *“Roteiro Geral da Costa Brasileira”* conta com 74 capítulos, descrevendo toda a costa do Brasil. Na segunda, intitulada *“Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia”*, com 196 capítulos, o autor descreve a Bahia, a sua história, a sua topografia, a sua agricultura, os seus recôncavos e os seus engenhos e, ainda, a sua flora e a sua fauna, bem como seu uso etnográfico. Igualmente dedica uma parte significativa da obra à etnografia e outra à questão da necessidade e da facilidade que tem a Bahia para fortificar-se e defender-se.

Assim, segundo Lindo (2013), toda a exposição do *Tratado* tem um objetivo central: convencer a autoridade máxima da monarquia, o rei, que as riquezas recém-descobertas na terra americana deveriam submeter-se a diretrizes administrativas emanadas pelo poder central para consolidar e edificar um Estado brasileiro, ou seja, um projeto civilizatório nesta colônia de Portugal.

3.1.1. A Natureza sob o olhar de Gabriel Soares de Sousa e de Alexandre Rodrigues Ferreira

A descrição da natureza brasílica parece ser um dos maiores desafios, tanto do *Tratado Descritivo do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, como do *Diário do Rio Negro*, de Alexandre Rodrigues Ferreira. Todavia, além das diferenças textuais e de mentalidade características das épocas em se publicaram as duas obras referidas, encontramos entre elas outra diferença essencial: Sousa parece descrever lugares que conheceu pessoalmente e também locais sobre os quais só recebeu informações, como fica nítido nas narrativas sobre o extremo norte e o extremo sul do domínio português no continente americano. Ferreira, por sua vez, descreve somente os locais em que a sua expedição esteve presente.

Assim, no *Tratado*, Gabriel Soares descreve a natureza da colônia, exaltando a sua exuberância e a qualidade dos recursos encontrados para transformá-los em bens para a economia colonial. Afirma a probabilidade de construir, com poucos gastos, um grande império no território; este seria um dos principais Estados do mundo. Todavia, junto com mostrar essa exuberância natural, ele tem preocupação com o uso inadequado das espécies de interesse do Reino e com tomar-se as medidas necessárias para a proteção contra os corsários e os países inimigos. O grande intuito da narração parece ser aconselhar o rei Filipe II para que tome medidas de proteção e fortificação da colônia, para a manutenção de suas riquezas. (in LINDO, 2013).

Desse modo, Sousa descreve toda a costa brasileira, na primeira parte do *Tratado*, fazendo um inventário dos seus locais, dos principais rios para navegar, da água disponível, da terra e de sua qualidade para a agropecuária, dos locais bons para os engenhos, da vegetação e dos grupos indígenas existentes. Na segunda parte do *Tratado*, em que faz um memorial, declara a

grandeza e a fertilidade que tem a Bahia de Todos os Santos, realiza um fantástico acervo descritivo que tranquilamente podemos chamar de *enciclopédico*, em especial nos capítulos 34-146 sobre a flora, a fauna, a agricultura e a etnologia. Vejam-se os seguintes passos:

Do Rio Real ao de Itapocurú são quatro léguas, sem de um rio a outro haver na costa por onde entre um barquinho, por tudo serem arrecifes ao longo da costa, cuja terra ao longo dela é muita fraca, que não serve se não para criações de gado. A boca deste rio é muito suja de pedras, mas podem-se quebrar umas pontas baixamar de águas vivas, com que lhe fique canal aberto, para poderem por ele entrar caravelões da costa. (SOUSA, 1879, p. 36)

Entre as árvores de cheiro, que se acham na Bahia, há uma a que os índios chamam carunje, que se parece na folha, na casca e no cheiro aos loureiros de Espanha, mas não na baga; cuja madeira é sobre o mole, que se gasta no fogo dos engenhos. (SOUSA, 1879, p.201)

Podemos perceber, no primeiro trecho, que Gabriel Soares descreve a distância entre os rios em léguas, a navegabilidade do rio Itapicuru, o qual sugere uma intervenção humana para deixá-lo melhor à navegação, quebrando as pontas das pedras. Faz uma análise do solo e de sua possível utilidade. Assim, de forma semelhante, Sousa descreve as outras localidades da costa brasileira, fazendo no texto um desenho quase cartográfico do Brasil, que ressalta os seus recursos e as facilidades para explorá-los.

No segundo trecho, é interessante a referência que faz à árvore de cheiro, comparando-a com os loureiros cultivados na Europa. Toma o termo tupi que designa a árvore e nos informa o uso que se faz de sua madeira. Podemos ver que, de maneira interessante, Sousa observa a semelhança com as espécies européias ao descrever as características das espécies coloniais.

Ferreira, no *Diário do Rio Negro*, parece ter uma percepção colonialista da natureza, como sendo ela patrimônio de Sua Majestade e recurso econômico. A essência de sua obra é arrolar os bens desconhecidos pela ciência e pelo comércio, que precisam ser mapeados e estudados, pois alguns,

explorados sem controle, correm o risco de extinção ou redução drástica, o que empobreceria os recursos do império. Talvez, por isso, as drogas do sertão são os elementos mais citados pelo autor.

A forma de descrição da natureza por Ferreira se assemelha à de Gabriel Soares, ao utilizar palavras do Tupi. Igualmente, assemelha-se pelo caráter observador, demonstrando a natureza dentro de um único sistema perceptível. Todavia, Ferreira nos traz uma inovação que parece inegável: usa palavras de uma ciência nascente baseada no sistema de Lineu e um procedimento científico para analisar elementos da natureza.

Noutro trecho, sobre a observação do solo, podemos ver tais diferenças da exposição de Ferreira em relação à de Gabriel Soares:

Pela margem do rio suas diversas pedreiras, de que recolhi as amostras que remeto ao Real Gabinete. São de uma espécie de saxo sabuloso, micáceo e quartzoso no sistema de Lineu.
(FERREIRA, 2007, p.68)

Notemos que Ferreira cita os diversos tipos de solo observados e qualifica-os segundo o sistema de Lineu. Além do mais, remete amostras destes ao Real Gabinete.

Gabriel Soares de Sousa seguia uma tradição de cronistas para descrever a natureza e era influenciado pelo pensamento renascentista. Todavia, apesar da qualidade do texto, como fiel observador, não apresentava a metodologia de análise típica da História Natural que só seria comum a partir do século XVII. Com efeito, a descrição da natureza de Sousa evidencia o objetivo de mostrar a natureza, nos reinos mineral, animal e vegetal. No entanto, não se encontram em sua obra indícios do que mais tarde seria a taxonomia. Desse modo, dão-se explicações que parecem satisfazer as necessidades do homem renascentista, onde as macro-unidades eram descritas, mas não precisavam ser comparadas (OLIVEIRA, 2010).

Outro ponto interessante de comparação entre os dois autores é no que se refere à abundância dos recursos naturais do Brasil. Ferreira, à diferença de Sousa, alude à necessidade de um aproveitamento racional dos recursos. Como já mencionado, Ferreira dava indícios de uma preocupação com a sustentabilidade dos recursos da floresta, em especial das madeiras reais e

das drogas do sertão. Por sua vez, Gabriel Soares, apesar de sua preocupação com os países estrangeiros tomarem as riquezas do Reino, parecia enfatizar a exuberância dos recursos naturais.

Vejamos estes dois trechos sobre as madeiras reais para observarmos a visão de cada autor:

Entenda-se que lhe não faltam para se poder fazer grandes armadas com que se possa defender e ofender a quem contra o sabor de S. Majestade se quiser apoderar dela, para o que tem tantas e tão maravilhosas e formosas madeiras, para se fazerem muitas naus, galeões e galés. (SOUSA, 1879, p.322)

Pelas imediações há estimável madeira, que por aqui se chama muiiraquatiara, além de outras muitas, que também são finas, e como tais merecem estimação. É certo, que no corte de todas elas não tem havido reserva alguma, tendo até agora sido livre a todo particular o cortá-la. (FERREIRA, 2007, p.305)

Observemos que, no primeiro trecho, Gabriel Soares disserta sobre a quantidade e a qualidade das madeiras, “*tantas e tão maravilhosas*”. O texto parece considerar esse recurso como algo aparentemente inesgotável. Com efeito, dificilmente teria outra visão um observador no meio da segunda metade do primeiro século da colônia, tendo como provável elemento de comparação as florestas europeias, que contraporiam à exuberância tropical.

Ferreira, no segundo trecho citado, demonstra uma preocupação com a falta de controle da extração da madeira real na região amazônica. O naturalista nos traz que todos eram livres para cortá-las, o que fazia reduzir as reservas desses recursos naturais.

Os dois séculos que separam as duas obras podem ser percebidos nessas duas citações. Enquanto Gabriel Soares nos traz a descrição de uma natureza exuberante, a crônica de Ferreira nos demonstra os primeiros impactos da atividade humana descontrolada sobre os recursos naturais, que, apesar dos avisos de muitos naturalistas, infelizmente, continua até os dias de hoje.

3.1.2. O etnográfico na percepção de Sousa e Ferreira

Outro aspecto que podemos comparar esses dois autores é a questão etnográfica dos povos nativos do Brasil. Ferreira, apesar de dizer não dedicar sua expedição a essa finalidade, nos traz uma importante amostra das etnias e de seus aspectos culturais na região amazônica no final de século XVIII. Descreve seus costumes, religião, vestes, ornamentos, armas, festejos, bailes, instrumentos musicais, utensílios domésticos e outros aspectos. Igualmente nos fornece informações sobre a localização geográfica das nações indígenas ao longo do rio Negro e dos seus afluentes, bem como nos relata os aspectos linguísticos, a origem dos índios nos estabelecimentos coloniais e nos traz maravilhosos desenhos que são um verdadeiro retrato do indígena da sua época. O naturalista parece descrever o indígena da mesma maneira que se refere ao homem de modo geral, seja esse branco, negro ou mestiço. Acima de tudo, vê o homem índio na sua relação utilitária com a economia do sistema colonial.

Gabriel Soares de Sousa, diferentemente de Ferreira, dedica uma parte significativa do *Tratado Descritivo do Brasil* a um estudo aparentemente antropológico dos índios. Do capítulo 147 ao 186, o Tratado é integralmente dedicado à descrição dos índios e a sua cultura, descrevendo em especial a nação Tupinambá que, segundo o autor, senhoreava a Bahia em maior parte. Igualmente, descreve nações vizinhas da Bahia como os Tupinaés, os Amoipiras, os Ubirajaras, os Maracás e os Tapuias. Mesmo na primeira parte da obra, que apresenta o *Roteiro Geral da Costa Brasileira*, destina nove capítulos em que apresenta algumas nações indígenas, sendo essas os Potiguares, os Caetés, os Aimorés, os Goitacazes, os Papanazes, os Tamoios, os Goianazes e os Carijós (SOUSA, 1879).

A exposição de Soares parece ir bem além da relação do indígena somente com o sistema colonial. Procura retratar a realidade dentro das aldeias e fora delas, trazendo-nos um cenário geral de como era o índio, na visão eurocêntrica na era quinhentista. Assim, descreve desde os conflitos das nações com seus contrários, a prática da antropofagia, faz a descrição física das etnias, descreve as suas cerimônias, os seus ornamentos, a sua linguagem e outras particularidades. Todavia, não deixa de descrever o índio também na sua relação com a economia colonial, principalmente as nações que estão em conflito com os portugueses ou em situação de paz, os que têm

comércio com os estabelecimentos coloniais, a prática do regaste do índio cativo.

Soares apresenta os índios da nação Tupinambá com os seguintes dizeres:

Os Tupinambás são homens de meia estatura, de cor muito baça, bem feitos e bem dispostos, muito alegres do rosto, e bem assombrados: todos tem bons dentes, alvos, miúdos, sem lhe nunca apodrecerem; tem as pernas bem feitas, os pés pequenos; trazem o cabelo da cabeça sempre aparado, em todas as outras partes do corpo os não consentem e os arrancam como lhes nascem: são homens de grandes forças e de muito trabalho; são muito belicosos, e em sua maneira esforçados, e para muito, ainda que atraçoados: são muito amigos de novidades, e demasiadamente luxuriosos, e grandes caçadores e pescadores, e amigos de lavouras. (SOUSA, 1879, pp.278-279)

De forma semelhante, Soares apresenta os índios das outras nações, descrevendo o seu físico, a sua moralidade e as suas habilidades. Essa forma retratista de descrição do indígena talvez se explique por serem homens provavelmente pouco conhecidos para o rei a quem dedica seu *Tratado*.

Por outro lado, como já foi dito acima, as descrições de Ferreira sobre os índios parecem ter um direcionamento para a economia do sistema colonial. Vejamos estes dois trechos do *Diário do Rio Negro* que corroboram essa ideia:

São descendentes dos gentios apontados no título XVI, os quais foram praticados, descidos e aldeados pelos brancos, ou ainda gentios modernamente para as povoações, porém não há índios somente descidos dos sertões deste rio: porque os da nação Jurupixuma, Passé e outros são de outros rios e sertões diversos. Todos foram declarados e confirmados livres pela lei de 6 de junho de 1755. (FERREIRA, 2007, p.371)

Também em outro parágrafo confirmou a disposição do § 40 alvará do 1.º de abril de 1680 no qual se havia ordenado que depois de descidos fossem senhores de suas fazendas como

eram no sertão, sem lhes poderem tomar. (FERREIRA, 2007, p. 372)

Em muitos trechos Ferreira faz referência aos índios e a seu papel na economia do sistema colonial. Parece também reforçar a ideia de que Portugal precisava de certa cumplicidade deles para garantir o seu território expandido e reconhecido pelo Tratado de Madrid, pelo princípio do *uti possidetis*. O naturalista enfatiza o §10 do *Diretório dos Índios*, que proibia e tornava indecoroso que estes fossem chamados de *negros*, para que não fossem entendidos como escravos naturais dos brancos, além de aludir à determinação de Sua Majestade, de 30 de maio de 1773, que regulava os salários que deveriam ser pagos aos índios por seus serviços. Tudo parece reforçar a idéia da introdução do índio na sociedade para a garantia do território e a consolidação da colônia (FREIRE, 2001; FERREIRA, 2007, pp. 372-373)

Agregar valor aos custos do trabalho e aos preços dos produtos é característica que aparece em vários pontos do diário. Ferreira parece ter como um dos objetivos da sua expedição inventariar essas informações econômicas.

Com efeito, tanto Ferreira como Gabriel Soares nos trazem conhecimentos que podemos chamar de *antropológicos*, sem uma relação direta com o sistema colonial. A prática da antropofagia é um aspecto descrito de forma bem detalhada por ambos os autores. Não que não tivesse uma relação indireta com a economia colonial, pois esse costume parece ter sido fundamental para a escravidão do indígena. No caso dos Tupinambás, Gabriel Soares chega a descrever os cuidados que se têm com o cativo antes de estar pronto para o sacrifício, os festejos que eram feitos no dia da morte, a forma como enfeitavam o índio a ser sacrificado e como se enfeitava o matador, bem como a forma de execução e até como era consumida a carne do morto:

Acabado de morrer este preso o espedaçam logo os velhos da aldeia, e tiram-lhe as tripas e fressura que, mal lavadas, cozem e assam para comer; e reparte-se a carne por todas as casas da aldeia e pelos hospedes que vieram de fora para ver estas festas e matanças, a qual carne se coze logo para se comer nos mesmos dias de festas e outras assam muito afastada do fogo de maneira que fica muito mirrada, a que este gentio chama

moquém, a qual se, não come por mantimento senão por vingança. (SOUSA,1879, p.306)

Gabriel Soares nos relata que o ato da antropofagia estava ligado geralmente a um sentimento de vingança com relação às nações contrárias que teriam matado os parentes de outro grupo indígena nos conflitos. Todavia, também nos fala de nações que não comem carne humana como, por exemplo, os Tapuias:

Estes Tapuias não comem carne humana e se tomam na guerra alguns contrários não os matam; mas servem-se deles como de seus escravos, e por tais vendem agora aos portugueses que com eles tratam e comunicam. (SOUSA, 1879, p. 317)

Temos aqui uma informação muito interessante do *Tratado*: a prática do comércio de escravos com os portugueses, um dos pilares da inserção do índio no sistema colonial brasileiro.

Alexandre Rodrigues Ferreira também faz menção à antropofagia no *Diário do Rio Negro* e, apesar dos quase dois séculos que separam as duas obras, podemos perceber muitas similaridades entre elas. Vejamos este interessante trecho sobre os costumes do gentio:

Falo dos morais; entre os quais além de ser ímpia a antropofagia que ainda hoje praticam os Uerequenas, é igualmente ímpio o comportamento de quase todos os gentios pela ocasião da guerra.

De muitos outros gentios se conta, como eram os Ingaíbas, Tabixaras e Mamaianás, que na ocasião do conflito e nos transportes de maior furor, mordiam as carnes dos cadáveres dos inimigos e abocanhavam algumas delas; tocavam à chamada e festejavam a vitória com gaitas das tíbias das pernas dos vencidos; bebiam e davam a beber água e seus vinhos nos crânios serrados e raspados à maneira de cuias; esfolavam e rompiam os cadáveres, arrancando os dentes para fazerem as suas gargantilhas. (FERREIRA, pp. 350-351)

O naturalista mostra que antropofagia, nessas outras nações, só ocorria por ocasião da guerra. Todavia, afirma que os Uerequenas mantinham os prisioneiros por um longo tempo, depois de findado os conflitos, em currais semelhantes aos utilizados para gado, como podemos ver no trecho a seguir:

Viram outro tempo os cabos das nossas tropas que eles tinham currais de gentios prisioneiros, assim como nós os temos de gado para os açougues. (FERREIRA, 2007, p.351)

3.1.2.1 Conflitos entre índios e portugueses

Outro ponto em que podemos comparar os dois autores é com relação aos conflitos que nações indígenas mais rebeldes e resistentes ao processo de colonização imposto por Portugal mantinham com os colonizadores. Tanto Ferreira como Gabriel Soares pareciam entender o conflito com esses nativos mais guerreiros como um dos grandes impedimentos ao progresso sócio-econômico dos estabelecimentos coloniais.

Vejamos este trecho do *Diário do Rio Negro* sobre o conflito entre os lavradores de uma vila próxima de Moureira e os indígenas da nação Mura:

Agora particularmente, por um dos grandes benefícios que acaba de fazer a Providência, se removeu daquela vila um não pequeno obstáculo que encontrava o adiantamento de suas lavouras. Povoação era aquela que jamais deixava de ser em todos os anos perseguida pelo gentio Mura. Subia pelo rio Anani, o qual desce pela retaguarda da vila, na distância de meio dia de viagem, e tendo repetidamente várias vezes assinado umas e surpreendido outras pessoas, de tal modo intimidou os lavradores que se retiram da margem austral, aonde algum dia tinham suas roças. (FERREIRA, 2007, pp.291-292)

Em diversos passos do *Diário*, Ferreira mostra que a fúria do gentio Mura parece ter sido um dos problemas responsáveis pelo atraso da agropecuária e do comércio no rio Negro.

Gabriel Soares nos traz situações parecidas, principalmente do conflito dos brancos com a nação dos Aimorés. Analisemos esses dois trechos do

Tratado sobre as consequências da ação dos Aimorés nos estabelecimentos coloniais das capitanias de Porto Seguro e Ilhéus:

De Tinharé à ilha de Boipeba são quatro léguas; esta ilha possuem os padres da companhia do colégio da Bahia, a qual e a de Tinharé estão povoadas de portugueses, que despejaram a terra firme com medo dos Aimorés, que lhe destruíram as fazendas e mataram muitos escravos. (SOUSA, 1879, p. 43)

A capitania de Porto Seguro e a dos Ilhéus estão destruídas e quase despovoadas com o temor destes bárbaros, cujos engenhos não lavram açúcar por lhe terem morto todos os escravos e gente deles, e a das mais fazendas, e os que escaparam das suas mãos lhe tomaram tamanho medo, que em se dizendo Aimorés despejam as fazendas, e cada um trabalha por se pôr em salvo. (SOUSA, 1879, p. 48)

Podemos entender, no primeiro trecho, que o conflito dos índios da nação Aimoré com os estabelecimentos coloniais levou os portugueses a se retirarem do continente para a ilha de Tinharé, onde se encontra o morro de São Paulo, hoje um destino turístico popular do estado da Bahia. Gabriel Soares, igualmente nos relata que os Aimorés temiam a água e, por essa condição, os brancos sentiam-se seguros na ilha. No segundo trecho, mostramos que as capitanias de Porto Seguro e Ilhéus estavam destruídas pela ação dos Aimorés e nos dá a crer que atividade dos engenhos estava interrompida. Gabriel Soares apresenta os aimorés como bárbaros terríveis: índios que dormiam ao relento e comiam carne humana por mantimento e não por vingança como as outras nações. Isso parece reforçar sua representação enquanto um ser bruto e hostil.

Assim, ambos os autores mencionam lugares em que os empreendimentos coloniais foram prejudicados pelos conflitos com os povos nativos. Parece ser comum o entendimento de que essas etnias seriam obstáculos ao desenvolvimento econômico, os quais deveriam ser superados pela ação do Estado. Todavia, Ferreira nos relata que, após uma reação das tropas do exército colonial, os Muras, entre os anos de 1784 e 1786,

começaram a descer para a vila de Moura, integrando-se àquele estabelecimento colonial:

Mas também se embarcaram em 4 ubás 25 Muras, entre homens e mulheres e menores de ambos os sexos, os quais chegaram à Vila de Moura, pelas vésperas de São João do ano próximo passado, e tendo-os aquele diretor conduzido à presença de V.Ex.^a, para deliberar como lhe parecesse justo, sobre os sinais que davam de quererem estabelecer naquela vila. (FERREIRA, 2007, p. 295)

3.1.3. Visões de Ferreira e Gabriel Soares sobre a tecnologia (o artifício produtivo) colonial

Um ponto em que também podemos comparar a obra de Ferreira com a de Gabriel Soares de Sousa é a questão tecnológica. Ferreira, como já dito, parece ter preocupações com a melhoria do artifício produtivo (i.e., a tecnologia), o que podia até ser entendido como um ensaio de pré-revolução industrial do Brasil colonial. Gabriel Soares, por sua vez, apesar de não se dedicar à questão da melhoria dos processos produtivos, nos traz surpreendentes descrições de materiais e de seus possíveis usos, como, por exemplo, os materiais nativos utilizados para a construção de embarcações, para a urbanização e para as fortificações, tão necessárias, na sua época, para a proteção contra corsários e países estrangeiros.

Gabriel Soares parece-nos trazer interessantes contribuições que podemos entender como tecnológicas para a época quinhentista. A partir do capítulo 187, até o 194, no qual finaliza o *Tratado*, descreve as comodidades que teria a Bahia para fortificar-se e os metais e pedras de valor nela existentes. Nessas narrações, arrola a quantidade de recursos naturais e humanos que a Bahia teria para a geração de riquezas, como ouro, prata e pedras preciosas e para a construção de fortes, naus e até armas de fogo. Fortificara Bahia para garantir a riqueza já conquistada pelos seus moradores parece ser uma das necessidades principais que Gabriel Soares menciona no *Tratado Descritivo do Brasil*. O autor descreve as pedras existentes na cidade do Salvador como de boa qualidade para fazer paredes de alvenaria, a facilidade para a produção de cal de qualidade com as cascas das ostras e de

uma rocha que se cria no mar, “*creSPA e artificiosa*” (provavelmente se referia aos recifes de corais da ilha de Itaparica). Igualmente, descreve a disponibilidade de minas de aço e cobre próximas, já utilizadas para fazer as partes metálicas dos engenhos, os recursos bélicos para a produção de pólvoras e outras armas de lançar, além de uma diversidade de castas de madeiras reais para a construção naval.

Com efeito, um fato que chama muita a atenção na riqueza da descrição de Gabriel Soares e que pode ser entendido como uma inovação tecnológica sugerida pelo autor é a substituição de alguns produtos utilizados na Europa para a produção de naus por produtos nativos do Brasil (SOUSA, 1879, pp 320-330). Vejamos estes dois trechos, o primeiro sobre a necessidade do breu para as embarcações e o segundo sobre a estopa utilizada para calafetar as naus:

Breu para se brearem estas embarcações não temos na terra, mas é por falta de se não dar remédio a isto; porque ao longo do mar em terras baixas de areia é tudo povoado de umas árvores que se chamam camaçari, que entre a casca e o âmago lançam infinidade de resina branca, grossa como termentina de Beta, a qual é tão pegajosa, que se não tira das mãos senão com azeite quente, a qual, se houver quem lhe saiba fazer algum cozimento, será muito boa para brearem com ela os navios, e far-se-á tanta quantidade que poderão carregar naus desta resina e porque se não podem brear as naus sem se misturar com a resina graxa, na Bahia se faz muita de tubarões, lixa e outros peixes, com que se alumiam os engenhos e se bream os barcos que há na terra. (SOUSA, 1879, p.323)

Parecerá impossível achar-se na Bahia aparelho de estopa para se calafetarem as naus, galeões e galés que se podem fazer nela para o que tem facilíssimo remédio; porque há nos matos desta província infinidade de árvores que dão envira, como temos dito, quando falamos da propriedade delas, a qual envira lhe sai da casca que é tão grossa como um dedo; como está pisada é muito branda e desta envira se calafetam as naus que se fazem no Brasil. (SOUSA, 1879, p.324)

Não poderíamos deixar de citar que Alexandre Rodrigues Ferreira, no caso das embarcações, faz aos seus superiores advertências de usos de matérias locais com base na observação da cultura indígena. Ferreira em muitas partes do *Diário do Rio Negro*, é enfático na defesa da construção de embarcações especiais para navegar em corredeiras com o uso da fibra da palmeira da piaçaba, material que, segundo ele, evitaria muitos acidentes por ser mais leve e resistente às colisões com as rochas. Vejamos estes dois trechos do *Diário* para um melhor entendimento do assunto:

Que na dita vila se faz da piaçaba que tem perto nas terras da costa fronteira e dentro no rio Padauri, donde a pode tirar para propagar pela capitania. É este artigo tão recomendável por si mesmo para o bom êxito da navegação pelas cachoeiras deste rio, que até eu, que ainda agora a empreendi, conheço e afirmo, que, ou se não deve dispensar, ou dispensá-lo, o governo interino que não se queixe depois dos naufrágios de canoas régias e muito menos as sobrecarregue aos cabos. (FERREIRA , 2007, pp. 51-52)

Os Massames que se fazem delas em Pernambuco e na Bahia servem para lanchas, sumacas e corvetas, assim como aqui podem ser para as canoas. (FERREIRA , 2007, pp.232)

Ferreira, tal como Gabriel Soares, parece recorrer ao saber indígena na questão da substituição de materiais importados do Reino pelos locais. Um diferencial em seus respectivos textos parece ser de natureza experimental, como podemos ver nas palavras de Ferreira “*que ainda agora a empreendi, conheço e afirmo*”. Igualmente, outra característica constante no texto de Ferreira que pouco aparece em Gabriel Soares é o dar valor monetário dos materiais citados, como podemos ver quando tratado valor da piaçaba: “*Vende-se em Pernambuco a polegada à razão de trezentos e vinte.*” (FERREIRA, 2007, p.233)

Assim, podemos perceber nos dois autores, cada qual em sua época, o empenho de convencer as suas autoridades superiores de que, com

planejamento, trabalho, investimentos e melhorias tecnológicas seria possível aumentar a capacidade do Brasil de produzir riquezas e criar bases para o estabelecimento civilizatório colonial.

3.2. André João Antonil e a sua obra

João Antônio Andreoni, mais conhecido pelo seu pseudônimo literário português, André João Antonil, nasceu na Toscana, na cidade de Luca, no ano de 1649. Seguiu carreira religiosa na Companhia de Jesus, na qual entrou no ano de 1667. Também se formou em Direito Civil pela universidade de Perugia. O jovem sacerdote veio para o Brasil, no ano de 1681, por convite do padre Antônio Vieira, com destino à Bahia. Em terras coloniais, Antonil teve uma carreira célere como jesuíta, foi catedrático em retórica no seminário da Bahia, diretor de estudos, mestre de noviços, secretário particular de Vieira, reitor do Real Colégio da Bahia e provincial, cargo máximo da Companhia de Jesus no Brasil. (SILVA, 1999; BOSI, 1996)

Sua habilidade e gosto pelo cálculo logo foram percebidos e admirados pelos seus colegas. Antonil tinha muita aptidão para a área contábil e, igualmente, para escrever e rotular materiais diversos. Quando secretário particular de Vieira, fez assentamento de todos os membros que passavam pela província entre 1566 e 1688, a partir das informações do Livro de Entrada do Noviciado. Outra produção interessante de Antonil foi o tomo intitulado “*O Costumeiro*” que nos traz detalhadamente os usos e costumes dos colégios de sua época. Sua maior obra, porém, foi *Cultura e Opulência no Brasil por suas Drogas e Minas*, trabalho que ele dedicou ao padre José de Anchieta, taumaturgo do Brasil.

Tal obra apresenta uma descrição objetiva da realidade brasileira, com um detalhamento das técnicas produtivas e econômicas do período anterior à Revolução Industrial. O autor nos apresenta os principais produtos da opulência brasileira do início do século XVIII: o açúcar, o fumo, as minas e o gado. Todavia, a obra de Antonil é muito mais que um mero manual técnico-informativo do período. Ela tem um cunho econômico, que é claramente a principal preocupação do autor, mas também nos revela sua preocupação social, ética, moral e comportamental dentro do sistema produtivo colonial (SILVA, 2010).

A obra foi publicada no ano de 1711 pela Oficina Real de Deslandesiana em Lisboa, com as devidas licenças civis e eclesiásticas. No entanto, no mesmo ano de sua publicação, por decreto de D. João V, a pedido do Conselho Ultramarino, a obra foi proibida e recolhida. As alegações do Conselho que geraram a proibição estavam ligadas, aparentemente, à estratégia de sigilo do Reino. Havia um temor de que as informações sobre as minas de ouro, prata e diamantes chegassem a nações estrangeiras, ocasionando grande prejuízo financeiro à monarquia lusa. Outra preocupação do Conselho, mas aparentemente secundária, era de que as informações sobre os processos de produção e beneficiamento do açúcar e do tabaco também chegassem às nações “*estranhas*”, podendo gerar alguma espécie de perda comercial para o reino português. A obra foi reimpressa em 1800, por iniciativa do naturalista Frei José Mariano da Conceição Velloso mas, mesmo assim, parcialmente. A Reimpressão da obra completa só acontece em 1837 no Rio de Janeiro.

A obra de Antonil diferencia-se da de Ferreira em muitos aspectos. Antonil tem um texto carregado de metáforas, enquanto o nosso naturalista apresenta um texto mais seco e objetivo. A obra de Antonil é a de um jesuíta que teve contato com as principais formas de produção da riqueza colonial do início do século XVIII e podia fazer uma produção acabada para publicação, destinada aos senhores de terras e engenhos, ou sejam, aos possíveis produtores de riquezas.

A comparação da obra de Antonil com a de Ferreira explica-se principalmente pelo caráter economicista e social de ambas as produções. Comparando-se os textos de Ferreira e Antonil no concernente à sua visão do homem, podemos perceber muitos aspectos semelhantes nos dois autores. Talvez não seja exagero dizer que ambos são precursores da utilização do conceito de *Homo economicus* nos tempos do Brasil colonial. O homem é descrito pelos dois autores dentro da lógica do mercantilismo colonial, ou seja, é visto como uma força de trabalho ou como um acumulador de riquezas e poder social. Ferreira, até pela época de redação de sua obra, oito décadas depois da obra de Antonil, parece ser mais objetivo em descrever o homem como força de trabalho. Antonil, por sua vez, apesar de utilizar alguns recursos metafóricos de linguagem, em que compara, por exemplo, a posição social de

um senhor de engenho com a de um fidalgo do reino, não deixa de descrever o homem dentro da mesma lógica econômica da colônia.

Com relação à escravatura, ambos os autores, aparentemente entendiam-na como um instrumento importante para o desenvolvimento econômico da colônia. A falta de mão de obra escrava para Ferreira era uma das causas principais do atraso da agropecuária na região norte do Brasil, além da indolência desses trabalhadores e por estarem empenhados em serviços domésticos:

“...Todos quantos chegam, são poucos para os serviços domésticos, para acompanhamentos pomposos.”
(FERREIRA, 2007, p.236)

Antonil, igualmente, parecia entender a mão de obra escrava como fundamental para a manutenção e o desenvolvimento econômico da colônia brasileira, como podemos ver no trecho a seguir:

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho; porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda nem ter engenho corrente.” (ANTONIL, 1837, p.31)

Apesar de os senhores de engenho necessitarem de um corpo de funcionários remunerados para as funções que exigiam maior perícia, a mão de obra escrava negra compunha a grande massa de trabalhadores do engenho:

“Toda a escravatura que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinqüenta peças, a duzentas peças contando a dos partidos.” (ANTONIL, 1837, p.8).

Se consideramos as funções remuneradas no engenho, como o mestre de açúcar, o banqueiro, o contrabancheiro, o purgador, os feitores de roças, o feitor-mor, o capelão, entre outros, chegariam aproximadamente à décima

parte em relação à escravatura, sendo assim, no entendimento de Antonil, essa forma de trabalho compulsório fundamental para a economia colonial.

Sobre a questão religiosa, ela parece ser apresentada, com maior destaque, na obra de Antonil que nos textos de Ferreira. Antonil demonstra a importância da existência da religião católica nos engenhos, especialmente como uma norteadora do comportamento moral e ético. Todavia, a religião também parece ter a função de incentivar o trabalho e de reduzir tensões, criando um ambiente pacífico e produtivo. Antonil demonstra preocupação com a salvação da alma dos escravos pela sua conversão ao catolicismo, salvação essa que parece ter como pano de fundo um comprometimento com a produção colonial:

O primeiro que se ha de escolher com circunspecção , e informação secreta do seu procedimento e saber, é o capelão, à quem se ha de encomendar o ensino de tudo o que pertence á vida cristã, para, desta sorte, satisfazer á maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar, ou mandar doutrinar a família e escravos. (ANTONIL, 1837, p. 17)

Corre também por sua conta pôr a todos em paz, atalhar discórdias, e procurar que na capela, em que existe, seja Deus honrado, e a Virgem Senhora Nossa, cantando-lhes nos Sábados as Ladainhas. (ANTONIL, 1837, p.18)

Os dois trechos supracitados referem-se à missão cristã do senhor de engenho em salvar as almas dos seus escravos, dos demais funcionários, da sua família e até sua própria, por meio da promoção da doutrina cristã por um capelão fixo no engenho. O segundo refere-se ao papel do capelão de evitar discórdias e manter um ambiente pacífico e salutar ao trabalho em toda a fazenda.

Com efeito, a prática religiosa apresenta por Antonil parece estar vinculada ao sistema produtivo colonial, sendo mais um instrumento civilizatório de adequação do comportamento humano ao trabalho no engenho que para a salvação das almas, ou seja, como um fim em si mesmo. Isso podemos perceber nos trechos a seguir, que descrevem o que o capelão deveria pregar:

Como cada qual se ha de encomendar a Deus, para não cair em pecado, e oferecer-lhe pela manhã todo o trabalho do dia. (ANTONIL, 1837, p.18)

No dia em que se bota a cana a moer, se o senhor do engenho não convidar ao vigário, o capelão benzerá o engenho, e pedirá a Deus que dê bom rendimento e livre aos que nele trabalham de todo o desastre. E quando no fim da safra o engenho pejar, procurará que todos deem a Deus as graças na capela. (ANTONIL, 1837, p.20)

Como podemos perceber, a religião parece ser algo complementar ao sistema produtivo, marcando, de certa maneira, uma ideologia ligada à modernidade na qual o capitalismo estava-se consolidando e buscando potencializar o trabalho humano para acumular riquezas. (CHAUI, 1995)

Até os dias de certas práticas religiosas Antonil sugeria que fossem aqueles que não concorressem com a produção do engenho, como podemos ver na citação a seguir sobre a reza do terço do Rosário:

“e nos meses em que o engenho não mói, o terço do Rosário;” (ANTONIL, 1837, p.19)

Antonil parece reforçar a ideologia da fé como um sacrifício no presente para recompensa no futuro. Com efeito, tratando-se do trabalho servil ou semi-servil, este deveria aceitar as regras árdias do sistema produtivo colonial, devendo os escravos viver segundo a doutrina da Igreja, com o que seriam recompensados com a vida eterna no paraíso e a liberdade após a morte.

Alexandre Rodrigues Ferreira, por sua vez, apesar de, em várias partes do *Diário do Rio Negro*, criticar o domínio político dos religiosos na região amazônica, parece considerar importante o papel da religião nos lugares administrados pela colônia. Neste trecho, se que refere ao comportamento do indígena, Ferreira, do mesmo modo que Antonil, parece dar indícios do papel da igreja como uma instituição civilizatória e formadora de comportamentos e valores morais necessários ao trabalho e ao acúmulo de capital:

Veem que o café é gênero lucrativo para os brancos, e eles, que já hoje estimam a camisa de bretanha com punhos, o calção de tafetá encarnado, o chapéu à nossa moda, sob pena de não irem à missa nos dias de preceito, quando se envergonham de não terem tal farda, eles, eu digo, não deixam de trabalhar o que podem e o que lhes permite, para a adquirirem. Falo dos índios aldeados nas povoações onde nasceram, e observam desde pequenos a polícia portuguesa. (FERREIRA, 2007, p. 36)

Podemos observar, que para Ferreira, os índios criados desde pequenos de acordo a “polícia”, ou seja, com a forma civilizada dos brancos, aprendem que é importante trabalhar para ter recursos para comprar suas roupas, vestir-se para ir às missas. Indica ele uma forma primária de criação de necessidade de bens de consumo para poder realizar a vida semelhante à dos brancos. Sendo assim, também em Ferreira a igreja pode ser entendida como um elemento de apoio à formação de um pensamento mercantil nessa ordem civilizatória.

3.2.1. Economia e contabilidade

Outro ponto similar entre os dois autores parece estar no detalhamento econômico da produção colonial. Por exemplo, Ferreira, quando descreve a cultura do anil, em advertências que faz a uma fábrica situada na Fortaleza de São Gabriel da Cachoeira, demonstra os custos dos jornais das índias, dos rapazes, por dia e seu custo anual:

“O jornal de cada mulher, incluindo o sustento, não monta acima de 45 réis por dia: multiplique-se 8 mulheres, e montará a 360 réis, multiplique-se pelos mesmos 280 dias do ano de trabalho, e montarão a 100\$800”. (FERREIRA, 2007, p. 114)

Antonil, igualmente, era muito detalhista nos custos da mão de obra remunerada, como podemos observar no trecho a seguir, onde descreve os jornais anuais do feitor-mor e do feitor da moenda:

Ao feitor mor, dão nos engenhos reais sessenta mil reais. Ao feitor da moenda, onde se mói por sete ou oito meses, quarenta ou cinquenta mil reais. (Antonil, 1837, p. 24)

Outra particularidade entre os dois autores é a precisão da descrição contábil dos custos e lucros da produção colonial, indo desde os cuidados com as empresas de maneira pontual à macroeconomia:

Do rol, que se segue, constará primeiramente com exata distinção o custo que faz uma caixa de açúcar branco macho de trinta e cinco arrobas, desde que se levanta em qualquer engenho da Bahia , até se por na alfândega de Lisboa. (Antonil, 1837, p. 110)

Antonil, quando descreve os custos de uma caixa de açúcar de 35 arrobas, detalha deste a quantidade de pregos, o custo com transporte, os custos de alfândega e outros. Igualmente, chega a resumir todo o volume financeiro que se importava da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, fazendo tabelas contábeis de uma grande precisão (Antonil, 1837, p p 110-113).

Ferreira, outrossim, parece apresentar essa mesma preocupação, como podemos ver, ainda, no exemplo da fábrica de anil, no trecho a seguir:

Suponha-se que pagarão as 558 libras à razão de 1\$100 por cada uma, será o seu importe de 613\$800, abatam-se deles as despesas de 305\$440 e ficarão líquidas 308\$360. (FERREIRA, 2007, p.115)

Em vários trechos do *Diário do Rio Negro*, Ferreira lista os preços pagos pelos produtos de exportação da colônia, como, por exemplo, em um mapa dos preços pagos pelo anil nos portos da França, o qual, transcrevemos na figura 4, bem como demonstramos essa preocupação do autor no passo a seguir :

Eu que nenhuma coisa informo por capricho, que tenha de inteligência dela, ponho na presença de V. Ex.^a o mapa de preços do anil nos portos da França. (FERREIRA, 2007, p.123)

Ferreira demonstra em vários trechos do *Diário do Rio Negro* uma preocupação com o que ele chama de “cálculos da aritmética mercantil”. Ele manifestava inquietação com uma economia baseada em fontes de riqueza frágeis ou inconstantes, como a mineração e o extrativismo. O naturalista defende que a agricultura seria a melhor base para desenvolver a economia, como podemos ver no Título XXIII, da *Participação Geral do Rio Negro*, intitulado “O Comércio”:

Não tem prosperado tanto, quanto podia prosperar a agricultura do anil, do café e do tabaco, que são gêneros ricos e permanentes; porque os poucos braços que há se têm empregado na colheita das drogas do sertão, por onde andam distraídos os índios a maior parte do ano, dependendo da riqueza precária do mato; sem se coadjuvarem os comerciantes dos cálculos da aritmética mercantil e política que são a chave do comércio mais bem entendido entre os povos. (FERREIRA, 2007, p.386)

Portos	Preço do anil em França				Redução do valor para a moeda portuguesa		Valor numeral para moeda portuguesa	
	£	s.	£	s.				
Bordéus								
Azul, violeta de São Domingos	8	10	9	0	1.440	1.530	1.700	1.800
Dito Misturado.....	7	5	8	5	1.232	1.262	1.450	1.650
Dito cor de cobre fino.....	6	15	0	0	1147 ^½	0	1.350	0
Dito ordinário.....	6	8	6	10	1.088	1.105	1.280	1.300
Nantes.....	£	s.	£	s.				
Anil I cor de cobre fino.....	6	10	6	15	1.105	1147 ^{1/2}	1.300	1.350
Ordinário.....	6	8	6	10	1.088	1.105	1.280	1.300
Misturados.....	8	0	9	0	1.360	1.530	1.600	1.800
Azuis.....	10	0	11	0	1.700	1.870	2.000	2.200

Figura 4 - Mapa dos Preços Pagos pelo Anil nos portos da França, provavelmente no de 1786.

Fonte: FERREIRA,(2007, p. 124

Antonil, apesar de considerar, em sua obra, as minas como uma das grandes fontes de riqueza do Brasil, também parece ser um crítico a essas atividades econômicas inconstantes. Sua crítica em relação à mineração, por exemplo, questiona o fato de ela inflacionar os preços dos provimentos

necessários à produção agropecuária, como a mão de obra escrava, os gêneros como ferramentas, animais, e os gêneros alimentícios. Esse desequilíbrio econômico causado pela mineração prejudicava fontes sólidas de riqueza da colônia, como o açúcar e o tabaco. Observemos o trecho abaixo que bem nos exemplifica essa opinião do autor:

O irem também às minas os melhores gêneros de tudo o que se pode desejar foi causa que crescessem de tal sorte os preços de tudo o que se vende, que os senhores de engenhos e os lavradores se achem grandemente empenhados, e que por falta de negros não possam tratar do açúcar, nem do tabaco, como faziam folgadoamente nos tempos passados, que eram as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal. (ANTONIL, 1837, p. 195)

O lucro rápido da mineração parecia trazer, na opinião de Antonil, poucos benefícios para o desenvolvimento econômico da colônia. Boa parte do ouro era contrabandeado para outros países e a riqueza ainda exercia um papel desagregador social e moral das famílias tradicionais, como podemos ver no trecho a seguir:

E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para os reinos estranhos: e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil: salvo o que se gasta com cordões, arcadas, e outros brincos, dos quais se vêem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras. (ANTONIL, 1837, p. 195)

A descoberta das minas, para Antonil, aparentemente mais atrapalhou o desenvolvimento econômico da colônia do que ajudou o Estado português:

“Nem ha pessoa prudente que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas minas tanto ouro para castigar com ele ao Brasil.” (ANTONIL, 1837, p. 195)

A opinião de Antonil parece remeter-nos à do economista Caio Prado Junior (1976), que afirma que a descoberta da mineração e o lucro rápido que

ela significava atrair todos os interesses do Reino para a região centro-sul do Brasil, o que fez entrar em decadência as outras atividades econômicas coloniais, inclusive as do engenho de açúcar.

3.2.2. Pré-revolução industrial: a preocupação com a eficiência do processo produtivo

Outra característica presente nos textos de Ferreira e Antonil parece ser a preocupação com a melhoria dos processos produtivos coloniais. Ambos os autores buscam descrever a melhoria do processo produtivo, que vai desde a questão econômica e a organizacional, já citadas, até uma possível introdução de mecanização na produção, com os recursos disponíveis na época, ou sejam, os anteriores à invenção da máquina a vapor, em especial a tração por roda d'água, e os conhecimentos da Física. Observemos esta interessante advertência de Ferreira sobre o processo produtivo do anil:

Quanto ao método de escorrer a água da fécula, introduzida nos sacos, viu que passam 24 horas primeiro que o conseguisse: observou que as bocas dos sacos estavam fechadas, que eles não eram cônicos, que a sua posição não facilitava a seu escoante, e ordenou que, em uma banquetta de madeira se abrissem como óculos, à imitação dos que têm as mesas destinadas para assentos dos potes, e que nesses se suspendessem os sacos, mediante 4 pregos que prendam os 4 ilhoses de cada um. Reparava em não serem declives os fundos dos coxos inferiores, para não ser preciso tirar com as cuias as fundagens, que ficam estagnadas e estava resolvido a fazer emendar este defeito.

Pouco a pouco se podem ir facilitando os trabalhos e, por conseguinte, os lucros, à proporção dos cálculos da mecânica que se fizerem e da economia das despesas. (FERREIRA, 2007, p. 110)

Podemos perceber que o naturalista usa de conhecimentos básicos da Física para melhoria do processo produtivo, como a inclinação no fundo dos coxos onde se processa o anil, ou a necessidade de os sacos de anil não serem cônicos, o que dificultaria a produção. Igualmente enfatiza no último

parágrafo que os “cálculos da mecânica” facilitam o trabalho e reduzem os custos.

No caso da produção da farinha de mandioca, Ferreira também questiona o uso costumeiro na Amazônia do ralo de mão e do tipiti no lugar dos ralos de roda e das prensas, boas práticas, segundo o naturalista, já utilizadas em sua época na Bahia e em Pernambuco. Essas poupariam muito tempo, desgaste e trabalho. Outrossim, questionava a falta de cuidado técnico com o plantio das hastes dos pés de mandioca, sem se arar a terra e sem se respeitar a distância necessária entre as plantas, o que reduziria em muito a produtividade dessa raiz (FERREIRA, 2007, p.231).

Nos textos de Antonil também podemos perceber sua preocupação com a melhoria dos processos produtivos. Já no próêmio da primeira parte da sua obra, preocupa-se em diferenciar os engenhos chamados de *reais*, que eram providos de um bom número de escravos, instalações adequadas e, principalmente, de mecanização, com a roda d'água, das chamadas *engenhocas*, mais primitivas e ainda movidas por tração animal. Antonil, igualmente, parece demonstrar ser um entusiasta dos processos de mecanização da produção, como podemos ver nos trechos abaixo, em que declara que o engenho de açúcar é um dos principais inventos humanos. Observemos os dois passos a seguir para uma melhor compreensão:

Os reais ganharão este apelido por terem todas as partes, de que se compõem, e todas as oficinas perfeitas, cheias de grande número de escravos, com muitos canaviais próprios, e outros obrigados á moenda: e principalmente por terem a realeza de moerem com água, á diferença de outros, que moem com cavalos, e bois, e são menos providos e aparelhados: ou pelo menos com menor perfeição e largueza, das oficinas necessárias.
(ANTONIL, 1837, p.3)

“Quem chamou as oficinas, em que se fabrica o açúcar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com reflexão que merecem, é obrigado a confessar, que são uns dos principais partos, e invenções do engenho humano, o qual como pequena porção do Divino.”
(ANTONIL, 1837, p.3)

Antonil nos seus textos, semelhantemente a Ferreira, apresenta um detalhamento complexo da mecânica do engenho. Chega a especificar os tipos de madeiras adequadas, a quantidade de dentes das engrenagens, a forma como a água deve ser acumulada para mover a roda d'água e até como a água deve ser utilizada como lubrificante dos eixos da moenda. Esse aspecto da sua escrita parece-nos fornecer indícios de ser ele também um incentivador da tecnologia de uma pré-revolução industrial no Brasil colônia. Observemos a riqueza de detalhes do trecho abaixo, que descreve os eixos e as engrenagens do engenho de cana:

Os dentes do rolete, que eu vi, eram trinta e dois; e os da volandeira cento e doze. E porque as aspás da volandeira passam pelo pescoço do eixo grande da moenda; por elas se lhe comunica o impulso: e este recebido do dito eixo grande, cercado de entrosas, e dentes, se comunica também a dois outros eixos menores que tem de ambas as ilhargas, dentados, e abertos igualmente, com suas entrosas do mesmo modo, que temos dito do grande: e com estes dentes, e entrosas se causa o moto com que uniformemente o acompanham. (ANTONIL, 1837, p.59)

Tanto em Antonil quanto em Ferreira podemos perceber as influências das ideias da modernidade. Como nos indica Fortes (1981), nesse período, a História começa a ganhar força como ciência. O pensamento moderno percebe que o saber acumulado pode ser utilizado em favor do bem-estar humano. Nesse paradigma, o ideal do progresso surge como uma nova baliza reguladora, o mito de que o homem dominaria a natureza, racionalizando e melhorando sua condição de vida por meio do acúmulo de riquezas. Todavia, em Portugal, o fortalecimento do mercantilismo parece estar mais relacionado a reforçar o poder da nobreza do que a uma autonomia da classe burguesa. Talvez esse fato explique a valorização do papel da Igreja por ambos os autores. Provavelmente os textos de Ferreira e de Antonil carreguem junto com sua modernidade um sentimento de esperança que, por meio do progresso da agropecuária e do comércio nas colônias, Portugal voltaria a ser uma nação de destaque no cenário europeu.

4. CONCLUSÃO

Por questões de época, é dessa forma que podemos separar a ocorrência da produção da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783 e 1792), ou seja, a *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, a qual descreve um inventário das riquezas do Brasil com vistas à racionalização e a otimização de sua exploração, com as obras produzidas por Gabriel Soares de Sousa (1587) e André João Antonil (1711), viajantes que também descreveram inventários sobre as riquezas do mesmo país.

As obras desses três autores parecem ter um papel social e econômico em comum, podendo-se dizer que seus textos têm uma razão política. Todos eles parecem ser influenciados ou motivados pelo mercantilismo. O desafio de consolidação da colônia brasileira também parece ser um traço comum entre os três autores. Todos entendem a colônia como um espaço de Portugal e, desse modo, fortalecer a colônia seria uma maneira de reforçar o poder da monarquia portuguesa.

Assim, a originalidade maior da *Viagem Filosófica* chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira reside em ser a primeira expedição científica ocorrida na região centro-norte do Brasil, compreendendo as antigas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Tal expedição produziu um grande volume documental, com muitas informações e coleções de grande diversidade e riqueza, nas seguintes áreas: agropecuária, etnologia, botânica, zoologia, antropologia e economia, compondo assim, um conjunto de preciosos subsídios que colaboraram para o conhecimento sobre a região amazônica do século XVIII.

Como podemos perceber, o período histórico de ocorrência da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira enaltece a sua importância. A expedição que ocorreu entre os anos de 1783 e 1792, recebendo influências da modernidade e do iluminismo, bem como das peculiaridades da reforma pombalina de Portugal. Dessa forma, percebemos no texto de Ferreira alguns dos principais pontos do iluminismo português, como, por exemplo, a separação dos assuntos temporais dos religiosos, o conhecimento em história natural como uma função civilizatória e a ideia do progresso como agente de recuperação do papel de Portugal frente aos outros Estados do mundo. Em outras palavras, Portugal pretendia recuperar o atraso em relação à

modernidade dos outros países da Europa, para recuperar sua economia, todavia este conhecimento não devia fortalecer a autonomia da burguesia, mas sim, o poder da monarquia.

Com efeito, este formato de *Viagem Filosófica* que foi empreendido ao Ferreira, idealizado e patrocinado pelo Estado de Portugal, é um acontecimento que só ocorreu na era do iluminismo. As características das *Viagens Filosóficas* do Iluminismo diferem das anteriores por terem uma etapa preparatória e uma posterior. Dessa maneira, davam continuidade ao projeto enciclopédico da ilustração, inventariando as riquezas do mundo nos museus e jardins botânicos da Europa. Assim, a obra de Ferreira, conta com elementos novos em relação às de Gabriel Soares de Sousa e André João Antonil, por exemplo.

A *Viagem Filosófica ao Rio Negro* foi planejada, em Portugal, pelo catedrático de História Natural da Universidade de Coimbra, Domênico Vandelli, de tal modo, que os materiais coletados pela expedição eram remetidos para o Real Museu da Ajuda em Lisboa. Assim, a *Viagem Filosófica* de Ferreira teve uma estrutura semelhante a de outros naturalistas discípulos de Vandelli que percorreram o Brasil, como, por exemplo: o Frei Joaquim Vellozo de Miranda, o Francisco Vieira de Couto, o Serafim Francisco de Macedo, entre outros.

Outra singularidade que nos traz a *Viagem* é a de ser uma ação complementar a segunda comissão demarcadora que decorre do tratado de Santo Idelfonso (1777). Originalmente as intenções eram de que a viagem de Ferreira saísse junto com a comissão demarcadora em 1777, todavia, provavelmente por questões administrativas, rumou-se para o Brasil no ano de 1783. Com isso, a *Viagem Filosófica* pode ser vista como uma ação complementar àquela comissão, com a intenção de delimitar as possessões portuguesas em face das espanholas no norte do Brasil e de conhecer melhor o que existia naquele vasto território.

A colaboração que teria a obra de Ferreira sobre a construção do conhecimento científico do século XVIII foi claramente prejudicada pela política de sigilo de Portugal e pela invasão napoleônica, que confiscou, no ano de 1808, boa parte de sua pesquisa para o Museu das Plantas de Paris como espólio de guerra. Todavia, as características da obra de Ferreira merecem destaque, por sua importância, como um dos maiores registros históricos da Amazônia na década de 1780, visto que a expedição nos traz, entre outros

aspectos, mais de 2200 registros biológicos, por meio de desenhos, aquarelas, coletas para herbários etc. Além de um significativo conhecimento etnográfico sobre as nações indígenas da região amazônica, bem como da descrição das técnicas de navegação e de relatos fantásticos de literatura de viagem. Outro assunto patente na obra de Ferreira é a exposição do estado presente dos estabelecimentos coloniais descrevendo a agropecuária, a organização administrativa e a economia dos locais que visitou.

Com efeito, fica claro que Ferreira era um crítico do atraso socioeconômico que vivia a região amazônica, no final do século XVIII. Assim, realizou interessantes advertências sobre a necessidade de melhorias tecnológicas no processo fabril, bem como na agropecuária, podendo ser entendido como um incentivador de um processo de pré-revolução industrial para a região. Igualmente, faz importantes advertências sobre a falta de controle sobre o patrimônio natural, assim, pode-se entendê-lo, também, como um dos precursores da preocupação com a sustentabilidade da Amazônia.

Por fim, o presente estudo, deixa evidente que a obra de Ferreira, ou seja, a *Viagem Filosófica ao Rio Negro* é um verdadeiro tratado de história natural, agropecuária e economia do Brasil, mas que ainda é pouco divulgado nos circuitos acadêmicos. O trabalho de um homem, servidor fiel de Sua Majestade que, com poucos recursos e uma equipe reduzida, fez o primeiro grande levantamento socioeconômico e ambiental da Amazônia brasileira.

5. REFERÊNCIAS

ABDALA, Frederico Tavares Mello. Formas e Objetos: um exame das instruções científicas portuguesas do século XVIII. In: *Anais do IV Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina*. Londrina, Associação Nacional de História-Seção Paraná, 2010, pp. 99-111. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mesthis/arqtxt/ANAISIVSEMINARIOPPGHS08022011ME_STHIS.pdf. Acesso em: 10 de Janeiro de 2015.

ANTONIL, André João. *Cultura, e Opulência do Brasil, por suas drogas, e minas (1711)*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. Const. De J. Villeneuve e Comp., 1837.

Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00087300>. Acesso em 20/04/2014.

BICALHO, Maria Fernando Baptista, SOUZA, Laura de Melle e. *1680 – 1720: o império deste mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

BOTELHO, José de S. Bernardino. *Sobre a Nova Fundação da Universidade de Coimbra: feita por ordem de Sua Majestade Fidelíssima, pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Marques de Pombal*. Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica, 1772. Disponível em: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/33047>. Acesso em: Outubro de 2014.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade, *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 44, , pp. 282 – 299, 2010.

CALDAS, Yurgel Pantoja. Acerca do outro: a Viagem Philosophicade Alexandre Rodrigues Ferreira. *Navegações*, v. 4, n. 1, pp. 40-45, 2011.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha de 1500* [S.l.]: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 15 de Julho de 2014.

- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 2ª Ed. São Paulo, Editora Ática S.A., 1995.
- COELHO, Mauro Cezar. A civilização da Amazônia – Alexandre Rodrigues Ferreira e o diretório dos índios: a educação de indígenas e luso-brasileiros pela ótica do trabalho. *Revista de História Regional*, v. 5, n. 2, pp. 149-174, 2000.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Internacionais, Instituto Rio Branco, 1950.
- COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 8 (suplemento), pp. 993-1014, 2001.
- CRISTÓVÃO, Fernando et al. *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: estudos e bibliografias*. Lisboa, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 3ª edição, Rio de Janeiro; São Paulo, Laemmert C, 1905.
- CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. *O Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815): uma análise comparativa de sua viagem filosófica (1783-1792) pela Amazônia e Mato Grosso com os outros Naturalistas Posteriores*. Belém-Pará, MPEG/CNPq/SCT/PR, 1991.
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. In: SANTOS, Francisco Jorge dos; UGARTE, Auxiomar Silva; OLIVEIRA e Matheus Coimbra de. (Orgs.), 2ª edição, Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007. 662 p.
- FORTES, Luiz Roberto Salinas. *O Iluminismo e os Reis Filósofos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- FREIRE, José R. Bessa. Portugueses, Índios e a organização de trabalho na pan Amazônia. In: TORRES, Sonia (Org.). *Raízes e Rumos -*

- perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*, Rio de Janeiro, Editora 7 Letras, 2001.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2005.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a guerra da sucessão espanhola, o tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. *Topoi*, v. 12, n. 23, p. 66-83, 2011.
- GOELDI, Emílio A. *Ensaio sobre o Dr. Alexandre R. Ferreira: mormente em relação as viagens na Amazônia e a sua importância como naturalista*. Pará, Editores Alfredo Silva & Cia, 1895. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221755>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.
- GOES, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeiras, diplomatas: aspectos da descoberta do continente, penetração do território extra - Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia*. Brasília, IPRI, 1991.
- GUIMARÃES, Natally Nobre; HAMEISTER, Martha Daisson; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Ciência e dominação: a imagem do indígena amazônico pelo olhar luso-brasileiro, à luz das ciências ilustradas na viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Revista Vernáculo*, n. 23 e 24, 2009.
- KUHN, S. Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2011.
- LEITE, José Nailton; LEITE, Cecília Sayonara G. Alexandre Rodrigues Ferreira e a formação do pensamento social na Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, pp. 273-289, 2010.
- LIMA, Maurício Cesar de. *Breve História da Igreja no Brasil (1919)*. Rio de Janeiro, Restauro em 2001 - São Paulo, Edições Loyola, 2004.
- LINDO, Luiz Antônio. O Roteiro Geral de Gabriel Soares de Souza como Texto de Razão Política. *Língua e Literatura*, n. 30, pp. 93-120, 2013.
- MELATI, Júlio Cesar. *Índios do Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do governador e capitão geral do estado do Grão-Pará e*

Maranhão, Francisco Xavier Mendonça Furtado: 1751-1759. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1101>. Acesso em 30 de Junho de 2014

MORAES, Eulália Maria Aparecida de; SANTOS, Christian Fausto Moraes do; SILVA, Rafael Dias Campos da. Filosofia Natural Lusa: a Viagem Philosophica e a política iluminista na América Portuguesa Setecentista. *Confluente*, v. 4, n. 1, pp. 75-91, 2011.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Curso de Língua Geral (nheengatu ou tupi moderno), A Língua das Origens da Civilização Amazônica*. São Paulo, Edição independente, 2011.

_____. *Dicionário de Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo, Editora Global, 2013.

OLIVEIRA, Fabrício Meira de. *Apropriações da Obra de Gabriel Soares de Sousa no Discurso de Gilberto Freire*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2010.

PATACA, Ermelinda Moutinho. Ilha do Marajó na Viagem Philosophica (1783-1792) de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 1, n. 1, p. 149-169, 2005.

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, pp. 58-79, 2005.

PATELLO, Cecília Cunha dos Santos. Relações na Fronteira: os presentes enviados pelos governadores de Caiena e Belém e a proibição do comércio pelo Tratado de Utrecht. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho de 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1976.

RAMINELLI, Ronald. Alexandre Rodrigues Ferreira e a mobilidade de Luso Brasileiros em Portugal. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História –ANPUH*, Londrina, 2005.

_____. Ciência e Colonização, Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. In: *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, v. 3, n. 6, dezembro de 1998, pp. 6-10.

- _____. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 8 (suplemento), pp. 969-92, 2001.
- RAVEN, Peter H; EVERT, Ray F; EICHON, Susan E. *Biologia Vegetal*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 2001.
- ROCHA, Yuri Tavares. Fontes históricas e pesquisas geográficas: relatos de viajantes, iconografica e cartografia. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, n. 17, pp. 135-151, 2005.
- SILVA, Paulo Neves da. *Citações e Pensamentos de Padre Antônio Vieira*. Lisboa, Casa das Letras, 2010.
- SOARES, José Joaquim F. M. Landi e a demarcação de fronteiras na Amazônia Setecentista. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo M. (Orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira, a expedição Filosófica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional - Lisboa, Kapa Editorial, v. 2, 2006.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro, Typographia de João Ignácio da Silva, 1879. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01720500>. Acesso em: Dezembro de 2015.
- SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus, Editora Valer, 2009.